

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Ciência Ambiental

NINA BEATRIZ BASTOS PELLICCIONE

DA QUALIDADE CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL EMPRESARIAL NO SUDESTE DO BRASIL.
Estudo Exploratório

NITERÓI
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NINA BEATRIZ BASTOS PELLICCIONE

DA QUALIDADE CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EMPRESARIAL NO SUDESTE DO BRASIL.
Estudo Exploratório

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. ALPHONSE GERMAINE ALBERT CHARLES KELECOM
Co-orientador: Prof. Dr. ALEXANDRE DE GUSMÃO PEDRINI

NITERÓI
2007

NINA BEATRIZ BASTOS PELLICCIONE

DA QUALIDADE CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL NO
SUDESTE DO BRASIL.
Estudo Exploratório

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Educação Ambiental.

Aprovada em agosto de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. ALPHONSE GERMAINE CHARLES KELECOM
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO PUPPIM DE OLIVEIRA
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. JOEL DE ARAÚJO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. ALEXANDRE DE GUSMÃO PEDRINI
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

NITERÓI
2007

DEDICATÓRIA

Ao meu primo querido Marco Antônio (*In memoriam*). Em seu sonho de construir uma sociedade mais justa busquei inspiração.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PGCA, graças a ele, chego até aqui.

Ao meu orientador Prof. Dr. Alphonse Kelecom por ter acreditado em mim.

Ao meu co-orientador e amigo Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini por me fazer acreditar em mim.

A todos os meus colegas da turma 2005, que tornaram essa caminhada prazerosa.

A João Gabriel por abrir mão da mãe e do computador.

A Emmanuel por tornar a confecção da dissertação mais gostosa ao fazer pratos maravilhosos.

A Giovanna , por me alegrar com sua presença.

A Ary Gabriel, companheiro querido que me acompanhou e sustentou nos momentos mais difíceis de minha trajetória profissional e, sobretudo, existencial eu dedico este trabalho que no fundo é muito pequeno em relação ao muito que me doou de sua vida e atenção ao longo de tantos anos de vida conjugal, de buscas e esforços por um mundo melhor.

A meus queridos pais Lea e José Ricardo por terem me ajudado em todos os momentos.

A Obatian Yukie... sua força é exemplo de vida.

Ao meu único querido irmão, Victor Leonardo, que me fez dar boas gargalhadas quando eu mais precisava.

A minha prima Carolina que mesmo com Miguelzinho auxiliou-me na confecção desta dissertação.



SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	p. ix
LISTA DE TABELAS	p. x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	p. xi
RESUMO	p. xiii
ABSTRACT	p. xiv
1. INTRODUÇÃO	p. 16
Considerações iniciais	p. 16
Objetivos	p. 24
Objetivo geral	p. 24
Objetivos específicos	p. 24
Justificativa	p. 25
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	p. 25
2.1. A pedagogia de Paulo freire e sua contribuição para Educação Ambiental	p. 25
2.2. A Educação Ambiental	p. 29
2.2.1. Um pouco da história da Educação Ambiental	p. 29
2.2.2. Vertentes da Educação Ambiental	p. 31
2.2.2.1. Romper com a Educação Ambiental conservadora	p. 31
2.2.2.2. A Educação Ambiental ou as Educações Ambientais?	p. 38
2.2.3. Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	p. 41
2.2.4. Educação Ambiental x Educação para o Desenvolvimento Sustentável	p.45
2.3. As Empresas	p. 47
2.3.1. A Questão Ambiental e as Empresas	p. 47
2.3.2. O Sistema de Gestão Ambiental Privado	p. 50

2.3.2.1. A Certificação Ambiental ISO 14001	p. 53
2.3.3. A Educação Ambiental no Contexto Empresarial Brasileiro e Responsabilidade Social da Empresa	p. 57
2.4. A Questão da Qualidade na Educação Ambiental: uma Breve Reflexão	p. 62
3. METODOLOGIA	p. 65
3.1. Etapa I	p. 66
3.2. Etapa II	p. 66
3.2.1. A estrutura do questionário	p. 68
3.2.2. A estrutura da entrevista	p. 75
3.3. Etapa III	p. 75
3.4. Etapa IV	p. 77
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	p. 78
4.1. Considerações Iniciais	p. 78
4.2. Resultados e discussão do questionário	p. 78
4.3. Resultados e discussão da entrevista	p. 109
4.3.1. Análise do conteúdo do tema 1- O sentido da Educação Ambiental	p. 109
4.3.2. Análise do conteúdo do tema 2- Contemplação do princípio apontado pelo IQC nº 1 (Educação Ambiental emancipatória)	p. 120
4.3.3. Análise do conteúdo do tema 3- Contemplação do princípio apontado pelo IQC nº 2 (Educação Ambiental transformadora)	p. 123
4.3.4. Análise do conteúdo do tema 4- Contemplação do princípio apontado pelo IQC nº 3 (Educação Ambiental participativa)	p. 126

4.3.5. Análise do conteúdo do tema 5- Contemplação do princípio apontado pelo IQC nº 4 (Educação Ambiental abrangente)	p. 129
4.3.6. Análise do conteúdo do tema 6- Contemplação do princípio apontado pelo IQC nº 5 (Educação Ambiental permanente)	p. 143
4.3.7. Análise do conteúdo do tema 7- Contemplação do princípio apontado pelo IQC nº 6 (Educação Ambiental contextualizadora)	p. 145
4.3.8. Interpretação dos IQC's em conjunto	p. 147
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	p. 150
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 161
APÊNDICES	p. 168
Apêndice 01	p. 169
Apêndice 02	p. 170
Apêndice 03	p. 173
ANEXOS	p. 174
Anexo 01	p. 175
Anexo 02	p. 180
Anexo 03	p. 186

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 Motivos para a prática de EA na empresa, p. 81
- FIGURA 2 Atores abrangidos, p. 86
- FIGURA 3 Interpretação dada aos objetivos almejados pela EA externa na empresa, p. 90
- FIGURA 4 Atores abrangidos na EA externa, p. 92
- FIGURA 5 Segmento profissional que desenvolve as atividades de EA na empresa, p. 94
- FIGURA 6 Interpretação dada relação ao objetivo de capacitar o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambientais, p.96
- FIGURA 7 Interpretação dada ao objetivo de capacitar o indivíduo para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis, p. 98
- FIGURA 8 Interpretação dada ao objetivo de capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas, p. 102
- FIGURA 9 Interpretação dada ao oferecimento continuado da EA, p. 103
- FIGURA 10 Interpretação dada ao objetivo de capacitar o indivíduo a agir diretamente na realidade da coletividade e dela generalizar para o planeta, p. 105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	A Trajetória da Educação Ambiental, p. 29
TABELA 2	Conjunto das características da Educação Ambiental brasileira, p. 49
TABELA 3	Contraposição da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação para Sociedades Sustentáveis, p. 46
TABELA 4	Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) e sua descrição (não há hierarquização na relação dos seis indicadores), p. 67
TABELA 5	Itens que abordam o contexto geral da EA na empresa, p. 69
TABELA 6	Itens que abordam ações presentes na EASS, p. 70
TABELA 7	Perfil das empresas estudadas através de questionário e localização geográfica, p. 72
TABELA 8	Total de empresas estudadas por setor econômico, p. 73
TABELA 9	Lista de empresas estudadas que participaram da entrevista, p. 74
TABELA 10	Relação de motivos escolhidos pelas empresas, p. 80
TABELA 11	Relação de atores escolhidos pelas empresas, p. 85
TABELA 12	Relação de atores externos escolhidos pelas empresas, p. 91
TABELA 13	Relação dos segmentos profissionais escolhidos pelas empresas, p. 93
TABELA 14	Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) da EASS em Atividades de Educação Ambiental Empresarial encontrados no Questionário e sua adequabilidade conceitual, p. 106
TABELA 15	Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) da EASS em Atividades de Educação Ambiental Empresarial encontrados na entrevista e sua adequabilidade conceitual, p. 147
TABELA 16	Aspectos apontados pelos Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) de Educação Ambiental Empresarial Brasileira nas empresas potencialmente poluidoras incluídas nesse estudo, p.150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CNI	Conselho Nacional da Indústria
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EAE	Educação Ambiental Empresarial
EAEB	Educação Ambiental Empresarial do Brasil
EASS	Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
EDS	Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental /Relatório de Impactos Ambientais
GA	Gestão Ambiental
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IQC	Indicador de Qualidade Conceitual
ISO	International Standard Organization
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINC	Ministério da Indústria e Comércio
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG's	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDCA	Plan, Do, Check, Act
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RA	Responsabilidade Ambiental
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
RH	Recursos Humanos
RS	Responsabilidade Social
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste e Conduta
TEASS	Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
WWF	World Wide Foundation

RESUMO

A Educação Ambiental tem desempenhado um papel fundamental no processo de mudanças de comportamento que conduzem à verdadeira sustentabilidade, porém, seus princípios crítico, emancipatório e transformador não têm sido abordados entre aqueles que vêm se dedicando a realizá-la. A Educação Ambiental Empresarial no Brasil (EAEB) possui ainda uma atuação muito limitada, tendo em vista que a própria inserção da dimensão ambiental é algo que está iniciando neste setor. Assim, as ações educativas se restringem às questões operacionais, técnicas e de segurança e saúde. O objetivo deste estudo foi conhecer e examinar criticamente as práticas de Educação Ambiental Empresarial (EAE) na região sudeste brasileira e investigar se o seu conceito possui qualidade, aderindo aos preceitos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS) adotado integralmente pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O conceito da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (EASS) foi operacionalizado, apresentando seis indicadores de qualidade (IQC): a) emancipatório; b) transformador; c) permanente; d) contextualizador; e) globalizador; f) abrangente. A coleta de dados/informações foi feita pelo envio de um questionário por e-mail a cerca de 630 empresas da região sudeste brasileira que tinham se certificado pela ISO 14001 de Gestão Ambiental. Das 29 empresas que devolveram o questionário preenchido treze foram entrevistadas através de um roteiro semi-estruturado. A maioria entende que ações como redução de água e gestão adequada de resíduos se traduz como EA. A maioria absoluta dos IQC's não foram identificados, considerando-se que não se realiza a EASS no contexto empresarial e tampouco seu conceito adere ao exigido pelo ProNEA (política pública norteadora da EA brasileira), constituindo-se essencialmente de práticas de conteúdo conceitual fraco cujas ações se configuram como de eficácia duvidosa e com caráter conservacionista.

Palavras-chave: educação ambiental para sociedades sustentáveis, empresas, região sudeste brasileira, qualidade, conceito, pesquisa exploratória.

ABSTRACT

The Environmental Education has been fulfilling a basic paper in the process of changes of behaviour that lead to the truthful sustentability, however their critic, emancipatory and transforming rules have not been approached among those devotes itself to carry it out. The Environmental Business Education in Brazil (EBEB) has still a very limited performance, having in mind that the insertion of environmental dimension itself is something that it is initiating into this sector. So, the educative actions are restricted to the operational, technical, security and health issues. This study's objective was knew and examined critically the practices of Environmental Business Education (EBE) in the south-east Brazilian region and investigated if the concept has quality, joining to the precepts of the Treaty of Environmental Education for Sustainable Societies and Global Responsibility (TEESS) adopted integrally by the National Program of Environmental Education (ProNEA). The concept of the Environmental Education for Sustainable Societies and Global Responsibility (EESS) have been played, presenting six quality indicators (IQC): a) emancipator; b) transformer; c) participative; d) wide; e) permanent; f) contextualize. The collection of fact / information was done e-mail a questionnaire around 630 certified for the ISO 14001 of Environmental Management enterprises of the south-east Brazilian region. Of 29 enterprises that returned the filled out questionnaire, thirteen were interviewed through a semi-structured itinerary. The majority understands which actions like reduction of water and appropriate management of residues translates like EA. The absolute majority of the IQC's was not identified, being considered that the EESS does not happen in the business context and neither the concept sticks to the demanded one for the ProNEA (Brazilian's EE public polity), once there are constituted essentially of practices of weakly conceitual content whose actions are shaped as doubtful efficiency and conservationist character.

Key-words: environmental education for sustainable societies, Companies, south-east Brazilian region, quality, concept, exploratory research.

1. INTRODUÇÃO

1.1 .CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“A terra tinha com a vida um cordão umbilical,... Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. ...mas a história muda e ao longo do tempo o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra.” (CARTA DA TERRA, 1992)

A humanidade está diante de um momento ímpar de sua existência, onde palavras como *incerteza* e *confusão* dão tônica aos discursos proferidos mundo afora a respeito do destino da espécie humana e do planeta terra. Estes sentimentos advêm das previsões nebulosas quanto à sobrevivência de nossa espécie bem como do planeta que encontra em seu modelo hegemônico o culto ao pragmatismo e ao consumo que tem gerado impactos econômicos, sociais e culturais.

Neste sentido, surge uma grande preocupação global em torno da questão ambiental. Surge um despertar da humanidade para a crise ambiental que se encontra estabelecida, que

vai além das fronteiras geopolíticas e afeta todo o planeta. Percebe-se que o debate no campo ambiental apresenta diversos olhares e muitas contradições, onde diferentes entendimentos sobre o “*ambiental*”, e diferentes compreensões permeadas por diferentes interesses e posicionamentos políticos e econômicos sobre as causas da crise assim como diferentes modelos de ação para o enfrentamento desta dificuldade seu entendimento e sua solução.

Este estudo nasce de uma inquietação provocada pela sensação de imobilidade e fatalidade diante dos problemas sócio ambientais originados pelo modelo neoliberal que apregoa a liberdade dos homens, mas, no entanto torna-os cada vez mais reféns e que insiste em convencer-nos de que nada pode ser feito contra a realidade social que, de histórica e cultural passa a ser ou a virar “quase natural”. Nas palavras de Paulo Freire:

"História em que me faço com os outros [...] é um tempo de possibilidades e não de determinismo" (FREIRE, 1996 p.58).

Busca-se aqui, portanto desvelar possibilidades que propiciem a sensibilização e instrumentação da parcela da sociedade exposta aos riscos ambientais e as vítimas da injustiça ambiental para que se tornem críticos em seus pensamentos e ações e assim empenhem-se em tarefas prioritárias de combate à pobreza, à desigualdade, ao desemprego, à apropriação injusta e irracional dos recursos naturais, construindo assim uma sociedade que tenha autonomia e ética. Ética essa maior, a que se refere Freire (1996) *de ética universal do ser humano*, que a nada se assemelha aquela ética restrita, de mercado, que se curva aos interesses do lucro. Essa ética a que se faz alusão neste momento é a ética que condena o cinismo de discursos vazios, que condena a exploração do trabalho do homem, que condena acusar por ouvir dizer e falsear a verdade condena golpear o fraco e indefeso. Ética essa que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, gênero e classe. Desta forma ao se assumirem como sujeitos éticos terão a possibilidade de se assumirem como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção como sujeitos históricos cientes de que a situação que se desvela é problemática, porém não é inexorável e assim atuar na definição do seu próprio modelo de sustentabilidade e democracia.

Encontramo-nos desta forma diante de uma questão básica que constitui o dilema que ocupa e divide a humanidade: como construir o novo e com que ferramentas?

Neste contexto esta pesquisa concebe a Educação Ambiental (EA) como resposta à pergunta acima. Torna-se necessário esclarecer neste momento que não se pretende neste estudo enveredar pelo caminho equivocado pelo qual a maioria se apóia: de conceber um idealismo acerca da EA. De acordo com Lima (1999) uma idéia recorrente nos debates que relacionam a educação e o ambiente que superdimensiona o poder da educação na transformação dos problemas socioambientais, tratando-a como uma nova panacéia para todos os problemas da sociedade contemporânea. Assim, embora se reconheça a importância da educação na mudança social, convém tratá-la como uma, entre outras práticas sociais, capazes de compor uma estratégia integrada de mudança social e não como prática isolada ou determinante no processo de transformação das relações de poder na sociedade.

Dessa forma são observadas posturas ingênuas, comportamentais, descontextualizadas, simplistas, numa perspectiva redentora de educação (LIBÂNEO, 1994). Muito pelo contrário, a grande crítica aqui tecida é que essas proposições acabam por esvaziar o campo da ação política dentro da EA.

Fazendo uso das palavras de Sato (2001, p.20) em sua obra *Debatendo os desafios da Educação Ambiental*, desvela-se a identidade revolucionária da EA:

“A Educação Ambiental vem clamar pela liberdade de expressão, pela autonomia, pela diversidade e pela emancipação para a transformação de sociedades. Arriscamos a dizer que ela é subversiva, uma vez que propõe mudanças radicais em pensamentos e formas de agir. Ela é radical, porque tem enormes conseqüências de mudanças, tanto no pensamento humano como na interpretação e vivência com o mundo natural.”

Propõe-se aqui apontar caminhos que rompam com a linearidade que determina a maioria das comunicações em EA buscando um diálogo epistemológico que reinvente a EA, pois com sua epistemologia ainda em construção, encontra-se concebida e praticada de diferentes formas. Nos últimos tempos, o debate em busca de seu fortalecimento teórico-prático ganha mais corpo, dentro do qual surgem, em movimento, diferentes proposições e, com elas, críticas às idéias e práticas desenvolvidas. Neste cenário, em busca de fortalecimento de suas proposições e de construção de identidades que as diferenciem de outras por eles criticadas, alguns educadores deste campo vêm incorporando novas adjetivações à EA. Assim, hoje encontram-se em livros e artigos tipologias como EA

Conservacionista, Crítica, Transformadora, Emancipatória, para a Gestão Ambiental, Ecopedagogia, entre outras (LAYRARGUES, 2004), que são abordadas com mais detalhes no referencial teórico deste estudo.

Cabe aqui destacar a importância de uma pedagogia da contra-hegemonia que a despeito das pedras encontradas pelo seu caminho, no sentido de convencer aqueles que sofrem os efeitos negativos de uma ideologia pautada pelo capital de que processos como a expropriação, a exploração e a dominação por ela vivenciadas são historicamente construídos, como resultado da hegemonia burguesa, encontra pelo planeta (embora de forma minoritária) agentes que continuam sua tarefa de persuadir o conjunto da população de que um outro mundo é possível (NEVES e SANT'ANNA, 2006).

Neste sentido se sobressai a *epistemologia da Pedagogia de Paulo Freire* como alicerce para as reflexões e proposições acerca da EA. Uma educação inspirada nesta proposição é entendida como um instrumento político, comprometido com a formação humanizadora e a transformação da sociedade, a partir de um entendimento crítico e contextualizado, inclusive, historicamente, da realidade. A partir dela permite-se resgatar a EA para o interior de um *novo horizonte epistemológico* em que o ambiental é pensado como sistema complexo de relações e interações da base natural e social e, sobretudo, definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem. O foco de uma educação dentro do novo paradigma ambiental, portanto, tenderia a compreender, para além de um ecossistema natural, um espaço de relações sócio-ambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais.

Neste sentido, as proposições de EA que se apóiam nesta epistemologia, criticam outras concepções “idealistas” no sentido de que elas não geram mudanças significativas, defendendo a idéia de que as bases ecológicas da sustentabilidade estão não baseadas somente no manejo dos recursos biofísicos do ambiente, mas também na esfera ideal (pensamentos, valores e comportamentos) e material (no modo de produção capitalista e nas relações sociais), como muito bem colocado por Brügger (1994, p.17):

“A atual crise ambiental é mais uma crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza.”

É sabido que muitos são os desafios encontrados pela EA em sua trajetória e que esta vem atravessando uma fase de crise onde até seus adeptos tem questionado sua própria existência frente à nova orientação de *marketing* que preconiza o desenvolvimento, independente de que adjetivo tenha, tradicionalmente marcado pelos seus campos econômicos (MEIRA e SATO, 2005). Desta forma, em solidariedade a outros que também concebem que a sociedade precisa *soltar as amarras* integro-me na tentativa de lançar olhares às tensões que ameaçam a identidade da EA e que apesar de permitir ser percebida como mero instrumento da gestão ambiental, prometendo solucionar todos os problemas ambientais, esta continua em sua empreitada na construção de um mundo mais justo, sustentável e paciente.

Como já comentado anteriormente, ainda existe uma falta de clareza e consenso a respeito de um conceito de EA (cf. REIGOTA, 1999; GUIMARÃES, 2000; LAYRARGUES, 2002; PEDRINI e DE-PAULA, 2002). Entende-se que a demanda por um conceito é essencial, pois cada um de nós possui percepções diferentes sobre um mesmo fenômeno ou coisa. Ao abordar a EA precisamos conceituá-la, pelo menos, instrumentalmente para se poder ter uma uniformidade mínima de pensamento. Desse modo, sem uma percepção e adoção de um conceito, preferencialmente, de qualidade fica impossível desenvolver atividades que consigam atingir as mesmas metas nos diferentes contextos (PEDRINI e PELLICCIONE, 2007; PEDRINI, 2007).

Com o advento da Rio-92 surge o primeiro Tratado de Educação Ambiental, elaborado e debatido por educadores de todo o mundo na Jornada de Educação Ambiental. Este documento denominado Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS) (TRATADO de ONG's, 1992) reconhece a educação como direito dos cidadãos e firma posição na educação emancipatória, crítica e transformadora. Nele é apresentado o conceito de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS) e junto com os pressupostos pedagógicos da Declaração da Conferência Internacional de Tbilisi de 1977 (BRASIL, 2002a) formam o conjunto conceitual da EA.

As características paradigmáticas da EASS trazem consigo uma forte influência da epistemologia Freireana. Meira e Sato (2005) em um estudo pioneiro apresentam a concepção deste paradigma realizando uma contraposição à Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), proposta pela UNESCO e outros organismos aliados aos fenômenos da globalização do mercado, defensores de uma lógica reducionista e da

hegemonia presente nos discursos e orientações internacionais que mascaram a regionalidade e a dinâmica particularizada, de igual importância ao processo educativo (cf. MEIRA e SATO, 2005; PEDRINI e BRITO, 2006).

Desta forma, a implementação deste modelo conceitual torna-se necessária tanto por primar pelo alcance dos reais objetivos da EA que podem se tornar confusos e ineficazes se a sua conceituação estiver equivocada ou ultrapassada, quanto por este se constituir como marco referencial oficial para a EA brasileira, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005) que viabiliza a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) e regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2002b).

Na conjuntura acima citada, sobressai-se o setor empresarial, ícone da lógica capitalista, com imensa responsabilidade ambiental, e ainda com questões pendentes, como: a) *distinguir metodologicamente a retórica da empresa que afirma que implementa sua responsabilidade ambiental com suas verdadeiras práticas*; b) *compatibilizar a dinâmica de expansão da produção empresarial e de sua venda e a racionalização planetária de consumo e utilização das matérias primas mundiais*; c) *redistribuir em termos globalizantes os custos ambientais num mundo onde o desenvolvimento econômico e social é desigual e onde a capacitação empresarial de resposta às questões ambientais é igualmente variada* (MAIMON, 2004). Essas questões são realmente muito preocupantes, pois confirmam as inquietações de Layrargues (2000a) que estudou o discurso ambiental de uma parcela do empresariado brasileiro, mostrando suas incoerências conceituais.

A Educação Ambiental Empresarial Brasileira (EAEB) manifestou-se em meio a preocupações empresariais, como resposta a sanções legais demandadas por órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) em cumprimento ao Decreto nº 4281/02 (BRASIL, 2002b) que regulamenta a Lei nº 9795/99 (BRASIL, 1999) que institui a PNEA. Este Decreto, ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental no seu artigo 6º coloca:

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos,

de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; (BRASIL, 2002b) (grifo nosso).

O Decreto acima citado estabelece a maneira pela qual as empresas devem cumprir o que a Lei determina:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada,

fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Neste sentido o papel da empresa em relação à EA consiste em atender as determinações legais, nos Artigos supracitados. Porém a interpretação dada ao termo *capacitação profissional* têm-se mostrado equivocada, uma vez que as empresas a designam a atividades de treinamento ambiental regular do público interno ou a ações fragmentadas e triviais para o público externo do seu entorno como hortas, reciclagem, desfiles, que possuem fim na própria atividade. Assim, o fiel cumprimento da determinação legal implica em sensibilizar o trabalhador para os princípios básicos da EA, com o intuito de atingir seus objetivos fundamentais fixados no Artigo 5º.

Caminhadas em trilhas, visitas ecológicas, ou seja, trabalhos típicos de sensibilização também são denominados de EA e, porém apenas se constituem em uma parte de sua proposta. Outras vezes ela aparece como respostas a Termos de Ajustes de Conduta (TAC) devido a incidentes ou acidentes ambientais ou para a certificação ambiental como a busca pela ISO 14001. Neste contexto, esses programas são de eficácia/efetividade conceitual e metodológica questionáveis, em geral, por ausência de referencial teórico-prático desde sua concepção até a avaliação final da atividade.

Teoricamente, pode-se supor que a EAEB seja desenvolvida, essencialmente, no bojo dos processos de gestão ambiental, tanto para a economia de custos (AZEVEDO, 2003) como para a obtenção certificada da ISO 14001 (SEIFFERT, 2006). Adams (2005) em seu trabalho, sobre a EA no contexto produtivo, arrolando 16 empresas brasileiras verificou que a EAEB por ela estudada não apresentou: a) referencial teórico-metodológico nas práticas; b) baixo criticismo; c) baixa reflexão nos atos. Sugere, assim, identificada apenas para a busca de certificações, prêmios, etc. que nada mais são que estratégias de marketing empresarial.

Diante deste quadro, torna-se fundamental verificar se as práticas de EA empresariais aderem ao conceito da EASS e assim ao ProNEA, desenvolvendo desta forma atividades de EA de qualidade.

Se constituindo em uma pesquisa exploratória, o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o tema tendo em vista sua complexidade. Não possui tampouco o intuito de apresentar receitas para a inserção da EA nos ambientes empresariais. Pretende, sim, apresentar uma profunda reflexão acerca da problemática ambiental que se vivencia, e despertar o interesse de todas as pessoas, em todos os contextos, principalmente nos ambientes empresariais, para direcionarem suas ações educativas de modo a promoverem o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo foi conhecer e examinar criticamente as atividades designadas como Educação Ambiental promovidas por empresas de grande porte do sudeste brasileiro, contextualizando-as às variantes da Educação Ambiental através dos Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) traduzidos dos princípios da EASS, investigando se seus programas nesta área possuem qualidade conceitual e desenvolvem desta forma uma EA de qualidade.

1.2.2. Objetivos específicos

- ✓ Identificar a existência de EA nas empresas e suas finalidades;
- ✓ Investigar a concepção de EA existente nas empresas;
- ✓ Avaliar a distinção feita entre EA e treinamento pelas empresas;
- ✓ Identificar os motivos à adoção de EA na empresa;
- ✓ Avaliar que abordagem as empresas oferecem ao realizar suas atividades de EA.

1.3. JUSTIFICATIVA

A constatação da necessidade de aprimoramento da EAEB que desencadeou o início deste trabalho teve origem em uma pesquisa efetuada anteriormente por PEDRINI e PELLICCIONE (2007) que realizaram um estudo exploratório da qualidade do conceito da EAEB em treze empresas potencialmente poluidoras. Foram selecionadas as empresas que possuíam trabalhos corporativos de EA ou trabalhos que elas próprias divulgavam nas suas páginas corporativas na Internet. Assim, ambas as fontes estudadas eram de acesso público. Buscou-se verificar através dos Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) se os programas de Educação Ambiental em empresas do Brasil possuíam qualidade. Na maioria delas, cerca de 60% dos IQC, referente ao conceito de qualidade da EASS adotado no trabalho foram inadequados ou não informados adequadamente, sugerindo uma prática de EAEB deficiente, calcado num processo equivocado e de qualidade suspeita, se fazendo necessário estudo mais detalhado. Desta forma esta pesquisa buscou compreender melhor a EAEB avaliando diretamente através discurso das empresas a qualidade conceitual de seus programas de EA.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA EA

Paulo Freire, considerado por muitos como o maior educador do século XX, deu origem a uma original concepção dialógica, problematizadora, conscientizadora e libertadora da educação, em contraposição à educação tradicional. Ao longo de seu trabalho relacionou e integrou as dimensões cognitivas, afetivas, sensitivas, éticas, estéticas e políticas dos seres humanos. Designando a educação tradicional baseada em pressupostos behavioristas por “concepção bancária”, tem um papel passivo no processo de aprendizagem, limitando-se a memorizar e a armazenar os conhecimentos que o educador transmite através de aulas predominantemente expositivas e narrativas, visando somente atingir os domínios cognitivos (as inteligências lógico-matemática e lingüística). Desta forma, o desenvolvimento do educando é compartimentado e limitado transformando-os em seres domesticados e alienados (GADOTTI, 2000).

Para Freire o caminho metodológico utilizado na educação que emancipa, aquela em que a dialética forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana vinculadas ao fazer educativo impliquem mudanças individuais e coletivas, parte do conhecimento, dos saberes existentes, mesmo que não percebidos como saberes pelo sujeito. Esse processo é chamado por ele de *conscientização*, isto é, discutir os conteúdos da “consciência ingênua” (singela, superficial, saudosista, massificadora, mística, passional, estática, imutável, preconceituosa e sem argumentos) do mundo e das coisas em busca da “consciência crítica” (sempre disposta a revisões, repele preconceitos, é inquieta, autêntica, democrática, indagadora, investigadora e dialógica) é o significado da educação. As técnicas de ensino são possibilidades metodológicas de *leitura* do mundo, das idéias e das coisas, são formas metodológicas de promover o questionamento, pois o que se pretende é a percepção crítica do mundo (TOZONI-REIS, 2006).

Este processo parte da constatação de que é fundamental a necessidade de superação do conhecimento imediato da realidade em busca de sua compreensão mais elaborada, mais refletida. Desta forma, o processo de conscientização tem no ato ação-reflexão-ação a unidade dialética pela qual se ultrapassa as raias da consciência ingênua em busca da consciência crítica:

“Num primeiro momento a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual está e procura. Essa tomada de consciência não é ainda a conscientização porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.” (FREIRE, 1980, p. 26)

É neste processo de ação propriamente dita e reflexão histórica que implica opções políticas e articula conhecimentos e valores para a transformação das relações sociais que é concebida a *conscientização*.

Conscientização é, portanto, um processo de construção ativa e refletida dos sujeitos, rumo àquela consciência crítica, onde acontece a articulação radical entre conhecimento e

ação, a uma ação política, transformadora, libertadora e emancipatória em um processo histórico e concreto. Desta forma a EA uma vez percebida como mediadora das relações entre os sujeitos e desses com o ambiente deve se estabelecer sobre este princípio, não no sentido de proporcionar um resultado imediato da aquisição de conhecimentos sobre os processos naturais como concebe a maioria, mas promovendo a reflexão filosófica e política, a articulação entre conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, carregada de escolhas históricas que resultam na busca de uma sociedade sustentável (TOZONI-REIS, 2006).

A Pedagogia de Paulo Freire vai além da pesquisa e da tematização, incluindo a problematização que supõe a ação transformadora. Para este pensador, o conhecimento não é libertador por si mesmo. Ele precisa estar associado a um compromisso político em favor da causa dos excluídos. O conhecimento é um bem imprescindível à produção de nossa existência. Por isso ele não pode ser objeto de compra e venda (como impõe o sistema capitalista), cuja posse fique restrita a poucos. Paulo Freire tinha um verdadeiro amor pelo conhecimento e amor pelo estudo, porém dizia que conhece-se para interpretar e transformar o mundo. O conhecimento deve constituir-se numa ferramenta essencial para intervir no mundo.

Desta forma a pedagogia de Paulo Freire condena as mentalidades fatalistas que se conforma com a ideologia imobilizante de que "a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?" Em Paulo Freire, educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a História é um tempo de possibilidades. No entanto, toda a curiosidade de saber exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o próprio discurso teórico terá de ser aliado à sua aplicação prática. Assim, a teoria e a práxis educativa desenvolvida por Paulo Freire, constituem, seguramente, uma inspiração e uma orientação nesta difícil, mas possível e necessária caminhada, por um mundo socialmente mais igualitário e justo e, ecologicamente, mais equilibrado.

Para que haja esperança na construção de um mundo melhor é imprescindível que as pessoas superem as trevas da ignorância, assumam uma postura ética e afetiva e partam na busca da verdade, assumindo-se como sujeitos da sua própria história.

Pela *Pedagogia da indignação* este pensador reafirma que, embora seja difícil, não é impossível melhorar o mundo e que se a educação sozinha não transforma a sociedade é,

contudo, indispensável para a sua mudança. Mudança para uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana e, ecologicamente, mais equilibrada, mais sustentável.

“[...] urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador... Neste sentido me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do mar, das águas, dos campos, devastadora das matas. Destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves... Por isso, aceitar o sonho de um mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de criá-lo. Processo de luta profundamente ancorado na ética. De luta contra qualquer tipo de violência. De violência contra a vida das árvores, dos rios, dos peixes, das montanhas, das cidades, das marcas físicas de memórias culturais e históricas. De violência contra os fracos, os indefesos, contra as minorias ofendidas. De violência contra os discriminados não importa a razão da discriminação”. (FREIRE, 2000, p 66- 67; 132-133).

É neste contexto concebido por Paulo Freire que reside a verdadeira identidade da EA: ela deve ser capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos, que se pautem pela construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja entendida também como democracia, equidade, justiça, autonomia e emancipação. Isso significa superar a idéia, muito presente nas propostas de EA, de que esta tem como objetivo a “mudança de comportamento” dos sujeitos em busca de comportamentos considerados ambientalmente corretos, configurando-se, como nos ensina Brügger (1994) num *adestramento ambiental*.

2.2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.2.1. Um pouco da trajetória da Educação Ambiental

Pelo fato de muitas obras já exibirem com detalhes o histórico da EA decidiu-se mostrar na forma de uma tabela (tabela 01) os principais eventos que proporcionaram o crescer da EA no contexto brasileiro e mundial.

TABELA 1. A Trajetória da Educação Ambiental.

ANO	ACONTECIMENTOS
1965	Conferência em Educação, realizada em Keele, Inglaterra, onde concluiu-se que a Educação Ambiental deveria se tornar parte essencial da educação de todos os cidadãos Dias (2001).
1968	Nasce o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido (BRASIL, 2007).
1970	Inicia-se o uso da expressão <i>Environmental Education</i> (Educação Ambiental) nos Estados Unidos, primeira nação a aprovar a Lei sobre EA (DIAS, 2001).
1972	Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano (The United Nations Conference on the Human Environment): primeira reunião de caráter oficial a tratar de assuntos ambientais, realizada de 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, que surgiu em âmbito mundial a preocupação com os problemas ambientais (PEDRINI, 2002).
1975	Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, onde foram formulados os princípios e orientações para o desenvolvimento de um programa de EA (MININNI-MEDINA, 2001).
1977	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada na cidade de Tbilisi, URSS que a EA teve seus princípios norteadores e seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador, reconhecidos internacionalmente (MININNI-MEDINA, 2001).
1979	Realização do Seminário de Educação Ambiental para América Latina realizado pela UNESCO e PNUMA na Costa Rica. O departamento do Ensino Médio/MEC e a CETESB publicam o documento “Ecologia - Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus (DIAS, 2001).
1985	Parecer 819/85 do MEC reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão”(BRASIL, 2007).
1987	Estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90 - documento final do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente, realizado em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. Ressalta a importância da formação de recursos humanos

	<p>nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis (BRASIL, 2007).</p> <p>Divulgação do <i>Our Common Future</i> (Nosso Futuro Comum), relatório da Comissão Brundtland, sobre meio ambiente e desenvolvimento (DIAS, 2001).</p> <p>Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou por unanimidade, a conclusão da Câmara de Ensino a respeito do parecer 226/87 que considerava necessária a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, bem como sugeria a criação de Centros de Educação Ambiental (DIAS, 2001).</p> <p>A UNESCO/PNUMA realizou em Moscou o Congresso Nacional sobre Educação e Formação Ambientais - UNESCO/PNUMA onde foram analisadas as conquistas e dificuldades na área de EA desde a conferência de Tbilisi e discutido uma estratégia internacional de ação em educação e formação ambientais para a década de 90 (BRASIL, 2007).</p>
1988	<p>Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina ao "... Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino..."</p> <p>Realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental no Rio Grande do Sul.</p> <p>Realização do Primeiro Fórum de Educação Ambiental promovido pela CECAE/USP, que mais tarde foi assumido pela Rede Brasileira de Educação Ambiental. (BRASIL, 2007)</p>
1990	<p>A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada Jontien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, reitera: "confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente...." (BRASIL, 2007)</p> <p>A organização das nações unidas declara 1990 o Ano Internacional do Meio Ambiente (DIAS, 2001)</p>
1991	<p>Portaria 678/91 do MEC, determinou que a educação escolar deveria contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Foi enfatizada a necessidade de investir na capacitação de professores.</p> <p>Portaria 2421 /91 do MEC, institui em caráter permanente um Grupo de Trabalho de EA com o objetivo de definir com as Secretarias Estaduais de Educação, as metas e estratégias para a implantação da EA no país e elaborar proposta de atuação do MEC na área da educação formal e não-formal para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (DIAS, 2001).</p> <p>Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental, promovido pelo MEC e SEMA com apoio da UNESCO/Embaixada do Canadá em Brasília, com a finalidade de discutir diretrizes para definição da Política da EA (DIAS, 2001).</p>
1992	<p>Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO -92. Nasce o</p>

	“Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (TEASS) em um eventos paralelos realizado extra muros durante a Conferência denominado Jornada Internacional de Educação Ambiental (MININNI-MEDINA,2001).
1993	Portaria 773/93 do MEC, institui em caráter permanente um Grupo de Trabalho para EA com objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implementação da EA nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades - concretizando as recomendações aprovadas na RIO -92 (DIAS, 2001).
1994	Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, elaborada pelo MEC/MMA/MINC/MCT com o objetivo de “capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades.”(DIAS, 2001)
1999	Promulgada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a que deverá ser regulamentada após as discussões na Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA (BRASIL, 2007). Portaria 1648/99 do MEC cria o Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir a regulamentação da Lei nº 9795/99 (BRASIL, 2007). MEC propõe o Programa PCN’s em Ação atendendo às solicitações dos Estados. Meio Ambiente, uns dos temas transversais, será trabalhado no ano 2000 (BRASIL, 2007).

2.2.2. Vertentes da Educação Ambiental

2.2.2.1. Romper com a Educação Ambiental Conservadora

É historicamente nova a preocupação verdadeiramente global e integrada da questão ambiental. A discussão sobre o meio-ambiente, incluindo-se aí o homem, intensifica-se e ganha uma maior importância nas três últimas décadas do século XX diante da ampliação da crise ambiental e social que deu vazão à perda de confiança no desenvolvimento econômico, que produziu conseqüências destruidoras não somente para o meio ambiente, para a paisagem natural, mas também para a esfera moral, a ordem social e a saúde humana.

Dessa maneira, de diferentes setores sociais surgem teorias e práticas ecológicas complexas e diversas formando um todo que nada tem de unidimensional e monolítico, porém múltiplo de possibilidades e interesses que vai muito além da dualidade cartesiana *desenvolvimento x sustentabilidade* chamado movimento ambientalista (BRÜGGER, 1994; LAYRARGUES, 2002).

Da mesma maneira quanto à diversidade que inspira as inúmeras variações do ambientalismo, é vasta a diversidade de classificações a respeito da EA, não sendo mais possível entender a EA monoliticamente no singular como um único modelo alternativo de educação, que se opõe a uma educação convencional, que não é ambiental. Alguns autores brasileiros preocupados com o reducionismo do modo de pensar e fazer a EA estão unidos no esforço de construir um novo olhar sobre ela:

“[...] um olhar ponderado entre as múltiplas dimensões da complexidade ambiental, criando novas denominações para renomear a educação que já é adjetivada de “ambiental”, para que a EA seja compreendida não apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental.” (LAYRARGUES, 2004, p.12).

Com lógica a esse compêndio da EA já agregada na Educação, novas denominações para conceber a EA foram realizadas no final da década de 80 e início da de 90. Essas diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. (LAYRARGUES, 2002).

Hoje, ainda de acordo com este autor, parece não ser mais possível afirmar simplesmente que se faz *Educação Ambiental*. Afirmar que se trabalha com EA, apesar do vocábulo conter em si os atributos mínimos cujos sentidos diferenciadores da educação (que não é ambiental) são indiscutivelmente conhecidos, parece não fazer mais plenamente sentido. A diversidade de nomenclaturas hoje enunciadas representa um momento da EA que aponta para a necessidade de se re-significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos.

De acordo com Guimarães (2004), existe a necessidade da diferenciação de uma ação educativa que seja capaz de contribuir para a transformação de uma realidade que se encontra em grave crise sócio-ambiental de uma que seja essencialmente conservacionista, baseada em um conhecimento fechado e objetivo, a partir de uma perspectiva “biologizante” e simplista da realidade ambiental. A partir desta contraposição, existe a necessidade de uma redefinição da EA, pois a concepção de EA que vem se firmando perante a sociedade não está sendo epistemologicamente instrumentalizada, nem empenhada com o processo de transformações significativas da realidade.

A *EA Conservacionista ou Convencional* de acordo com Loureiro (2004, p.80), é aquela que tem suas ações práticas dirigidas para a manutenção intacta de áreas protegidas e a defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza e, em suas palavras, completa:

“[...] está centrada no indivíduo [...] Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão idealizado de relação corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, com uma tendência a aceitar a ordem estabelecida como condição dada, sem crítica às suas origens históricas. O importante para esta vertente não é pensar processos educativos que associem a mudança pessoal à mudança societária como pólos indissociáveis na requalificação de nossa inserção na natureza e na dialética entre subjetividade e objetividade.”

Para Lima (2004) a *EA Conservadora* é aquela cujas relações sociais globais e as relações entre a sociedade e o ambiente são satisfatórias ou, senão plenamente satisfatória, o melhor que podemos conceber e por em prática.

A despeito da diversidade de classificações a cerca da EA percebe-se um consenso quando se afirma:

- ✦ A EA deveria priorizar o investimento na estrutura e no funcionamento dos sistemas sociais, ao invés da compreensão exclusiva da estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos;

- ✦ A EA deveria indicar soluções no âmbito coletivo e de ordem política e não no âmbito individual e de ordem moral e técnica; que não se confundisse com uma educação conservacionista, porém se assemelhasse mais a uma educação popular;

- ✦ A EA deveria ter como alvo prioritariamente os sujeitos expostos aos riscos ambientais e as vítimas da injustiça e do racismo ambiental e não vislumbrasse a humanidade como um todo como objeto da EA;

- ✦ A EA deveria colocar em segundo plano, conceitos e conteúdos biologizantes e ecológicos do processo ensino-aprendizagem, para incorporar prioritariamente, conceitos e conteúdos oriundos da sociologia, como Estado, Mercado, Sociedade, Governo, Poder, Política, Cidadania, dentre outros (LAYRARGUES, 2002).

Percebemos esta convergência de idéias no discurso de vários autores.

De acordo com Reigota (1994) a EA deve ser tão reflexiva, quanto ativa ou comportamental. Assim, a EA deve ser entendida como educação política, na medida em que se reivindica e prepara os indivíduos para exigir justiça social, cidadania, ética nas relações sociais e com o meio ambiente.

Neste sentido, EA para Carvalho (2004) deve ser compreendida em um molde que percebe a política vinculada às relações sociais e ambientais, onde a educação ambiental é ligada aos movimentos sociais, envolvida com a democracia, a participação social e a cidadania. Inspirada nesta concepção que situa a educação imersa na vida, na história e nas questões imprescindíveis de nosso tempo, a educação ambiental acrescenta uma especificidade:

“[...] compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental.” (CARVALHO, 2004 p.19)

Para Layrargues (2002), não é possível almejar a questão ambiental sem considerar a realidade social:

“A criação de uma consciência ecológica, por mais sutis que sejam estas relações, não se faz de modo isolado das condições sociais.” (LAYRARGUES, 2002, p. 139)

Segundo o princípio nº 4 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social a EA: *não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para transformação social* (La ROVÈRE e VIEIRA, 1992).

A censura que se aplica à EA Conservadora, diz respeito ao seu foco dissociado da política e a não contextualização social, econômica e cultural. Há em sua prática um viés predominantemente ecológico que prioriza uma posição de produção e transmissão de

conhecimentos e valores ecologicamente corretos, reforçando assim a dicotomia sociedade-natureza existente. Deixa a desejar ao excluir o homem como sujeito responsável pela crise ambiental e sua solução. Enfim, é uma EA que está de acordo com a realidade sócio-ambiental vigente e, por isto, é incapaz de transformá-la.

A possibilidade de aproximação dessas novas perspectivas da EA que rompem com o modelo convencional, é a conjectura de que somente com a transformação da sociedade será possível proteger a natureza. Somente reforma não seria suficiente (LAYRARGUES, 2002).

Vários autores no Brasil empreenderam uma tarefa de identificação das principais correntes de educação ambiental. Sorrentino (1995) define-as como Conservacionista, Educação ao ar livre, Gestão ambiental e Economia ecológica.

Leonardi (1997), complementando Sorrentino (1995), observa que as diversas interpretações da educação ambiental podem ser sintetizadas em quatro tipos de objetivos, a saber: objetivos biológicos ou conservacionistas; objetivos cultural-espirituais que buscam o autoconhecimento e o conhecimento do universo; objetivos políticos que visam à democracia, participação social e a cidadania e os objetivos econômicos que defendem o trabalho libertador, a autogestão e as metas políticas acima citadas.

Sauvè (1997) discute algumas variedades dessa grande diversidade de classificações a respeito da EA. Essas variações, ao contrário das variações do ambientalismo encontram complementariedade entre si:

- a) *Educação sobre o meio ambiente*: nesta categoria, mostra que a interação com o ambiente promove a aquisição de conhecimentos e habilidades através da transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, em que o meio ambiente se torna objeto do aprendizado;
- b) *Educação no meio ambiente*: aqui, o aprendizado acontece através do contato com a natureza. Também conhecido como Educação ao ar livre.
- c) *Educação para o meio ambiente*: busca-se aqui o engajamento ativo do educando que aprende a resolver e prevenir os problemas ambientais. O meio ambiente se torna uma meta do aprendizado.

Esta mesma autora realiza outra classificação, na qual identifica diferentes correntes em EA. Classificação adotada por este estudo, a noção de corrente refere-se a uma maneira geral de conceber e praticar EA. Neste contexto podem se incorporar a uma mesma corrente, uma pluralidade e diversidade de proposições e por outro lado, podem se incorporar uma mesma proposição pode corresponder a duas ou três correntes diferentes, segundo o ângulo sob qual é analisada. São assim classificadas: *corrente naturalista, conservacionista/recursista, resolutive, sistêmica, científica, humanista, moral/ética*. E entre as mais recentes são classificadas: *corrente holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação, da sustentabilidade* (SAUVÈ, 2005).

Para Edwards¹ (*apud* KITZMANN e ASMUS, 2002) em termos de EA define que o conhecimento é a educação sobre o meio ambiente, sendo que os valores e atitudes, assim como uma ação positiva, é uma educação para o meio ambiente.

Brügger (1994), também reconhece a diversidade de abordagens da questão ambiental na educação. Contudo, devido à forma de organização do conhecimento na sociedade distingue duas tendências gerais:

a) as propostas educacionais oferecidas pelas ciências humanas, onde os fatores históricos e sociais são ressaltados, em detrimento dos aspectos técnicos e naturais da questão ambiental.

b) a outra tendência geral concentra sua abordagem, quase que exclusivamente, sob os aspectos técnicos e naturais dos problemas ambientais. Essa tendência, onde destacam se os temas ecológicos, segundo a autora, têm prevalecido sobre a tendência anterior. Ela atribui essa prevalência à histórica fragmentação do saber, que divide as ciências sociais e naturais e à dimensão instrumental do conhecimento institucionalizado pela sociedade industrial.

Carvalho (1995) investiga as tendências das propostas educacionais para o ambiente postas em prática no Brasil, destacando suas concepções pedagógicas, filosóficas e políticas. De acordo com esta autora, características conservacionistas, individualistas e comportamentalistas, determinam tanto o discurso, quanto a prática dominante de educação

¹ EDWARDS, J. 2005. *Citizenship and environmental education*. In: GOODALL, S. (Ed.). *Developing environmental education in the curriculum*. London: Devid Fulton Publishers Ltd. 1994. 138 p.

ambiental no Brasil. Assim, concepções dessa natureza reduzem a questão ambiental a uma questão exclusiva de sustentabilidade físico-biológica, de gestão dos recursos naturais, em detrimento a sustentabilidade política dos recursos naturais, em seu entender o ponto central do problema. Em suas palavras:

“Além da sustentabilidade física, e mesmo constitutiva desta, está a sustentabilidade política que poderia ser descrita pelas relações de força que resultam numa gestão democrática que não exclua grupos sociais do acesso aos bens ambientais, compreendidos como os bens materiais e simbólicos sobre os quais suas vidas estão construídas.” (CARVALHO, 1995, p.60).

Com base nessa concepção reducionista, essas propostas possuem a intenção de frear os processos que causam a degradação do meio ambiente apenas através de mudança de comportamentos individuais que reforcem a conservação do ambiente. As abordagens individualistas e comportamentalistas exprimem sua parcialidade quando delimitam seu entendimento a cerca dos problemas sócio-ambientais – e de suas respostas – à *“ignorância humana”* sobre a dinâmica dos ecossistemas e aos comportamentos e atitudes individuais ecologicamente incorretas que daí decorre. A partir desse diagnóstico tendem a dar ênfase às respostas à crise no ensino de ecologia, em estímulo à moral e na modificação das condutas individuais que contribuem para a degradação. Esses apelos individualizantes associados à esfera privada deixam de lado toda a dimensão pública e política inerente à origem dos problemas ambientais (LAYRARGUES, 2003; CARVALHO, 1995).

Quintas (2004) tem o mesmo parecer quando coloca que cada um fazer a sua parte, por si só, não garantiria, necessariamente, a prevenção e a superação dos problemas ambientais. Coloca desta forma:

“Numa sociedade massificada e complexa, assumir no dia-a dia condutas coerentes com as práticas de proteção ambiental pode estar além das possibilidades da grande maioria das pessoas. Muitas vezes o indivíduo é obrigado, por circunstâncias que estão fora de controle, a consumir produtos que usam embalagens descartáveis em lugar das retornáveis; a alimentar-se com frutas e verduras cultivadas com agrotóxicos; a utilizar o transporte individual em vez do coletivo, apesar dos engarrafamentos; a cumprir escala de rodízio de veículos; a trabalhar em indústrias poluentes; a aceitar a existência de lixões no seu bairro; a desenvolver atividades com alto custo energético; a morar ao lado de indústrias poluentes; a adquirir

bens com obsolescência programada, ou seja, a conviver ou praticar atos que repudia pessoalmente, cujas razões na maioria dos casos, ignora. De acordo com esta visão, as decisões envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais são a que condicionam a existência ou inexistência de agressões ao meio ambiente.” (QUINTAS, 2004, p.129)

Carvalho (1992), em outro estudo de sua autoria, defende que novos valores não são construídos, exclusivamente, através de programas educativos, mas nas práticas e no cotidiano da vida social.

A outra tendência possível, à qual a autora se filia, situa a educação ambiental dentro de uma matriz que considera as relações sociais e ambientais sob o primado da política. Nesse sentido, defende uma educação ambiental articulada com os movimentos sociais, comprometida com a democracia, a participação social e a cidadania. Considera que o caráter reducionista da vertente anterior, perde muito de sua capacidade de transformar a realidade, ao restringir a questão ambiental à esfera privada não a integrando à esfera pública, território dos direitos de cidadania. Para a autora:

“[...] a educação ambiental pode ser uma prática de ação política que interpele a sociedade, problematizando a degradação das condições ambientais e das condições de vida como processos intrinsecamente articulados” (CARVALHO,1995, p.61).

2.2.2.2. A Educação Ambiental ou as Educações Ambientais?

De acordo com Layrargues (2004), dada à amplitude do termo Educação e do adjetivo Ambiental, ao abordarmos as várias questões subjacentes ao tema, devemos avaliar as possibilidades de movimentos distintos que podem surgir advindas de diferentes pressupostos filosóficos e práticas pedagógicas. Esses conceitos apesar de pertinentes À EA, demonstram vertentes diferentes bem demarcadas em suas peculiaridades, advinda dos avanços nos campos teóricos e práticos. Desta forma, não se pode substituir o vocábulo “Educação Ambiental” por tais conceitos, mas sim considera-los como partes intrínsecas ao tema.

Carvalho (2004) coloca que o mapa das educações ambientais não é de fácil evidência para quem caminha pela multiplicidade das trilhas conceituais, práticas e metodológicas que aí se ramificam. Para esta autora:

“[...] O melhor enfrentamento da babel das múltiplas educações ambientais passa, do nosso ponto de vista, pela abertura de um espaço que contemple o diálogo entre as diferentes abordagens. Para que este diálogo se dê é condição fundamental a explicitação dos pressupostos de cada uma das diferentes posições”. (CARVALHO, 2004 p.14)

A tabela abaixo mostra como são exploradas as fronteiras internas do campo da educação ambiental, apresentando tanto as similitudes como as heterogeneidades das suas diferentes nomenclaturas, tornando possível identificar o conjunto das características e das circunstâncias que outorgam as particularidades da educação ambiental brasileira.

TABELA 2. Conjunto das características da Educação Ambiental brasileira.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PRINCÍPIOS
Educação Ambiental Crítica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grande diálogo entre o meio social e ambiental (CARVALHO, 2004); ✓ indivíduos e grupos sociais devem ser capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões sócio-ambientais, tendo como objetivo uma ética preocupada com a justiça ambiental; ✓ a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado; ✓ não tem a pretensão de intervir exclusivamente no indivíduo, ou seja, não concebe que a almejada mudança da sociedade se dará pela soma das mudanças individuais, ou seja, o famoso <i>quando cada um fizer a sua parte</i>. A formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se estes forem pensados como que engendrados; ✓ promove a compreensão dos problemas sócio-ambientais em suas múltiplas dimensões negando a ruptura do binômio sociedade-natureza, mediado por saberes locais e tradicionais, além dos saberes científicos, contribuindo assim para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos bens ambientais em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de vida e de relação com a natureza (CARVALHO,

	2004).
Educação Ambiental Transformadora	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origina-se na intenção das pedagogias críticas e emancipatórias, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma, através do questionamento essencial aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo para formação de uma nova sociedade (LOUREIRO, 2004). ✓ Influenciada pela <i>Pedagogia Libertária e Emancipatória de Paulo Freire</i> e seus diálogos com a tradição do método dialético marxista, e também pela pedagogia histórico-social, possui como finalidade primordial da revolução dos indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas social-naturais existentes; ✓ A principal finalidade da EA Transformadora é provocar uma transformação nos indivíduos de maneira a alterar concepções e atitudes em seu cotidiano, capacitando-os a atuarem com autonomia e de maneira crítica na construção desta nova forma de se relacionar socialmente na dinâmica da vida em todas as suas nuances e de modo emancipado (Loureiro, 2004). ✓ sociedade e educação mantêm uma relação de diálogo entre si; ✓ vislumbra a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo através do qual se atua e se reflete, o que permite transformar a realidade da vida. Aceita os diversos olhares e assim as diferenças de relações que os grupos sociais mantêm com a natureza, como maneira de conquistar uma organização diferente desta em que se vive apontando desta forma em uma direção mais justa para todos (LOUREIRO, 2004).
Educação Ambiental Emancipatória	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A EA é compreendida como um instrumento de mudança social e cultural de sentido libertador que não pretende se alienar do mundo na qual se insere e assim em conjunto a outros empreendimentos (políticos, legais, sociais, econômicos e tecnocientíficos), busca responder aos desafios colocados pela questão ambiental (LIMA, 2004); ✓ adota temas geradores da <i>Pedagogia de Paulo Freire</i> enfatizando a multidimensionalidade que possibilita uma compreensão da realidade com base na política, complexa e transformadora; ✓ pleiteia a favor de uma EA politizada, que torne possível o desenvolvimento de uma educação contra-hegemônica, que seja libertadora. Atesta uma contraposição à educação que tenha uma visão parcial e reducionista da realidade e que por isto se inclina a ter uma visão míope dos problemas ambientais (LIMA, 2004).

Ecopedagogia	<p>✓ Considera a EA como uma mudança de mentalidade em relação à qualidade de vida, associada à busca do estabelecimento de uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com o outro e com o ambiente;</p> <p>✓ vertente bastante influenciada pela <i>Pedagogia freireana</i> que contribuiu com sua educação problematizadora, na qual se questiona o sentido da própria aprendizagem;</p> <p>✓ entende a sociedade a partir de um ponto de vista histórico, onde fenômenos sociais estão relacionados a uma realidade ampla que imprime neles sua marca histórica e seus significados culturais (ACSELRAD, 2004).</p>
Educação no Processo de Gestão Ambiental	<p>✓ Esta Educação ocupa o espaço da gestão ambiental na forma de espaço pedagógico, buscando tornar concreto na prática da gestão ambiental pública e no licenciamento a efetivação dos preceitos que devem dirigir a administração pública brasileira, segundo o art. 37 da Constituição Federal;</p> <p>✓ a eficiência no processo de EA se faz conforme torna possível ao indivíduo ter a compreensão de si como sujeito social, com competência de compreender a complexidade do vínculo entre sociedade e natureza assim como se comprometer a atuar em favor da prevenção de riscos e danos ambientais, conseqüentes da interferência do homem no ambiente físico-natural e construído, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) e o Decreto nº 4.281/02 que a regulamenta. A EA torna-se assim, um importante instrumento para permitir a participação e o controle social durante o processo de licenciamento de qualquer empreendimento que, de alguma maneira afete o meio ambiente e desta maneira, a qualidade de vida das populações (QUINTAS, 2004).</p> <p>✓ tem como exigência profissionais especialmente habilitados, pois se origina no espaço em tensão, formado pelo processo que decide sobre o destino dos recursos naturais na sociedade.</p> <p>✓ propõe uma EA crítica, transformadora e emancipatória. Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos (LAYRARGUES, 2002).</p>

2.2.3. Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Sociedade Sustentável de acordo com Pedrini e Brito (2006), é um novo paradigma que

tem como proposta uma redefinição do modo de vida em sociedade onde haja mais justiça e menores diferenças. Conceito este que está sendo elaborado, tanto no âmbito do ambientalismo como no da EA, evoca uma diminuição entre o excesso de consumo e a privação. O espaço ambiental disponível estabelece um máximo para o nível permitido de uso e de gasto dos recursos naturais. Assim definidos esse limite entre o manter-se no espaço ambiental e o consumo exagerado que vai além da capacidade de sustentação da natureza, torna-se necessário apresentar a quantidade mínima anual que uma pessoa precisa para viver dignamente. Comparando o uso atual deste espaço com o uso permissível, obteremos a quota de redução de *inputs* para que uma economia nacional atinja a sustentabilidade, ou seja, a obtenção de uma sustentabilidade que se intitula *Linha de Dignidade*.

“Isto não implica, porém, em uma redução significativa do padrão ou mesmo da qualidade de vida, pois os recursos podem ser utilizados de muitas maneiras para satisfazer as demandas sociais próprias das prioridades culturais e pessoais, dependendo do grau de eficiência das tecnologias e padrões existentes ou acessíveis”.
(SPANGERBERG² apud MEIRA e SATO, 2005 p.5).

Assim, a educação se torna primordial uma vez que contribui para a formação de sujeitos críticos que reconhecem o valor de sua atuação como agente transformador da sociedade, ajudando-os a manter sua tradição cultural, desenvolvendo nos mesmos novos valores éticos e estratégias, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade em seu corpo social local, e ao mesmo tempo global.

Sociedade Sustentável é aquela que mantém o capital natural ou o compensa pelo desenvolvimento do capital tecnológico com uma utilização menor do capital natural, podendo assim ser resguardado o desenvolvimento de gerações futuras. O progresso das Sociedades Sustentáveis é medido pela qualidade de vida em oposição ao puro consumo material (FERREIRA e VIOLA, 1997; FERREIRA, 2005).

O Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis (TEASS) é um dos referenciais teóricos mais importantes da EA e junto com os pressupostos pedagógicos da

² SPANGENBERG, Joachim. 2004. Critérios integrados para a elaboração do conceito de sustentabilidade. In **Cadernos do Brasil Sustentável e Democrático**. Rio de Janeiro: FASE [download], <http://www.rits.org.br/pbsd>, 17.fev.2004.

declaração de Tbilisi apresentam-se como fundamentais para a prática da EA (DIAS, 2001).

Na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Rio-92*), em um evento paralelo realizado extra muros realizado durante a Conferência denominado Jornada Internacional de Educação Ambiental foi que nasceu o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (TEASS). Sua concepção inicial não era a formação de um tratado, mas sim de convocar educadores do mundo inteiro a trazerem sua mensagem para a Rio 92, com o objetivo de compor uma *Carta de Educação Ambiental*, porém com o decorrer de vários eventos emergiu a idéia de que o futuro perfil da humanidade não poderia ser desenhado apenas pelos diversos governos nacionais ou pelos mecanismos oficiais de concentração mundial hoje existentes.

Desta forma, representantes de 1300 organizações não-governamentais (ong's) com atuação em 108 países, cidadãos comprometidos com a crise originada da questão ambiental que condena à miséria grande parte da humanidade aceitaram o desafio de imaginar e propor alternativas à iniquidade do modo de vida global refutando a idéia de *educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e responsabilidade global*, muito questionada pelos que traziam dados concretos da realidade de seus países e do mundo, mostrando que o desenvolvimento – concebido como crescimento econômico conforme o modelo atual, nunca poderá ser sustentável. Após muitas contribuições, emergiu e foi aprovado o conceito de *Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis* - no plural - uma vez que não se pode contrapor um modelo hegemônico a outro modelo de dominação global.

A concepção do Tratado não foi nada fácil. Muitas pessoas não entendiam como se podia pensar num Tratado com o tema de Educação Ambiental. Outras, ao contrário, insistiam na importância de fazê-lo, principalmente porque este seria o Tratado com condições de ser o elo entre todos os demais nascidos na conferência, uma vez que a educação, a reciclagem, a renovação dos seres humanos era, em última instância, o que definia a possibilidade de aplicar os demais Tratados.

Deste ponto de partida até a redação final, várias mediações conceituais, políticas, pedagógicas e práticas, se passaram o que fez do Tratado uma verdadeira construção social. Assim, o Tratado, assim como a carta que o antecedeu, circulou nos cinco continentes e foi objeto de seminários, oficinas, encontros em diversos países. Retornos do Brasil e de todos os demais países da América Latina, de países europeus como a Alemanha, Itália, França,

Bélgica, Rússia, da Ásia e do Pacífico - como o Japão e a Austrália - dos Estados Unidos e Canadá foram recebidos. Havia depoimentos impressionantes vindos de lugares desconhecidos, querendo contribuir para a elaboração de um *pacto humano* que dissesse como se pretende construir este planeta de agora em diante e qual é o compromisso para o novo milênio que se quer assumir.

Em sua carta *Somos todos aprendizes*, Veisser (2004) descreve o que ocorreu com o título do documento, onde cada palavra foi alvo de muita reflexão antes da aprovação. Tudo foi colocado “sobre a mesa” e tudo foi objeto de diálogo e também de calorosas discussões:

“Tratado? O termo não era aceito por algumas pessoas porque, insistiam, jamais um trabalho de educação poderia ter, efetivamente, o efeito de um “Tratado” no rigor do termo. Para outros, apesar de nunca se chegar a conseqüências como O Tratado de Tordesilhas, por exemplo, que dividiu o continente latino-americano em 2 partes por uma decisão papal, a palavra “Tratado” era importante de ser mantida no contexto dos demais 35 “Tratados” redigidos pelas ONG’s e Movimentos Sociais. Era, além disso, um termo muito significativo para representar o que ali fazíamos nós, educadoras e educadores para selar nossos acordos de cooperação internacional sobre o tema que era nosso: a Educação Ambiental. (VIESSER, 2004)”

Esta autora afirma que ao final, a expressão inicial e exclusiva de Responsabilidade Global proposta por alguns educadores do Norte – que insistiam na idéia de que *estamos todos no mesmo barco*, foi aceita somente após ter sido aprovada a concepção diversificada e plural de Sociedades Sustentáveis, pois a responsabilidade global não pode ser atribuída da mesma maneira a países, corporações e instituições que deterioram o mundo muito mais do que outros.

Em termos de documentos internacionais, este documento, pela primeira vez, congrega a convergência das sínteses, que educadores, nas últimas décadas vem batalhando para que acontecesse diferindo-se de todos os outros documentos previamente elaborados pelo fato de ter sido gerado e aprovado pelo homem comum, fruto de discussões entre educadores. Assim, todas essas ações da EA isoladas em seu conjunto, têm uma síntese no TEASS, que procura não menosprezar e nem desvalorizar nenhuma das contribuições, nenhuma das vertentes que fazem esse colorido que a gente presencia na história da EA (VIESSER, 2004).

Em cumprimento às recomendações TEASS e aos preceitos constitucionais foi criado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRoNEA), que previa a capacitação de gestores e educadores, o desenvolvimento de ações educativas e o desenvolvimento de instrumentos e metodologias de EA. Mais de 800 educadores ambientais participaram de sua formulação, tendo como base conceitual a EASS concebendo a missão do programa:

“Estimular a ampliação e o aprofundamento da educação ambiental em todos os municípios, setores do país e sistemas de ensino, contribuindo para a construção de territórios sustentáveis e pessoas atuantes e felizes.” (BRASIL, 2005)

2.2.4. Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis x Educação para o Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Meira e Sato (2005), encontra-se em evidência o discurso acerca dos *maus momentos* em que se encontra a milenar EA aos argumentos urdidos no interior da proposição da UNESCO. Evidencia-se assim a fragilidade da EA para ratificar a importância de uma educação dirigida ao capital, retirando a autonomia e liberdade da aprendizagem (JICKLING³ *apud* MEIRA e SATO, 2005).

A idéia de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) começou a ser explorada quando o Desenvolvimento Sustentável (DS) foi assumido como meta global na Assembléia Geral das Nações Unidas de 1987. O conceito de EDS foi amadurecendo, e tomou forma mais precisa no capítulo 36 da Agenda 21, aprovada na Rio-92, sob a designação *Educação para o Ambiente e o Desenvolvimento*. Desta forma nasce o EDS, na *barriga de aluguel* da EA. Este pode ser considerado como o momento crucial do confronto que hoje vivemos entre as designações *Desenvolvimento Sustentável* e *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (consagradas na Cimeira do Rio através da Agenda 21), e as designações *Educação Ambiental e Sociedades Sustentáveis* (consagradas na Jornada Internacional de Educação Ambiental, através do TEASS).

³ JICKLING, Bob. 1992. Why I don't want my children to be educated for sustainable development. **The Journal of Environmental Education**, v. 23, n.4, 5-8.

A EDS tem gerado muitos questionamentos, pois essa educação está vinculada ao DS, termo até hoje ambíguo que encerra múltiplas interpretações e controvérsias no cenário mundial, preconizado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), que serve de proposta educacional pelo Banco Mundial aos países subdesenvolvidos também de plataforma a vários organismos aliados aos fenômenos da globalização do mercado, da lógica reducionista e da hegemonia presente nos discursos e orientações internacionais que mascaram as peculiaridades regionais e a dinâmica particularizada, de igual importância ao processo educativo (MEIRA e SATO, 2005).

Desta forma, o percurso da educação encontra um conflito: a opção entre EA e EDS. Uma concebe o ambiente através dos olhares de cada sujeito, conforme nos revela Sauvé⁴ (*apud* MEIRA e SATO, 2005). A outra explicita através do desenvolvimento um inegável enfoque economicista.

TABELA 3. Contraposição da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação para Sociedades Sustentáveis.

	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	EDUCAÇÃO PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS
origem	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Pacto de Ação Ecológica da América Latina
discurso	Banco Mundial, FMI, UNESCO	Movimentos sociais organizados, redes de organização social
protagonismo	Empresas, tomadores de decisão e formadores de opinião (governança e multisetorialidade)	Comunidades participativas em diálogos abertos (movimentos sociais e cidadania)
definição	Generalista, globalizante e indefinida	Particularizada, autônoma e política
ênfase	Economia, sociedade e ambiente	Justiça ambiental, inclusão social e democracia
indicadores de qualidade de vida	Linha de pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Linha de Dignidade (qualitativo)
problema central	Densidade demográfica e impactos ambientais	Exclusão social e impactos ambientais
propostas	Tecnologias limpas, livre mercado e democracia formal	Políticas públicas, mercado regulado e democracia real
conhecimento	Técnico e científico	Múltiplos saberes
educação	EDS por 10 anos	EA permanente

⁴ SAUVÉ, Lucie. 1999. Educación Ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo integrador. *Tópicos en Educación Ambiental*, v.1, n.2, 7-25.

2.3. AS EMPRESAS

2.3.1. A Questão Ambiental e as Empresas

A humanidade em seu modo de vida contemporâneo tem constituído organizações integrando a sociedade, representando um esforço coletivo para se atingir determinados fins.

A empresa, caracterizada como uma organização que tem como objetivo o lucro, foi o mais importante caminho durante o século XX para acumulação de riquezas. Constituem-se como sustentáculos do paradigma do mercado, unidimensionais, e essenciais no processo de acumulação de capital, constituindo critério fundamental no ordenamento da sociedade. Sustentadas por este modelo, onde tudo é possível para que o lucro seja atingido, as empresas muitas vezes acabam atuando na contra mão do que se considera sustentável prejudicando a complexa relação homem-natureza.

O ciclo produtivo da sociedade pautada no mercado funciona consoante a seguinte lógica: retira da natureza os insumos necessários para a produção industrial e maximização do lucro para proveito próprio. Os custos ambientais, porém são externalizados para toda sociedade. Desta forma os recursos são simplesmente retirados da natureza sem nenhuma forma de compensação.

Layrargues (2003) e Pedrini (2007) concordam ao afirmar que predomina, em particular no setor industrial brasileiro, uma cultura, em relação ao meio ambiente, que varia entre a total irresponsabilidade ou improvisação e uma postura “receptiva” emergente em matéria de controle de poluição. Por isso, a indústria foi e ainda continua sendo responsabilizada por grande parte da poluição ambiental no mundo. Sem dúvida, o impacto do setor industrial na deterioração ambiental é forte, ainda que tenha diminuído em grandes proporções nos últimos vinte anos.

Neste contexto, as condições de produção, que desde a sua formação tem como alicerce o processo de expansão do capital pautada em uma base limitada de recursos, são postas à prova pela grandiosidade da crise ambiental, lançando ao capitalismo dois desafios:

✱ desafio nº 1: manter as condições de produção capitalista fadadas a declinarem pelo iminente esgotamento dos recursos naturais e pela abundância de poluição.

✱ desafio nº 2: manter o princípio liberal da não-intervenção do Estado no mercado, no contexto democrático, que, no cenário de uma crise ambiental, fica exposto à intervenção governamental para gerir o metabolismo industrial moderno.

Assim, percebe-se que a crise ambiental é uma questão de ordem ética no que concerne à interface sociedade-natureza e também uma questão de ordem política, no que concerne à interface mercado e Estado (LAYRARGUES, 2002). Descartado este cenário, a busca de uma saída que favorecesse a manutenção do sistema vigente foi de encontrar uma solução nas próprias raias do mercado: a criação urgente de um ecocapitalismo, ou seja, formar um modelo de organização produtiva capaz de integrar na sua lógica o constrangimento ambiental evitando assim medidas restritivas do livre mercado por meio do planejamento e da regulação estatal das atividades produtivas.

Souza (2000) e Layrargues (2002) atestam que apesar das pressões feitas pela sociedade como um todo, expondo a preocupação com a questão ambiental, a principal razão que têm conduzido a uma mudança de conduta na empresa é fruto essencialmente das exigências crescentes das regulamentações ambientais.

Essa mudança do caminho proposto em relação ao estilo de desenvolvimento convencional contornando a omissão das empresas em um passado extremamente poluidor é estimulada pela retórica empresarial demonstrando preocupação com a questão ambiental. Se dizendo sensibilizadas com a questão ambiental e indicando uma mudança em sua ideologia, teriam associado os princípios ecológicos à produção industrial, marcando assim o início de um novo período, fundamentados nos critérios da sustentabilidade ambiental (LAYRARGUES, 2003)

Desta forma, o século XX, fadado historicamente pela iminência de abrigar a maior catástrofe ecológica de origem antropogênica, parece ter encontrado, no início do século XXI, a grande solução de seus problemas.

A formação deste modelo no Brasil não aconteceu de forma imediata, e sim por um processo gradual de internalização da pauta ambiental na empresa. Um limite muito evidente da atuação empresarial relativa ao meio ambiente consegue ser determinado dos anos 1970 até meados da década de 90. Da atitude reativa peculiar dos anos 1970, quando se considerava o binômio *proteção ambiental x desenvolvimento* como absolutamente antagônicos, uma divisão do setor empresarial adotou uma postura proativa e inseriu-se na comunidade ambientalista em meados da década de 1980 como um dos seus membros mais expressivos, destacando-se no início da década de 1990 (LAYRARGUES, 2003).

Souza (2000), porém, concorda que as empresas não mudaram a sua atitude em relação ao tema ambiental por altruísmo, filantropia ou amor à natureza. Sua real preocupação com os problemas ambientais provém em conseguir manter o sistema vigente, e dessa forma seus objetivos continuam sendo os mesmos de sempre: lucros, ampliação de mercado, resultados, dentre outros.

Assim, no decorrer de um período de doze anos, a internalização da pauta ambiental que anteriormente ocorria através de processos externos à lógica do mercado (através de rigorosa legislação ambiental, e pressão por alguns segmentos da sociedade que o acusava de imprudente para com o meio ambiente, apelidado como o vilão da ecologia, pois só assumia os constrangimentos ambientais obrigadamente por imposição da legislação), passou a acontecer através de processos internos ao mercado (consumidor verde, papel dos acionistas e seguradoras e pela competitividade empresarial) (LAYRARGUES, 2003).

Layrargues (2003) expõe que de acordo com nesse contexto pode se inferir que o plano político do setor empresarial, está estabelecido no trinômio mercado-Estado-sociedade, onde existia anteriormente uma ameaça da livre iniciativa para uma conjuntura mais tolerante, onde não mais o Estado, mas sim o mercado passa a agir como próprio regulador da questão ambiental, ajustando o compromisso de efetuar auditorias ambientais para determinar as condições dos Sistemas de Gestão Ambiental.

2.3.2. O Sistema de Gestão Ambiental Privado

Neste processo de internalização da pauta ambiental nas empresas surge o Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A Gestão Ambiental Privada tem sido feita seguindo as recomendações da norma NBR ISO 14001 e da Atuação Responsável. O SGA privado se refere à descrição e definição de requisitos, parâmetros, regras e incentivos, que as empresa ou grupo de empresas, as setores, ou mesmo o setor empresarial, se propõem a cumprir no sentido de estabelecer seu próprio desempenho ambiental. A sua implementação decorre da necessidade de responder a: a) pressão dos clientes, sociedade organizada e consumidores; b) cumprimento da legislação e limites de poluição⁵; c) racionalização do uso e reuso dos recursos e tratamento e disposição de resíduos (VALLE, 1995).

Como exemplos de auto-regulamentação podem ser citados os contratos de responsabilidade social, outros acordos de qualidade ambiental internacionais, os contratos setoriais e compromissos empresariais para a reciclagem e tratamento de resíduos e outros (VALLE,1995).

De acordo com Faria, Alarcón e Reydon (2007), o BNDES, CNI e SEBRAE realizaram uma pesquisa em 1998 onde foi constatado que perto de 85% das empresas que foram consultadas adotam algum método de gestão com o objetivo de melhoria da qualidade ambiental, reciclagem e de redução de consumo de materiais, água e energia que podem ou não estar relacionados a sistemas de gestão privados certificados. No Brasil, a partir da última década do século passado, a maneira mais comum de iniciar uma gestão voltada para o meio ambiente tem sido a implantação de SGA com vistas à certificação segundo as normas ou sistemas internacionais ISO 14001 e Atuação Responsável.

Usualmente o SGA privado possui a sua implementação decidida pela alta administração da empresa ou unidade industrial operacional, consolidando uma dada estratégia institucional e de mercado. Esse sistema de gestão está baseado no procedimento de

⁵ Os seguintes instrumentos de gestão e planejamento são utilizados pela regulamentação pública no Brasil: a) processo de licenciamento (Licenças Prévia, de Instalação, e de Operação) (lei federal 6938/81); b) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seus respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) (RES. CONAMA 1, 1986); c) Zoneamento territorial; d) Controle e a Fiscalização.

Os empreendimentos industriais desde o planejamento, passando pelas fases de instalação, operação e desativação, devem estar de acordo os instrumentos da gestão ambiental pública aplicáveis. O licenciamento ambiental e o controle e fiscalização são comuns a todos os empreendimentos.

resolução de problemas conhecido como PDCA. Este consiste na realização de diagnóstico da situação inicial, definição de uma Política Ambiental para unidade industrial, planejamento e implementação de atividades que levem ao cumprimento dos seus objetivos. Assim como de um sistema de controle, auditorias, ações corretivas, preventivas, análises críticas, comunicação interna e externa, que permitam um aprimoramento contínuo do sistema de gestão (FARIA, ALARCÓN, REYDON, 2007).

Reis⁶, Maimon⁷, Badue et al.⁸, Mineiro⁹, Nahuz¹⁰ e D'avignon¹¹ (*apud* LAYRARGUES, 2000b) concordam afirmando que o componente ambiental chegou para ficar e que a empresa moderna, indistintamente de seu porte, estrutura ou setor, precisa adaptar-se aplicando os princípios de gerenciamento ambiental para não perder espaço na competitividade empresarial. Caso contrário, a saída do mercado ou a própria falência parece ser o destino mais provável para quem ficar de fora do processo.

Assim o discurso empresarial verde apresenta duas mensagens voltadas a dois diferentes destinatários: o próprio mercado e o Estado Layrargues (2003). A fala dirigida ao mercado aponta grandes ensejos nos negócios para a empresa que se inserir neste contexto, ou seja, a pauta ambiental deixa de ser um risco aos negócios e passa a ser vantagem competitiva. Já a mensagem conduzida ao Estado mostra que a empresa que não internalizar a pauta ambiental será retirada do mercado, portanto, o mercado agora já possui condições de cuidar desta questão sozinho, sem a ajuda do Estado.

Nesse sentido, é admissível reconhecer que o SGA corresponde a uma resposta do mercado ao Estado para impedir que a livre iniciativa fosse perturbada pela intromissão do governo, regulando a economia por ocasião da crise ambiental.

⁶ REIS, M. J. L. 1995. ISO 14000: gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade. Rio de Janeiro : Qualitymark.

⁷ MAIMON, D. 1997. Empresa e meio ambiente. Tempo e Presença, v. 14, n. 261, p. 49-51, 1992. ISO 14000. Rio de Janeiro : Qualitymark.

⁸ BADUE, A. F. B., MAIMON, D., SINGER, E. 1996. Gestão ambiental: compromisso da empresa. Gazeta Mercantil, São Paulo, mar./maio 1996.

⁹ MINEIRO, P. 1996. ISO 14000: nova era para a qualidade ambiental. Ecologia & Desenvolvimento, v. 5, n. 61, p. 4-8.

¹⁰ NAHUZ, M. A. R. 1995. O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental. RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 6, p. 55-66.

¹¹ D'AVIGNON, A. et al. 1994. Gestão ambiental: um instrumento de competitividade, qualidade e adequação da empresa às normas e legislações ambientais. In: Anais do I Encontro Brasileiro de Ciências Ambientais, vol. I. Rio de Janeiro : UFRJ, p. 204-19.

Sanchez (2000), porém, afirma que embora aparentemente o rumo das mudanças aponte para uma mudança de conduta para com a questão ambiental no setor empresarial e que a internalização da pauta ambiental seja favorável a conveniência dos negócios pelas melhorias na competitividade global da empresa, esta ainda é uma rotina pouco disseminada.

De acordo com Maimon¹² (*apud* SANCHEZ, 2000) pesquisas realizadas com empresas da Comunidade Européia, revelaram que a responsabilidade ambiental nem sempre faz parte do estratagema de uma empresa, a não ser que esta receba sinais claros de exigências do mercado.

Para Demajorvic (2003) conciliar os investimentos necessários para minimizar os impactos ambientais, e ao mesmo tempo manter a competitividade ainda surge como um desafio para muitas empresas, e assim muitas mantêm a sua postura reativa frente à nova lógica. Muitas empresas não concebem alternativas que superem esse desafio, pois persistem em enxergar dicotomicamente o binômio meio ambiente-competitividade. Para eles, esta concepção somente se validaria em um mundo estático, onde tecnologia, produtos, processos e necessidades dos consumidores fossem todos determinados. Dessa forma, escolhidas alternativas para redução dos custos, qualquer gasto adicional para cumprir os padrões de qualidade ambiental significaria um impacto nos custos de produção afetando, portanto, a competitividade.

Neste mesmo contexto, porém, um novo panorama é trazido pelas tecnologias limpas de segunda geração, que chegam substituindo as tecnologias de primeira geração. Sendo assim, existe a possibilidade de acabar com grande parte dos problemas ambientais pela produção, e agora com viabilidade econômica. Desta forma uma perspectiva inovadora nasce: a criação de normas ambientais voluntárias, não impositivas, servindo de estímulo para as empresas se adequarem ao constrangimento ambiental e servindo como o novo termômetro da competitividade empresarial.

¹² MAIMON, Dália. 1994. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 34, n. 4, p. 119-30, jul./ago.

Dentre as normas ambientais voluntárias, a mais difundida está representada pela série de normas internacionais ISO 14000, elaboradas pelo comitê técnico TC 207 da International Standardization Organization¹³ – ISO na década de 90.

2.3.2.1. A Certificação Ambiental ISO 14001

Preocupações ambientais, crescimento da pressão pública e medidas regulamentares estão mudando a maneira das empresas gerirem sua produção. Clientes, consumidores e outras partes interessadas estão aumentando a demanda de produtos e serviços ambientalmente corretos que são oferecidos por organizações ambientalmente responsáveis. A ISO 14001, norma reconhecida internacionalmente para Sistema de Gestão Ambiental, proporciona diretrizes de como gerenciar eficazmente aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços, levando em consideração a proteção ambiental, prevenção de poluição e necessidades socioeconômicas.

Segundo Cajazeira e Barbieri (2005) a ISO 14001 foi criada a princípio com o objetivo de criar normas técnicas para formação de padrões internacionalmente aceitos, beneficiando o comércio internacional. Foi somente no início da década de 1980 que se iniciou uma preocupação em relação às normas gerenciais, marcando uma mudança em seu foco que as normas de gestão passam a ser consideradas podendo ser aplicadas em qualquer organização independente do seu porte ou setor de atividade.

A era das normas internacionais de gestão, como pode ser intitulada atualmente, teve seu início no ano de 1979 quando se percebeu que a presença de normas diferenciadas para um mesmo tema dava origem a problemas na circulação de produtos e serviços internacionalmente, criando barreiras técnicas ao comércio. Tentando contornar esta questão a ISO criou o Comitê Técnico 176, que resultou na série de normas ISO 9.000 sobre gestão de qualidade Cajazeira e Barbieri (2005).

¹³ A ISO (*International Standardization Organization*) é uma organização não-governamental fundada em 1947, com sede em Genebra, Suíça, que age como uma federação mundial de organismos nacionais de normatização. Desenvolvendo ações de normalização e atividades correspondentes, a ISO facilita as trocas de bens e serviços no mercado internacional e a cooperação entre os países no que diz respeito à ciência, tecnologia e produção. A sua meta é a produção de documentos que instituem práticas internacionalmente aceitas. As *Normas Internacionais*, que são os documentos mais comuns formados, determinam regras a serem submetidas, se alguma organização desejar a certificação. Essas normas são apoiadas pelo maior nível de consenso internacional dentro da ISO.

Para esses autores, viabilizada pelo grande sucesso da ISO 9001, a consolidação da ISO na concepção de normas de gestão ambiental, aconteceu devido a dois fatores-chave: pelas transformações que ocorreram no âmbito da sociedade, que passa a ter uma consciência da situação socioambiental planetária, e pelas mudanças ocorridas no âmbito do comércio internacional.

Como resultados do crescimento da suposta *consciência ambiental*, as empresas percebem que cuidar do meio ambiente melhora sua reputação e favorece o seu desempenho financeiro e mercadológico. Já em relação ao comércio internacional essa norma passa a ser necessária durante os processos de liberação comercial, pois além de promover a não-intervenção do Estado no mercado gera maior segurança para os importadores e os órgãos reguladores e fiscalizadores passando também a harmonizar práticas ambientais que favorecem as doutrinas do livre comércio, prescrita pelo Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio realizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (CAJAZEIRA E BARBIERI, 2005).

Layrargues (2003) defende uma posição que não difere em essência da idéias dos autores acima citados, ao afirmar que as normas ISO 14000 institucionalizam, internacionalmente, a estratégia de internalização da pauta ambiental no setor empresarial segundo o incentivo que viria através do próprio mercado. Desta forma, houve a aceitação pelo Estado da demanda do setor empresarial, e as normas ambientais voluntárias entraram em cena regulando a interface empresa-meio ambiente.

O periódico *Senac e Educação Ambiental* divulgou uma nota onde afirma que mesmo a certificação ambiental expressando caráter voluntário, responder às exigências do sistema de qualidade ambiental será imprescindível para as empresas, uma vez que elas serão determinantes na competitividade dos produtos e serviços nacionais no mercado mundial (SENAC¹⁴ *apud* LAYRARGUES, 2000b). Assim, como resultado da fascinante capacidade de a ISO 14000 se tornar o recurso da vantagem competitiva atual, vários manuais têm sido gerados com a finalidade de divulgar amplamente os preceitos do gerenciamento ambiental

¹⁴ SENAC. 1996. SENAC e Educação Ambiental, n. 5, p. 30-3.

(MAIMON¹⁵, REIS¹⁶, CAJAZEIRA¹⁷, DO VALLE¹⁸, JÖHR¹⁹, LAMBERT²⁰, BINET e LIVIO²¹, ELKINGTON²² *apud* LAYRARGUES, 2000b).

Em consonância a esta afirmativa, Layrargues (2000b) questiona a falsa perspectiva trazida pela retórica empresarial verde que faz com que a sociedade imagine que o setor empresarial está materializando o sonho ecologista: uma revolução paradigmática, por meio da mudança dos valores que sustentam a ideologia da sociedade de consumo. Porém, esta grande mudança, representa nada mais que um ajuste às novas realidades de acordo à nova ordem mundial. Essas mudanças de modo algum podem ser concebidas como o indício de uma transformação paradigmática. A incorporação do constrangimento ambiental na indústria por meio da ISO 14000 representa apenas uma etapa de um longo curso que possui como objetivo uma era de sustentabilidade.

Este discurso que sinaliza uma transformação nos valores empresariais se apresenta de uma maneira tão convincente que acaba por seduzir até os grupos mais criteriosos que atuam nas discussões da crise ambiental:

“A crise em diversos níveis, os movimentos ambientalistas, a escassez em geral, inclusive de matéria-prima e as exigências legais e globais, têm levado os empresários a mudar de paradigma, incorporando a questão ambiental e conseqüentemente, mudando seu modo de gerenciar a empresa. Além disso, a sociedade está exigindo do empresariado uma postura diferenciada em relação ao meio ambiente, levando-o a mudar sua forma de pensar e de agir.”
(CARELLI, 2004 p. 25)

Carjazeera e Barbieri (2005) entendem, contudo que a norma, não é um falso atestado de excelência ambiental ou de salvação da natureza, mas sim um modelo gerencial em busca de melhoria contínua:

Processo cíclico do aprimoramento do SGA com o propósito de obter a melhoria do desempenho ambiental global, consistente com a

¹⁵ Maimon, *cf. nota 9*.

¹⁶ REIS, M. J. L. 1995. ISO 14000: gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade. Rio de Janeiro : Qualitymark.

¹⁷ CAJAZEIRA, J. E. R. 1997. ISO 14001: manual de implantação. Rio de Janeiro: Qualitymark.

¹⁸ DO VALLE, C. E. 1997. Como se preparar para as normas ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitymark.

¹⁹ JÖHR, H. O verde é negócio. São Paulo : Saraiva, 1994. (Layrargues, 2000)

²⁰ LAMBERT, S. 1994. Manuel environnement à l'usage des industriels. Paris : AFNOR.

²¹ BINET, L., LIVIO, C. 1993. Guide vert à l'usage des entreprises. Paris : Défis/AFNOR.

²² Elkinton ELKINGTON, J. et al. 1991. The green business guide. London : Gollancz.

política ambiental da organização. (ABNT, 2004²³; *apud* CAJAZEIRA e BARBIERI, 2005)

E mostram que a normalização ambiental tem o objetivo de atender dois princípios: promover a melhoria do desempenho ambiental das organizações e facilitar o fluxo de bens e serviços em um espaço cada vez mais internacionalizado.

Para Layrargues (2003) o conflito ambiental, está sendo propositalmente utilizado para disfarçar as mudanças ocorridas no âmago do capitalismo. Em sua invisível transição da fase liberal para a neoliberal, articula-se a retirada de cena do Estado na regulação da economia nas sociedades industrializadas de consumo. Em um cenário cujo contexto comercial se encontra globalizado e perversamente competitivo o Estado perde o pouco que lhe resta do controle econômico.

Carjazeira e Barbieri (2005), porém, se contrapõem ao exposto acima afirmando que esse tipo de crítica não se sustenta, pois, durante o processo de revisão da norma ISO 14001 entre as demandas das partes interessadas estava a de melhorar a conformidade com os requisitos legais.

Layrargues (2003) considera que no contexto empresarial, manter a qualidade ambiental só teve razão de ser e encontrou viabilidade a partir do momento em que a globalização da economia rompeu com o protecionismo ao retirar as fronteiras nacionais estabelecidas do mercado mundial. Esta ação instigou a competição empresarial, revertendo na modificação do conceito da vantagem competitiva. O desenvolvimento tecnológico assim, ao visualizar essa nova subjetividade que tem como objetivo a incorporação de critérios ecológicos, seguiu consciente de que era necessário incrementar sua eficiência econômica ao acréscimo de produtividade com as tecnologias limpas que poupam recursos naturais, energéticos e de mão-de-obra.

Deste modo, este autor expõe com este argumento, que a essência dos paradigmas que guiam a civilização industrializada de consumo permanece o mesmo. A mudança que parece despontar são apenas mudanças de comportamento voltadas para o consumo e não uma

²³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 2004. Relatórios de participação em reuniões internacionais de 1999 a 2004. ABNT/CB 38. Rio de Janeiro: Publicações Internas.

reforma de valores. O trajeto que busca a sustentabilidade não envolve apenas a questão ambiental, mas também a social. Somente no enfrentamento destas duas vertentes é que serão construídas as Sociedades Sustentáveis.

2.3.3. A Educação Ambiental no Contexto Empresarial Brasileiro e a Responsabilidade Social da Empresa

Por serem as indústrias símbolo do modelo de consumo e responsáveis por grande parte da deterioração ambiental torna-se imprescindível a implementação de programas de EA neste setor. Observa-se, porém que ainda é muito pequena a influência exercida pela EA no setor produtivo, mesmo porque a internalização da pauta ambiental é um processo ainda recente nas empresas. Desta forma, os programas educacionais se limitam a questões operacionais, técnicas e de segurança e saúde no trabalho. No contexto ambiental essas ações se tornam ainda mais limitadas relacionando-se a implementação de certificações ambientais ou para atendimento da legislação ambiental ou melhoria da reputação da empresa (KITZMANN e ASMUS, 2002).

Apesar de Layrargues (2002), afirmar que a EA tem adquirido um pouco de visibilidade no contexto empresarial, ele possui a mesma concepção dos autores acima citados afirmando que seu emprego possui um papel estratégico, disseminador do critério da ecoeficiência possuindo como característica o instrumentalismo e o pragmatismo, ao invés de uma EA fundamentalista, onde se preconiza uma profunda mudança de valores.

Importante esclarecer aqui que a EA almejada para implementação nas empresas não diz respeito a essa EA instrumentalista que visa apenas treinamentos e ações pontuais realizadas para cumprimento de exigências normativas, mas sim a uma EA comprometida com uma mudança de atitudes, não somente como colaborador da empresa, mas como cidadão consciente e participativo do necessário processo de mudança para o alcance de uma sociedade sustentável conforme afirma Vieira:

“A educação ambiental conduz os profissionais a uma mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente interno e externo às organizações. A educação ambiental nas empresas tem um papel muito importante, porque desperta cada funcionário para a

ação e a busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem principalmente no seu dia-a-dia, no seu local de trabalho, na execução de sua tarefa, portanto onde ele tem poder de atuação para a melhoria da qualidade ambiental dele e dos colegas. Esse tipo de educação extrapola a simples aquisição de conhecimento.” (VIEIRA,1987).

Com o surgimento do TEASS os princípios da EA foram bem definidos. Esses têm o objetivo de buscar um novo direcionamento para a educação, que ocorre tanto em espaços escolares como fora deles, para iniciar um processo de sensibilização de toda população, incluindo o meio ambiente como preocupação primeira para todas as ações humanas, porque, segundo Leff,

“A educação ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais, e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Isto implica em educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem.” (LEFF, 2001, p.256)

Porém, apesar das diretrizes se encontrarem bem delineadas pelo TEASS, de acordo com Pedrini e Pelliccione (2007) que realizaram um estudo exploratório da qualidade do conceito da EAEB em treze empresas potencialmente poluidoras, o conceito de qualidade da EAEB adotado no trabalho foi considerado inadequado ou não informado adequadamente, sugerindo que as práticas de EAEB são deficientes, calcadas num processo equivocado e de qualidade suspeita.

Como descrito em Pedrini e Pelliccione (2007) e em outros autores empenhados em promover o aperfeiçoamento da EAEB, existem poucos trabalhos reflexivos sobre a Educação Ambiental Empresarial ~~Empresarial~~ Brasileira no campo acadêmico assim como em publicações de gestão ambiental empresarial e, quando isso acontece, ocorre apenas palidamente nos livros e manuais da gestão ambiental, sendo o livro de Seiffert (2006) uma exceção.

Braga (1995) apresentou uma tipologia das empresas em relação aos programas de EAEB, sendo elas: a) **conservacionistas** quando serve para desviar a atenção de impactos ambientais causados pela empresa, isto é, alcançar a maquiagem verde subproduto do marketing empresarial e que revela despreocupação com o meio ambiente por parte da empresa; b) **legalista** quando é realizada com o fim de sensibilizar o público externo e a empresa apenas atende a legislação sócio-ambiental que a pressiona; c) **estratégica** quando é objeto de preocupação da empresa, mas com o fim de buscar certificações, aumentar a produtividade e melhorar sua imagem pública e, por terem clientes internacionais têm que adotar uma postura pró-ativa, prevenindo a poluição e essencialmente para o público interno. Outras tipologias são possíveis como à proposta por Ribeiro (2005) em que classifica empresas que adotam EAEB que buscam certificações como: a) **empresa consciente** que realiza EA além do que é necessário para a certificação, mostrando uma política ambiental avançada; b) **empresa estratégica** em que realiza ações sociais, mas apenas para atender conformidades de certificação; c) **empresa míope** que não realiza nenhuma ação social. Como visto, percebe-se que as tipologias se complementam e mostram que há muito por que se investigar no campo.

Kitzmann e Asmus (2002) em uma visão mais pragmática, afirmam que existem contextos em que as iniciativas de EA e treinamento podem atuar em conjunto. A EA pode utilizar o espaço de treinamento já existente nas empresas e aperfeiçoa-lo através da implementação das dimensões ambiental, social, cultural e de cidadania, e que as iniciativas de EA não devem se restringir às questões operacionais e técnicas em um olhar míope e fragmentado dos problemas ambientais.

Apesar das empresas conceberem os conceitos de Responsabilidade Ambiental (RA) e Responsabilidade Social (RS) como distintos, o contexto de RS seria um bom exemplo de espaço para implementar-se os programas de EA, pois este já se encontra envolvido com a realidade social do indivíduo.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC), entendida por alguns autores como uma tipologia de RS na empresa encontra uma grande variação nas análises de seus determinantes. Perante posições tão diferentes, umas até divergentes, tratou-se de se diferenciar as maneiras pela quais entende-se a responsabilidade social, primeiramente em duas óticas: a da obrigação social e a da responsabilidade social (INNECO, 2005).

Para Corrêa e Medeiros (2007), obrigação social corresponde aquilo que a empresa faz pelo social que está previsto em lei, desde o pagamento de impostos até a utilização de filtros nas chaminés de fábricas. Já a ótica da responsabilidade social pressupõe que a empresa considera as metas econômicas e sociais nas suas decisões, e vai além dos limites da legislação.

A ação socialmente responsável em seu início, era, basicamente, filantrópica. Para Melo Neto e Froes²⁴ (*apud* CORRÊA e MEDEIROS, 2007) a responsabilidade social era a *ação caridosa, típica dos capitalistas do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis [...]*.

Provavelmente, por isso a responsabilidade social ainda hoje é, comumente, confundida com filantropia ou caridade. Melo Neto e Froes²⁵ (*apud* CORRÊA e MEDEIROS, 2007 p. 22) diferenciam a filantropia da responsabilidade social assim:

“A filantropia é individualizada, pois a atitude e a ação são do empresário. A responsabilidade social é uma atitude coletiva e compreende ações de empregados, diretores e gerentes, fornecedores, acionistas e até mesmo clientes e demais parceiros de uma empresa. É, portanto, uma soma de vontades individuais e refletem um consenso. A responsabilidade social é uma ação estratégica da empresa que busca retorno [...]. A filantropia não busca retorno algum, apenas o conforto pessoal e moral de quem a pratica.”

Porém, esta definição de responsabilidade social continua a apresentar uma grande subjetividade, o que dificulta sua operacionalização e instrumentalização. Pois, quais são os valores, normas e expectativas da sociedade? E seus objetivos? A resposta para estas questões é subjetiva, pois, depende do entendimento que tem cada indivíduo. Assim, acredita-se que a maneira ideal de se entender tanto a responsabilidade social corporativa, quanto qualquer outro movimento empresarial, é através da análise histórica baseada no estudo dos meios utilizados nas empresas para o alcance de seus objetivos.

²⁴ MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro : Qualitymark Ed., 2001.

A história mostra que a sociedade sempre foi dividida entre dominantes e dominados. E a busca pelo poder, ou seja, pela posição de classe dominante é contínua. Quem tem o poder em mãos sabe que ele tende a fugir a cada instante. Isto põe em lados opostos as classes dominantes e as demais classes sociais. Neste embate, as classes dominantes utilizam o seu poder econômico e político, bem como a manipulação do ‘imaginário social’, para garantir e perpetuar o modo de produção e a estratificação social que garantem seu *status quo*.

No mundo atual, as classes dominantes são as classes que formam o capital, ou seja, as empresas, principalmente, as transnacionais e os organismos multilaterais. Sendo o poder político-econômico do capital crescente, com este aumento de poder o capital é cada vez mais capaz de transformar tudo e todos de maneira a atingir seus objetivos de acumulação. As empresas, especialmente, têm ainda a capacidade de renovar sua posição na sociedade, aproveitando-se de conseqüências da reestruturação produtiva e da crise de identidade dos indivíduos e de referências da sociedade.

De maneira a atender aos interesses das classes dominantes, mantendo uma hegemonia de pensamento, o Estado que antes primava pelo bem-estar-social, abre espaço para o Estado liberal permitindo que as empresas transnacionais bem como organismos multilaterais redefinam as estratégias de busca de um consenso social, legitimando suas atitudes como, por exemplo, em suas práticas de EA. Agindo dessa forma, adequam as estruturas sociais de acordo com suas necessidades, pois quem domina as relações de produção domina também as ideologias. Assim também acontece nos programas de Responsabilidade Social que encontraram em seus quadros mais uma maneira de reprodução dos seus interesses ensinando e produzindo o que entendem estar de acordo com o que lhe convém impedindo a construção de um nível de sensibilidade e organização das classes subjugadas de forma a poderem realmente participar de um processo educativo para Sociedades Sustentáveis, emancipando o sujeito e não tutelando-o como de sempre (CORRÊA E MEDEIROS, 2007).

Estes autores entendem, portanto que Responsabilidade Social no bojo empresarial, é mais um meio para a reprodução ampliada do capital, através da ampliação e renovação da manipulação da força de trabalho e através do reforço e justificativa dos demais métodos empresariais perante toda a sociedade.

2.4. A QUESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA BREVE REFLEXÃO

Na literatura identifica-se inúmeras definições de *qualidade*, elaboradas sob diferentes prismas traduzindo seu caráter pluridimensional. Para Pedrini e Pelliccione (2007) é difícil delimitar os contornos do construto qualidade, porém para esses autores seu conceito está sempre associado à excelência.

Ao fazer referência à multidimensionalidade do termo *qualidade*, toma-se a liberdade de realizá-la por dois motivos: primeiro, por se entender que o termo *qualidade* assume várias dimensões ou sentidos, de natureza objetiva ou subjetiva - a título de ilustração, no Dicionário Aurélio são encontrados onze conceitos sobre o termo, que variam de "*propriedade ou atributo das coisas ou pessoas*", portanto, passível de mensuração, a "*aspecto sensível, e que não pode ser medido, das coisas*"; segundo, porque a qualidade varia de acordo com o interesse de grupos ou atores sociais, considerando-se seu papel dentro da instituição gestora e/ou de sua relação com o serviço em questão como apontado por Uchimura e Bosi (2002) dentre outros autores. No primeiro caso, representaria a *multidimensionalidade intrínseca* da qualidade e, no segundo caso, o que a *multidimensionalidade extrínseca*.

Demo (1994) em seu livro sobre avaliação qualitativa apresenta algumas reflexões importantes para o presente trabalho visto que a avaliação da qualidade conceitual pode ser mais bem entendida sob esse prisma. Segundo o autor a realidade social possui dimensões qualitativas, apesar de, em geral, buscarmos construtos quantitativos para determinarmos a qualidade. Para ele, porém os termos *quantidade* e *qualidade* não ensejam sentidos dicotômicos, estanques, mas facetas da mesma realidade.

Desta forma, o tratamento quantitativo pode ser testado, verificado, experimentado e mensurado (portanto facilmente generalizável, mas, sabemos que os entes de nossa natureza planetária são singulares e assim, não devemos nem podemos somá-los, determinarmos médias e desvios padrões). Assim, a visão de qualidade será mais adequada para a percepção desse mundo (PEDRINI e PELLICCIONE, 2007).

A sociedade clama sempre por qualidade e sempre a buscamos em nossa vida cotidiana. Apesar da dificuldade de se avaliar a qualidade em qualquer atividade ou produto

humano, a ciência continua, mesmo que de modo incipiente, pesquisando modos de determinar qualidade. No contexto empresarial tem possibilitando certificações como a ISO 9001. Porém, não há preocupação em se buscar, explicitamente, qualidade na EA, tanto pelo Sistema de Gestão Ambiental como no de Gestão da Qualidade.

A busca pela qualidade na EA não é particularidade do cenário brasileiro. No contexto da EA internacional, Hart e Kool (1999) contribuíram com um trabalho que se tornou emblemático no debate da qualidade na EA. Incentivaram a comunidade de educadores a aumentar o processo de reflexão no assunto, tanto para a certificação como para o estabelecimento de critérios de avaliação da qualidade da EA, exortando os educadores ambientais a expandirem ampla e permanentemente esse debate.

No contexto brasileiro há relatos de trabalhos de avaliação da qualidade em educação que poderiam ser deslocados e recontextualizados para a EA, face à inexistência de trabalhos no campo. Um desses trabalhos é o de Leste e Vittorio (1996) que buscou identificar os fatores que determinariam a qualidade de um serviço prestado no âmbito da Educação. Foram selecionados programas de pós-graduação e de pesquisa em Economia de quatro diferentes entidades que possuíam o mesmo conceito de qualidade determinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Afirmaram, também, que a mensuração de qualidade no contexto de serviços é bem mais complexa do que em bens, essas baseadas em percepções de clientes. Concluíram pela necessidade de ser implantado nos cursos um Programa de Melhoria da Qualidade nos programas (serviços) de pós-graduação o que também pode ser expandido para a EA.

Uma idéia que muito pode contribuir à qualidade da EA é a que faz Ohayon (1974). Segundo esta autora a qualidade de um produto deve estar associada principalmente à qualidade da concepção, ou seja, a qualidade do conceito do produto. Mas, métodos com critérios claros e devidamente fundamentados sobre como se aferir esse tipo de qualidade são raros, tanto no contexto internacional como no Brasil. A existência de qualidade conceitual, e, portanto, do restante do processo que deriva de sua concepção desponta como questão fundamental tanto na educação como na EA.

É importante frisar neste momento, que não se pode mais conceber a EA dissociada da Educação. No princípio, era forçosa a inclusão da dimensão ambiental na Educação, porém

hoje já não é mais possível perceber a EA particularmente, como um modelo alternativo que se opõe à Educação convencional, que não é ambiental (GUIMARÃES, 2004). Desse modo, o tema precisa ser investigado como problema de pesquisa, pois no Plano Decenal de Educação (brasileira), segundo Valente (2001) há a necessidade de aplicar uma educação com qualidade nas suas diferentes dimensões (como a EA). Assim, a comunidade de educadores ambientais deve contribuir para a criação de critérios e métodos para aferir se as atividades de EAEB apresentam qualidade, iniciando-se pelo seu conceito, possibilitando estabelecer metas, objetivos e métodos coerentes.

Na Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) há um Grupo de Trabalho (GT) sobre EA e empresa, reunindo autores que atuam nesse contexto no país. Munhoz apresentou conclusões desse GT, sendo que foi dada forte ênfase a necessidade de se definir melhores critérios de qualidade para os serviços de EAEB o que subtende qualidade conceitual.

No campo governamental o IBAMA/RS, vem promovendo vistorias em empresas gaúchas sujeitas a licenciamento ambiental. Uma das premissas do seu importante trabalho é o de dar qualidade aos programas de EAE, dialogando com os empresários. Nesse diálogo permanente buscam entre outras demandas criar procedimentos que possibilitem que as empresas alcancem a concepção de EA constantes do ProNEA. Esse relato é encorajador, pois deverá implementar uma busca dos empresários em dar qualidade conceitual a EAEB.

Todas as considerações abordadas neste capítulo, servem como reflexões que apontem à construção de um novo paradigma onde novas posturas, alicerçadas no envolvimento e não no *des* envolvimento conduza *toda* humanidade a uma vida melhor.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada, sob a maneira como é abordado o problema, pode ser enquadrada como qualitativa, onde se busca o sentido do comportamento dos atores, baseando-se na interpretação.

Do ponto de vista de seus objetivos trata-se de pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito (MINAYO, 2004).

Segundo Gil (1999), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Habitualmente envolvem levantamentos bibliográficos e documental. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Assim, este trabalho procura conhecer detalhes de como as empresas vêm desenvolvendo a EA e a partir daí avaliar a qualidade conceitual da EAEB.

Este estudo envolveu levantamento bibliográfico que aborda o referencial teórico sobre os diferentes aspectos da EA, e sua relação com os ambientes empresariais, onde se buscou consolidar uma base de conhecimentos que concedesse uma visão mais ampla e aprofundada sobre o tema.

A caracterização das etapas de pesquisa se deu de uma maneira esquemática, que facilita a viabilidade de uma pesquisa e auxilia o pesquisador a imprimir uma ordem lógica no trabalho (Marconi e Lakatos 1991). O delineamento desta pesquisa foi assim determinado: a etapa I se constituiu de revisão inicial da literatura, onde se realizou o levantamento de conhecimentos teóricos essenciais para o entendimento dos temas da pesquisa. Já a etapa II teve a preocupação de encontrar informação que fossem essenciais à pesquisa diretamente entre as empresas. Desta forma, a coleta de dados apresentou dois momentos: um primeiro feito através de questionários semi-estruturados individuais, e outro através de pesquisas semi-estruturadas individuais, gravadas e transcritas de maneira literal. A etapa III foi realizada pela análise e discussão das informações conseguidas tanto dos questionários como no conteúdo dos textos obtidos nas entrevistas. Nestas últimas foram geradas categorias que representavam no seu conjunto o total das opiniões dos respondentes. Desta forma se buscou ampliar e aprofundar as informações e dados obtidos. Na etapa IV foi realizada a conclusão do trabalho.

3.1. ETAPA I

Constituída de amplo levantamento bibliográfico sobre EAEB que aborda o referencial teórico buscando publicações de acesso público até meados do ano de 2006 com o objetivo de fornecer elementos para o levantamento inicial de informações, junto às empresas, sobre o objeto de estudo.

3.2. ETAPA II

Estudo piloto com empresas de grande porte, localizadas na região sudeste da Brasil certificadas pela norma ISO 14001. Um motivo fundamental levou a escolha do segundo setor como alvo de estudo: a constituição das empresas como ícone da lógica capitalista, modelo este que nos inseriu no atual quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos.

As informações foram fornecidas pela Revista Meio Ambiente Industrial que listou até o ano de 2005 (REVISTA MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL, 2005) um total de 2000 (duas mil) empresas de todo o Brasil para que assim se pudesse analisar a Educação Ambiental desenvolvida nas empresas. Optou-se escolher empresas que possuísem a ISO 14001, para delimitar o universo da pesquisa e por se tratar de uma exigência para certificação o cumprimento do requisito de qualificação e treinamento de pessoal.

De todo o Brasil, a região sudeste foi selecionada por ser esta a região detentora de maior concentração de empresas brasileiras (32%), sendo selecionadas desta forma, 657 empresas da lista original contidas na região sudeste pertencentes a todos os setores de atividades.

Para que fosse possível fazer uma avaliação da qualidade conceitual da Educação Ambiental Empresarial do Brasil (EAEB), foi preciso conhecer, além da teoria, as práticas realizadas. Para isso, optou-se por elaborar um questionário para ser respondido pelos profissionais responsáveis pela EA na empresa ou por eles determinados. A partir do TEASS foram identificados seis indicadores que se tornaram categoria de análise da EAE, que são os Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) (cf. PEDRINI e PELLICCIONE, 2007), demonstrados pela tabela 4:

TABELA 4. Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) e sua descrição detalhada (não há hierarquização na relação dos seis indicadores).

IQC	Descrição do indicador
1. EA emancipatória	Capaz de possibilitar indivíduo/coletividade a adquirirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e a determinação para o cidadão resolver problemas ambientais;
2. EA transformadora	Capaz de possibilitar a mudança de atitudes para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis;
3. EA participativa	Capaz de estimular a participação em mobilizações coletivas;
4. EA abrangente	Capaz de envolver a totalidade dos grupos sociais (públicos internos e externos);
5. EA permanente	Capaz de ser uma atividade continuada;
6. EA contextualizadora	Capaz de agir diretamente na realidade da coletividade e dela alcançar a dimensão planetária.

Para realização deste estudo, foi elaborado um questionário semi-estruturado, contendo dezesseis questões, elaboradas com base em revisão de literatura pertinente ao tema (apêndice 01).

3.2.2. A estrutura do questionário

Ao se elaborar o questionário buscou-se formular questões que incluíssem os indicadores e que englobassem todo conjunto de ações inerentes à EA e sua abordagem no ambiente empresarial. Foi focado desta maneira:

a) Questões gerais:

- ✓Existência de programa/ projeto/ atividade de EA na empresa;
- ✓Motivos para a prática de educação ambiental na empresa;
- ✓Segmento profissional que desenvolve as atividades de EA na empresa.

b) Contemplação dos IQC's pela EA na empresa (aplicação dos indicadores de qualidade conceitual retirados do TEASS):

- ✓Capacitar o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambientais;
- ✓Capacitar para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.
- ✓Capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas;
- ✓Capaz de envolver a totalidade dos grupos sociais (públicos internos e externos);
- ✓Ser realizada continuamente;
- ✓Agir diretamente na realidade da coletividade e dela generalizar para questões mais abrangentes.

c) Acessibilidade aos resultados da EA da empresa:

- ✓Disponibilidade dos dados ao público para consulta;
- ✓Possibilidade de disponibilizar os dados como contribuição à pesquisa;
- ✓Participação da empresa em uma entrevista em tempo real em contribuição a pesquisa.

Nos itens 01, 02 e 05 do questionário buscou-se abordar questões que conglomerassem uma complexidade de ações inerentes à EA exercidas no ambiente

empresarial, no item 07 se haveria acesso aos resultados da EA da empresa e no item 08 se a empresa participaria a uma entrevista em tempo real em contribuição a pesquisa, como demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 5. Itens que abordam o contexto geral da EA na empresa.

Perguntas	Objetivos
1) Existe algum programa/ projeto/ atividade de Educação Ambiental em sua empresa?	Apontar a existência de Educação Ambiental na empresa.
2) Qual/quais o(s) motivo(s) motivo(s) para a prática de Educação Ambiental na sua empresa? <input type="checkbox"/> licenciamento <input type="checkbox"/> certificação (ISO 14001) <input type="checkbox"/> termo de ajuste de conduta (TAC) <input type="checkbox"/> política interna da empresa <input type="checkbox"/> outros	Investigar o intuito da empresa para a realização de EA: obrigação, anseio, ambição...
5) Por quem são desenvolvidas as atividades de Educação Ambiental na sua empresa? <input type="checkbox"/> educadores internos (seriam da empresa ou trabalhando na empresa? Não está claro) <input type="checkbox"/> gestores ambientais <input type="checkbox"/> monitores <input type="checkbox"/> bolsistas <input type="checkbox"/> consultores <input type="checkbox"/> outros Especificar	Avaliar se a EA é atribuída a especialistas.
7) Os resultados das atividades de Educação Ambiental de sua empresa se encontram disponíveis ao público para consulta? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Por que? Caso afirmativo, poderia disponibilizá-los como contribuição a essa pesquisa? Poderíamos obtê-los? obtê-los? <input type="checkbox"/> sim. Como? Como? <input type="checkbox"/> não. Por que?	Disponibilizar dos dados ao público para consulta
8) Aceitaria ser entrevistado em linha (tempo real) para obtenção de maiores esclarecimentos, sabendo de antemão que seu depoimento será de conhecimento restrito ao grupo de pesquisa ? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Por que?	Informar sobre a possibilidade de participar da entrevista

Formatado: À esquerda, Recuo: À esquerda: 0,63 cm, Tabulações: Não em 1,27 cm

Formatado: Fonte: Times New Roman, 10 pt, Não Realce

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Fonte: Times New Roman, 10 pt, Não Negrito, Sem sublinhado

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Fonte: Times New Roman, 10 pt, Português (Brasil)

Formatado: Fonte: Times New Roman, 10 pt, Português (Brasil)

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Nos itens 03, 04 e 06 (6.1, 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5) (tabela 04) buscou-se identificar ações que atendessem ao conceito da EASS e assim ao ProNEA, desenvolvendo desta forma atividades de acordo com uma EA de qualidade, e, assim, capaz de cumprir seus fins tanto legais como da política ambiental das empresas. Desta forma, foram selecionados e descritos indicadores mínimos de qualidade conceitual derivados dos princípios norteadores do que

deve conceituar uma EA de qualidade e que podem ser identificados através de ações relatadas teoricamente.

TABELA 6. Itens que abordam ações presentes na EASS.

<p>3) A Educação Ambiental é interna? (achei essa palavra ambígua)</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Por que?</p> <p>Caso positivo, quais os atores abrangidos:</p> <p><input type="checkbox"/> funcionários <input type="checkbox"/> fornecedores <input type="checkbox"/> outros Especificar_</p>	<p>Avaliar se a EA é abrangente.</p>
<p>4) A Educação Ambiental é externa.?</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Caso afirmativo, responda a seguir quais os atores abrangidos:</p> <p><input type="checkbox"/> comunidade do entorno do parque industrial <input type="checkbox"/> família de funcionários e fornecedores <input type="checkbox"/> população da cidade ou da comunidade mais próxima <input type="checkbox"/> outros Especificar_</p> <p>e, neste caso realizada em paralelo com a EA interna?</p> <p><input type="checkbox"/> sim. Como? <input type="checkbox"/> não. Por que?</p>	<p>Avaliar se a EA é abrangente; Avaliar se mesmo utilizando métodos diferentes a EA possui os mesmos objetivos.</p>
<p>6) A EA adotada em sua empresa tem como objetivo:</p> <p>6.1. Capacitar o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambientais?</p> <p><input type="checkbox"/> sim. Como é feito? <input type="checkbox"/> não. Por que?</p>	<p>Avaliar se a EA é emancipatória.</p>
<p>6.2. Capacitar para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis?</p> <p><input type="checkbox"/> sim. Como? <input type="checkbox"/> não. Por que?</p>	<p>Avaliar se a EA é transformadora.</p>
<p>6.3. Capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas?</p> <p><input type="checkbox"/> sim. Como? <input type="checkbox"/> não. Por que?</p>	<p>Avaliar se a EA é participativa.</p>
<p>6.4. Ser realizada continuamente.</p> <p><input type="checkbox"/> sim. Como? <input type="checkbox"/> não. Por que?</p>	<p>Avaliar se a EA é permanente.</p>
<p>6.5. Agir diretamente na realidade da coletividade e dela generalizar para o planeta ?</p> <p><input type="checkbox"/> sim, Como? <input type="checkbox"/> não. Por que?</p>	<p>Avaliar se a EA é contextualizadora.</p>

Formatado: Fonte: Times New Roman, 10 pt, Não Realce

Formatado: Fonte: Times New Roman, 10 pt, Não Realce

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Recuo: À esquerda: 0 cm, Tabulações: Não em 1,27 cm

Dos princípios do TEASS (TRATADO DAS ONG's, 1992) ~~seis~~ ^{seis} indicadores foram usados como categoria de análise, escolhidos para representar uma proposta de qualidade conceitual da EASS para a EAEB (os indicadores e sua descrição estão relacionados na tabela 02).

Optou-se por realizar o envio do questionário através de e-mail pela sua rapidez e eficiência, uma vez que toda região sudeste seria abrangida e ficaria inviável mandar pelo Correio devido aos custos envolvidos. Para isso, um endereço de e-mail oficial foi disponibilizado pela Universidade Federal Fluminense para realização da pesquisa (pgca_pesquisa_ea@vm.uff.br). Para obtenção do endereço eletrônico das empresas foi realizada uma pesquisa pela internet através do sítio de busca *Google* (www.google.com.br). Nesta etapa da pesquisa alguns percalços foram encontrados. Era esperado que na página da empresa um endereço de e-mail fosse disponibilizado, assim o envio do questionário seria feito sem problemas. Porém na maioria das vezes o endereço de e-mail não constava no sítio, e ao invés disto, um espaço chamado “fale conosco” era o único meio encontrado para envio do questionário. Esta questão dificultou a distribuição dos questionários, pois algumas vezes esse local possuía um limite de caracteres, impossibilitando o seu envio.

Um outro problema encontrado foi a ausência de um histórico de envio de e-mails no endereço oficial (pgca_pesquisa_ea@vm.uff.br) o que impossibilitava o controle dos e-mails que já haviam sido enviados. Para contornar este problema foi criado um e-mail secundário (pesquisaeducacaoambientalempresa@yahoo.com.br) no qual era adicionado no campo *Cco* (cópia de carbono oculta) ao se enviar o questionário pelo e-mail oficial.

O envio dos questionários foi realizado durante cinco semanas consecutivas nos meses de outubro e novembro de 2006. Aos e-mails enviados, foram observadas tanto respostas negativas como positivas. Foram consideradas respostas negativas aquelas onde não houve o retorno do questionário respondido e como respostas positivas aquelas onde o questionário havia sido respondido. Foi obtido como resposta positiva ao final desta etapa (recebimento do questionário respondido) 4,4% dos e-mails enviados (29 questionários). A tabela 7 abaixo, apresenta o perfil das empresas que responderam ao questionário por setor e por localização. Os nomes ~~dos trabalhos~~ das empresas foram omitidos ~~es~~ — pois se desejou conhecer o fenômeno conceitual a partir de seu discurso.

TABELA 7. Perfil das empresas estudadas através de questionário e localização geográfica.

Empresa	Perfil por Setor de Atividade²⁵	Localização
1	Transporte Marítimo	SP
2	Artigos de papel	SP
3	Produtos químicos	SP
4	Fabricação de máquinas e equipamentos	SP
5	Fornecimento de energia	SP
6	Geração e fornecimento de energia	RJ
7	Construção naval	RJ
8	Fabricação de máquinas e equipamentos	RJ
9	Fabricação de máquinas, material elétrico	SP
10	Produtos têxteis	MG
11	Fabricação de coque, refino de petróleo	RJ
12	Produtos minerais não-metálicos	MG
13	Material eletrônico	SP
14	Fabricação de estruturas metálicas	SP
15	Metalurgia e mineração	MG
16	Fabricação de coque, refino de petróleo	SP
17	Artigos de borracha e plástico	SP
18	Produtos minerais não-metálicos	RJ
19	Geração e fornecimento de energia	M
20	Produtos químicos	SP e MG
21	Rodovias	SP
22	Fabricação de máquinas e equipamentos	SP
23	Alimentação e bebida	SP e MG
24	Alimentação e bebida	SP
25	Fabricação de coque, refino de petróleo	RJ
26	Artigos de borracha e plástico	SP
27	Construção	SP e RJ
28	Fabricação de estruturas metálicas	SP, MG e RJ
29	Produtos químicos	SP
TOTAL		SP: 19 empresas RJ: 08 empresas MG: 07 empresas ES: 00 empresas

²⁵ Os setores das atividades desenvolvidas pelas indústrias foi realizado de acordo com o estudo de Oliveira (Oliveira, 2004).

TABELA 8. Total de empresas estudadas por setor econômico.

Perfil por setor de atividades	Total do setor
Artigos de borracha e plástico	2 empresas
Alimentação e bebida	2 empresas
Artigos de papel	1 empresa
Construção	1 empresa
Construção naval	1 empresa
Fabricação de coque, refino de petróleo	3 empresas
Fabricação de estruturas metálicas	2 empresas
Fabricação de máquinas e equipamentos	3 empresas
Fabricação de máquinas, material elétrico	1 empresa
Geração e fornecimento de energia	3 empresas
Material eletrônico	1 empresa
Metalurgia e mineração	1 empresa
Produtos minerais não-metálicos	2 empresas
Produtos químicos	3 empresas
Produtos têxteis	1 empresa
Rodovias	1 empresa
Transporte Marítimo	1 empresa

A partir da primeira análise, foi elaborado um roteiro semi-estruturado de entrevista individual que teve como objetivo o esclarecimento e aprofundamento das questões abordadas no questionário. Esta seria realizada com as vinte e nove (29) empresas que haviam respondido o questionário previamente (cabe aqui ressaltar que na última questão do questionário era perguntado às empresas se elas aceitariam ser entrevistadas em tempo real para obtenção de maiores esclarecimentos, sabendo que o depoimento seria de conhecimento restrito ao grupo de pesquisa).

Para sua elaboração tomamos por base o questionário acima citado gerando o máximo possível de perguntas, a partir das respostas que haviam sido obtidas.

Decidiu-se realizar as entrevistas com as empresas através da internet *on-line* em tempo real ou por telefone. Para isso fazia-se necessário o programa *MSN (Messenger)*. Este programa foi o escolhido por ser bastante popular, de fácil acesso e instalação.

Enviou-se às 28 empresas que haviam respondido e se disponibilizado à realização da entrevista (conforme a última pergunta do questionário) um *e-mail* contendo um quadro para marcação de entrevistas, onde as estas agendariam um horário dentro de um período de três semanas já pré-determinado pela pesquisa. Dos vinte e nove *e-mails* enviados obtivemos poucas respostas e todas eram negativas. Algumas empresas diziam não poder utilizar o

programa de conversa em tempo real em seus computadores, outras diziam estar de férias e que só retornariam muito depois da data especificada. Em decorrência destes imprevistos encontrados, decidiu-se reorientar a metodologia em relação à entrevista com as empresas.

Decidiu-se que as entrevistas a serem realizadas com as empresas do Rio de Janeiro seriam feitas de preferência pessoalmente. As demais se efetivariam conforme opção da empresa, por telefone ou pela internet. Foram enviados desta forma outros *e-mails* visando à marcação de entrevista a todas as empresas com novo prazo para agendamento da entrevista, excetuando-se as do Estado do Rio de Janeiro, onde o contato seria feito por telefone.

Após o envio dos *e-mails* mostrando a reorientação da metodologia, esperava-se conseguir respostas positivas por parte das empresas, porém não houve resposta a eles.

Resolveu-se então efetuar contato através de telefone para todas as empresas na tentativa de agendamento da entrevista.

Das 29 empresas que haviam respondido previamente o questionário dizendo ser possível realizar a entrevista, 28 se prontificaram a realizar entrevista, mas destas somente 13 realizaram-na. A tabela 9 mostra as empresas que participaram da entrevista. Este comportamento também foi observado em outros estudos como o de Vieira (1987) e Adams (2005), onde obtiveram como respostas positivas um percentual muito baixo.

TABELA 9. Lista de empresas estudadas que participaram da entrevista.

EMPRESAS	PERFIL	LOCALIDADE
1	Transporte Marítimo	SP
2	Artigos de papel	SP
4	Fabricação de máquinas e equipamentos	SP
5	Fornecimento de energia	SP
6	Geração e fornecimento de energia	RJ
7	Construção naval	RJ
8	Fabricação de máquinas e equipamentos	RJ
9	Fabricação de máquinas, material elétrico	SP
10	Produtos têxteis	MG
11	Fabricação de coque, refino de petróleo	RJ
12	Produtos minerais não-metálicos	MG
13	Material eletrônico	SP
14	Fabricação de estruturas metálicas	SP
TOTAL		SP: 07 empresas RJ: 04 empresas MG: 02 empresas

Observou-se como motivos de não participação das entrevistas pelas empresas:

- a) mostravam-se reticentes;
- b) necessitavam do aval de uma instância superior;
- c) ignoravam as várias tentativas de contato;
- d) alegavam que todas as informações faziam parte de informações restritas à empresa.

As empresas que participaram das entrevistas também se comportaram de maneira distinta. Algumas mostravam empenho e boa vontade para participar deste trabalho como foi o caso das empresas 6, 8, 11 e 14. Outras se mostraram desconfiadas, porém durante as entrevistas elas percebiam a relevância do tema e acabavam cooperando.

Algumas empresas situadas na cidade do Rio de Janeiro tiveram suas entrevistas realizadas pessoalmente, como foi o caso das empresas 7 e 11. Todas as outras entrevistas foram feitas através de telefone. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes.

3.2.3. A estrutura da entrevista

A entrevista consistiu do mesmo roteiro que compunha o questionário, sendo que procurava esmiuçar os temas através de questionamentos mais elaborados. O seu objetivo foi de esclarecer e aprofundar as questões que haviam sido abordadas anteriormente no questionário, o que permitiu uma discussão mais minuciosa dos temas em questão.

Gravadas em aparelho *mp3*, as informações verbais foram transcritas na íntegra e submetidas a leituras repetidas para selecionar as unidades de falas que continham informações pertinentes aos propósitos da pesquisa. Em seguida, os conteúdos dessas falas foram analisados e agrupados em temas e sub-temas.

3.3. ETAPA III

Esta etapa se dividiu em duas fases: a primeira que mostra os resultados e discussão dos 29 questionários e a segunda que realiza uma análise do conteúdo das 13 entrevistas.

Nesta primeira fase os dados obtidos foram tratados e tabulados. Os vinte e nove questionários aplicados tiveram seus dados tabulados em planilhas do aplicativo Excel e, posteriormente, em gráficos que serviram de base para uma avaliação mostrando as tendências sobre a percepção das empresas em relação às atividades de EA por elas desenvolvidas. De posse dos resultados, seguiu-se a realização da análise de todos os itens dos questionários, comparando as respostas fornecidas com suas páginas corporativas *on line* e abordando o referencial teórico adotado.

A segunda fase consistiu na realização e análise das entrevistas de 13 empresas que se prontificaram a participar do estudo. Em um primeiro momento realizou-se a leitura flutuante²⁶ de todo o material coletado nas entrevistas para a análise. Então foi feita a redução de unidades de significação em que se buscaram as respostas às questões da entrevistas na fala de cada entrevistado separadamente. A análise do conteúdo foi realizada tanto conforme recomendado por Bardin (1988), como também de maneira intuitiva. Esta autora afirma que o pesquisador, mediante o desafio da análise dos dados, deve sempre conservar à sua frente às finalidades e os objetivos da pesquisa. Tendo em mente o objetivo da pesquisa o observador deve – na medida em que as transcrições das entrevistas são lidas e relidas – procurar padrões e conexões e ainda elementos que apontem contradições, a partir de um referencial mais amplo que vá além do detalhe particular.

Esse procedimento resultou na elaboração de sete temas e dez sub-temas que foram analisados sob a luz do referencial teórico adotado pela pesquisa.

Assim, os entrevistados versaram sobre a EA oferecida no bojo da empresa tendo em vista os temas:

Tema 1. Sentido da EA

Sub-tema 1.1. Concepções sobre as finalidades da Educação Ambiental;

Sub-tema 1.2. Discernimento entre Educação Ambiental e treinamento;

Sub-tema 1.3. A Educação Ambiental e a conscientização ambiental;

Sub-tema 1.4. Correntes da Educação Ambiental identificadas no discurso das empresas;

Sub-tema 1.5. Motivos à adoção de Educação Ambiental na empresa.

²⁶ De acordo com Bardin (1988) leitura flutuante é a leitura em que surgem hipóteses ou questões norteadoras, em função de teorias conhecidas.

Tema 2. Consideração do princípio apontado pelo IQC nº 1 (EA emancipatória);

Tema 3. Consideração do princípio apontado pelo IQC nº 2 (EA transformadora);

Tema 4. Consideração do princípio apontado pelo IQC nº 3 (EA participativa);

Tema 5. Consideração do princípio apontado pelo IQC nº 4 (EA abrangente);

Sub-tema 5.1. Público alvo da Educação Ambiental interna;

Sub-tema 5.2. Percepção sobre o comportamento dos funcionários em relação à Educação Ambiental;

Sub-tema 5.3. Oferecimento da Educação Ambiental para o público externo;

Sub-tema 5.4. Abordagem do contexto social oferecida pela Educação Ambiental;

Sub-tema 5.5. Segmento profissional que desenvolve as atividades de Educação Ambiental na empresa.

Tema 6. Consideração do princípio apontado pelo IQC nº 5 (EA permanente);

Tema 7. Consideração do princípio apontado pelo IQC nº 6 (EA contextualizadora).

3.4. ETAPA IV

Esta etapa apresenta as conclusões obtidas pela análise dos resultados assim como as questões mais relevantes encontradas e fornece algumas recomendações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os dados obtidos através do questionário e entrevista foram analisados em dois momentos distintos para facilitar a compreensão do texto. Inicialmente foi feito o tratamento das informações e dados obtidos através do questionário e sua análise. O segundo momento envolveu a análise do discurso obtido através das entrevistas. Buscou-se através destes instrumentos verificar a qualidade conceitual da EA que embasa as práticas educativas ambientalistas desenvolvidas nas empresas.

4.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO DO QUESTIONÁRIO

A seguir apresenta-se os resultados e discussão das respostas ao questionário realizado, preenchido por 29 empresas que não apresentaram empecilho à divulgação individualizada das respostas.

QUESTÃO n° 1: Existência de Educação Ambiental na empresa

Todas as 29 empresas (100%) responderam haver algum programa, projeto ou atividade de Educação Ambiental.

QUESTÃO n° 2: Motivos para a prática de Educação Ambiental na empresa

Cabe aqui esclarecer que as empresas tinham a liberdade de escolher mais de um motivo que às conduzissem à prática de EA como mostra a tabela 10.

O motivo mais comum apontado pelas empresas foi de fazer parte da política interna com 86,2% das respostas (25 empresas). Outro motivo muito indicado pelas empresas foi a de obtenção de certificação ISO 14001 com 79,3% (22 empresas). Os outros menos citados foram: obtenção de licenciamento com 20,6% (06 empresas), adequação ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com 17,2% (05 empresas) e outros que não estavam especificados no questionário e que as empresas deveriam informar com 13,7% (04 empresas). Esses resultados são apresentados pela figura 01.

TABELA 10. Relação de motivos escolhidos pelas empresas.

	Licenciamento	Certificação (ISO 14001)	TAC	Política interna da empresa	Outros motivos
Empresa					
1		X		X	
2		X			
3				X	
4		X		X	
5	X	X		X	
6	X	X	X	X	X
7		X	X	X	X
8		X		X	
9		X		X	
10		X			
11		X		X	
12	X	X		X	
13		X			
14		X			
15				X	
16				X	
17				X	
18	X	X	X	X	
19	X		X	X	
20		X		X	
21		X		X	
22		X		X	
23		X		X	
24				X	
25		X		X	
26		X			
27		X		X	
28	X	X		X	X
29		X		X	X
total	6	23	4	24	4
%	20,6	79,3	13,7	82,7	13,7

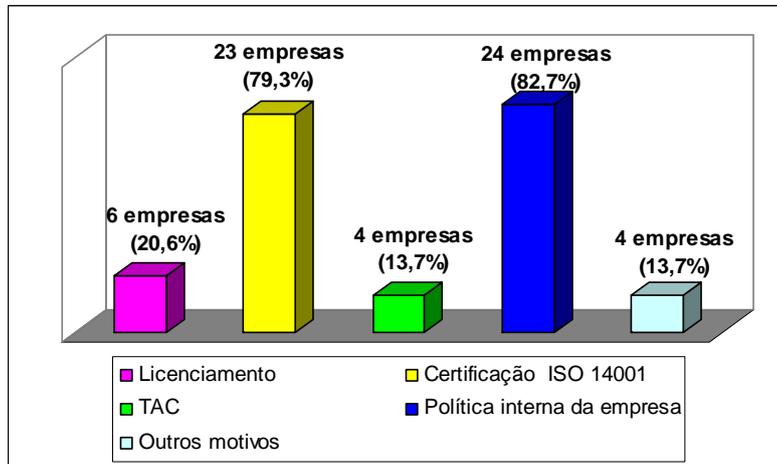


Figura 1. Motivos para a prática de EA na empresa.

Os dados obtidos nos questionários respondidos pelas 29 empresas (100%) revelam que todas as empresas afirmam possuir algum programa, projeto ou atividade de EA. Destas, porém somente 14 apresentam efetivamente seus programas em suas páginas virtuais corporativas, levando-nos a indagar se estas empresas que não disponibilizam os seus programas de EA na internet realizam alguma atividade neste sentido.

A maioria das empresas (24 empresas) declara possuir EA por esta fazer parte da política interna da empresa. Esta tendência observada através dos dados é confirmada por Berna (2005) ao enunciar que a questão ambiental deixou de ser um interesse apenas de ambientalistas, passando a integrar a pauta empresarial. A empresa passa agora a apresentar uma postura pro ativa diferentemente do que se costumava observar nos anos 70, onde se considerava a relação entre proteção ambiental e desenvolvimento como absolutamente antagônica. Porém esse tardio despertar de uma sensibilidade ecológica dos empresários, não aconteceu por amor ou preocupação pela natureza, mas sim por uma estratégia de negócios, podendo significar benefícios e vantagens competitivas realizar um trabalho a favor de melhoria contínua dos resultados ambientais da empresa.

A certificação ISO 14001 também aparece como um importante motivo que leva as empresas a integrarem a EA em sua pauta. Para Cajazeira e Barbieri (2005) a preocupação das empresas em obter a certificação ISO 14001 está na melhora da reputação e favorecimento do desempenho financeiro e mercadológico. Ela surge como o grande avanço

em direção à produção industrial limpa e, conseqüentemente, ao equacionamento da problemática industrial relativa ao ambiente, contornando a omissão das empresas num recente passado extremamente poluidor. Mas, para esses autores, o principal objetivo das empresas a se interessarem pela certificação, é de *prover às organizações os elementos de um sistema de gestão ambiental eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos.*

Layrargues (2000b, p.82) concorda com esse objetivo:

“De mãos dadas com a criação do mercado verde, o estabelecimento de normas ambientais internacionais visa a homogeneizar conceitos, padrões e procedimentos industriais relativos à questão ambiental, tendo em vista que, atualmente, o cenário comercial, além de globalizado e altamente competitivo, abriga empresas que abusam na autoconcessão de selos verdes, que nada mais são do que rótulos nas embalagens atestando qualidades ambientais muitas vezes questionáveis, iludindo o consumidor por meio de estratégias escusas de marketing ecológico. Nesse contexto, a abertura dos mercados pela globalização da economia acaba por exigir a criação da ISO 14000, mecanismo capaz de atuar como um fator regulador da competição, normatizador das práticas de marketing e limitador das barreiras comerciais no mercado.”

Porém esse autor vai além ao colocar que para conseguirem manter o princípio liberal da não-intervenção do Estado no mercado (pois no cenário de uma crise ambiental, ficaria exposto à intervenção governamental para gerir o metabolismo industrial moderno) se deu a criação de um modelo de organização produtiva capaz de integrar na sua lógica o constrangimento ambiental.

Vale ressaltar que estes objetivos também estão intimamente relacionados com as exigências regulatórias. Não apenas em função do cumprimento pró-ativo da legislação ambiental, mas, sobretudo, em função de minimizar os riscos de acidentes que por ventura possam gerar passivos ambientais com valores significativos.

Um resultado inesperado que surgiu durante a análise dos dados foi que poucas empresas citaram como motivo de manutenção das atividades de EA, a obtenção de licenciamento. Esta situação parece não condizer com o contexto do cotidiano empresarial, pois de acordo com o Decreto nº 4.281, do ProNEA, para a obtenção de licenciamento ou

renovação deste por qualquer empreendimento e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, é obrigatório haver programa de EA instituído:

*“Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados: **II** - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento²⁷ e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental”* (grifo nosso) (BRASIL, 2002b Art. 6º)

Desta maneira várias hipóteses apareceram:

→ *Ignorância da Lei pelas empresas.* Acredita-se que esta hipótese seja pouco provável, uma vez que este suposto desconhecimento da lei geraria multas, ou seja, perda de dinheiro para empresa;

→ *As empresas não estão renovando suas licenças ambientais.* Parece também que este argumento é incipiente, pois todas as empresas estudadas são de grande porte, muitas vezes com unidades fabris em várias cidades brasileiras, o que nos leva a imaginar que eventualmente exista a instalação ou ampliação de seus empreendimentos.

²⁷ O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n 6.938/81, regulamentada pelo Decreto n. 99.274 e detalhada na Resolução CONAMA n 237/97 que exemplifica atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento. Projetos ou atividades que podem potencial ou efetivamente ser poluidoras ou que ameacem a degradação ambiental precisam ser licenciados ou submetidos a estudos e a relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA). O licenciamento ambiental é exigido para a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como para os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. O licenciamento é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental, sendo de três tipos: prévia, de instalação e de operação. O licenciamento e as avaliações são realizados pelo IBAMA, agências estaduais e, em alguns casos, pelos conselhos estaduais de meio ambiente e pelos municípios, dependendo da localização, tamanho e natureza da atividade ou projeto. Uma vez que o licenciamento é condicional para a obtenção de financiamento público ou para a concessão de benefícios fiscais, praticamente todos os projetos ou atividades que apresentam riscos ambientais são licenciados. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) é exigido daquele empreendimento que for potencialmente causador de significativa degradação ambiental. Entretanto, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é apenas um resumo conclusivo do estudo de impacto ambiental e de suas recomendações. Para muitos autores, a maioria dos EIA's no Brasil são mais um instrumento para justificar decisões já tomadas do que para iniciar uma avaliação e uma negociação sobre os impactos ambientais de empreendimentos econômicos (JATOBÁ, 2005).

→ *As empresas utilizam “caminhos não oficiais” para obterem suas licenças ambientais.* Sabe-se que, ainda no Brasil existe uma cultura do “jeitinho” pelo qual busca-se encontrar o caminho mais fácil para o alcance das normas legais. Esta atitude de total descaso implica no não cumprimento dos objetivos efetivos a que se propõe a lei. Este comportamento parece fazer parte do cotidiano brasileiro, indicando descaso com a ética e valores morais mínimos, permitindo a perpetuação dessas práticas na sociedade.

Foi observado que todas as empresas que afirmaram possuir atividades de EA para adequação ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), também enunciaram vários outros motivos em consideração à prática. Percebe-se desta forma que não se trata de um motivo relevante para as empresas implementarem suas atividades de EA.

QUESTÃO n° 3: Educação Ambiental interna e atores abrangidos (Educação Ambiental Abrangente)

Este item junto com a questão n° 4 do questionário possui como objetivo verificar se o IQC n° 4 (EA Abrangente) está sendo satisfeito. Ao perguntar sobre a realização interna da EA na empresa, todas responderam positivamente (100%), porém se diferenciavam em relação aos atores abrangidos neste processo. As empresas tinham a opção de escolher mais que uma opção caso fosse necessário (tabela 11). Desta forma, 96,5% das empresas (28 empresas) responderam que a EA era direcionada aos seus funcionários. Os fornecedores também se encontram como alvo da EA com 41,3% das respostas (12 empresas) (Figura 2). Outros atores foram incluídos pelas empresas com 41,3% dos respondentes (12 empresas).

TABELA 11. Relação de atores escolhidos pelas empresas

	Funcionários	Fornecedores	Outros atores
Empresas			
1	X		
2	X		
3	X	X	X
4	X		
5	X	X	X
6	X		X
7	X	X	
8	X		X
9	X	X	X
10	X		
11	X		
12	X	X	
13	X	X	X
14	X	X	
15	X		
16	X	X	
17	X		
18	X		X
19	X		
20	X		X
21	X	X	X
22	X	X	
23	X		
24	X	X	
25	X		
26	X		X
27			X
28	X		X
29	X	X	
total	28	12	12
%	96,5	41,3	41,3

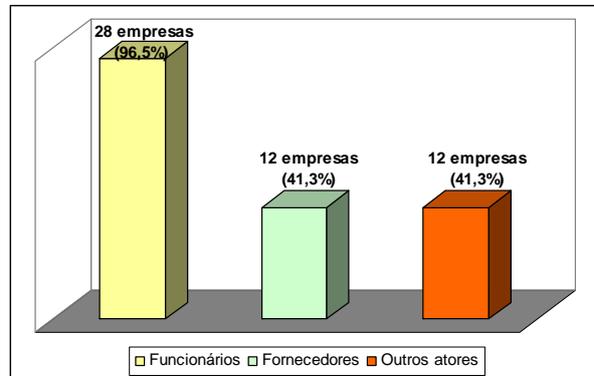


Figura 2. Atores abrangidos.

Percebe-se na avaliação desta questão que todas as empresas enunciaram possuir EA interna. A maioria afirmou que os atores abrangidos nas atividades eram os funcionários, porém esse percentual decaiu conforme outros atores são incluídos. Neste caso nota-se que a existência de programas de EA nas empresas possui o intuito de obtenção da certificação, pois no processo de implementação do SGA, na etapa de *Implementação e Operação*, programas de treinamento e EA são exigidos pela norma, procedimento que precisa ser direcionado aos funcionários da empresa.

Algumas empresas especificaram os atores ao qual direcionavam suas atividades de EA realizada internamente como prestadores de serviço, pessoal contratado, e empresas prestadoras de serviço. Apesar das empresas apresentarem em seu discurso uma preocupação na construção de um “conhecimento ambiental” a seus prestadores de serviço ou pessoal terceirizado, observa-se que este cuidado é devido à manutenção do SGA. Uma outra hipótese a ser levada em consideração é que esta atitude pode estar sendo tomada por zelo ao nome da empresa, uma vez que esses atores trabalham a seu serviço.

É interessante notar somente uma empresa especificou direcionar a EA a *todos* os colaboradores da empresa, subentendendo-se desta forma que acreditam que a responsabilidade ambiental seja de todos tanto o pessoal, ou seja, tanto de quem trabalha diretamente na produção quanto do pessoal de apoio (RH, vendas...) e diretoria.

QUESTÃO n° 4: Educação Ambiental externa e atores abrangidos (Educação Ambiental Abrangente)

Em relação ao oferecimento da EA extramuros, 21 empresas afirmam realizá-lo (72,4%). Deste total, 85,7% (18 empresas) informou a maneira como se realizava a EA externamente e 8 empresas (27,6%) responderam não realizar EA externamente.

A figura 3 mostra a interpretação realizada de acordo com as respostas fornecidas pelas empresas. Mesmo com a maioria das empresas afirmando realizar EA externa o que a princípio contemplaria o IQC n° 4, onde a EA têm que ser capaz de envolver a totalidade dos grupos sociais (públicos internos e externos), ao se analisar as argumentações observou-se que somente uma empresa (3%) apontou para uma explicação mais satisfatória, demonstrando uma preocupação com mudanças de atitudes do indivíduo na busca da sustentabilidade:

“A interna vem sendo desenvolvida levando os funcionários a refletir sobre uma nova racionalidade, visando despertar o empregado para a importância das questões ambientais no contexto onde ele vive e atua. A externa na abordagem com as comunidades atingidas visando estimular o senso crítico em relação às mudanças de comportamento necessárias a construção de uma cidadania com a sustentabilidade.” (empresa 6)

Verificou-se que 06 empresas (21%) forneceram respostas que demonstram que seus programas de EA possuem o objetivo de preservar os recursos naturais:

“A EA desenvolvida externamente tem abordagem alinhada com a interna quando se relaciona aos temas abordados. Em ambas são focadas as questões relacionadas à energia, meio ambiente e preservação dos recursos hídricos.” (empresa 5)

Algumas outras (02 empresas ou 7%) tem como meta desenvolver uma *consciência* ambiental no educando:

“Durante o ano são realizadas palestras de conscientização ambiental e uma vez ao ano é realizada a semana da qualidade e meio ambiente, ambas abertas a fornecedores.” (empresa 15)

O aspecto de não se levar em conta a realidade social nos programas de EAE não pode deixar de ser relevado. Questiona-se desta forma programas ou atividades que se autodenominam EA, mas que não possuem uma postura crítica dos modelos de consumo

vivenciados pelas sociedades, ou não analisam o modo de relação dominadora do ser humano sobre a natureza, com alto valor antropocêntrico.

De acordo com as propostas da Conferência de Tbilisi um dos principais objetivos da EA é relevar a complexidade do meio ambiente fazendo com que o homem perceba que a natureza é resultado dos aspectos, físicos, biológicos, sociais e culturais. Assim o indivíduo e a sociedade entendam que esses aspectos atuam de maneira integrada. Possuindo esta concepção o indivíduo poderá ter uma postura crítica em relação à utilização dos recursos naturais (BRASIL, 2002a).

A fala empresarial exposta no questionário revelou que a maioria das empresas que expressou a maneira pela qual o seu programa de EA é oferecido, reduz a questão ambiental aos seus aspectos físicos, tratando-a de maneira absolutamente separada da temática sócio-econômica. Surge então uma indagação sobre esta concepção simplista e reducionista da questão ambiental, pois é patente que foram (e continuam sendo) os impactos decorrentes dos padrões econômicos e sociais adotados para exploração do meio ambiente, em especial aqueles que dizem respeito à produção e ao consumo que colocaram nossa existência em xeque-mate. Neste contexto, algumas interpretações podem ser arriscadas.

Segundo Layrargues (2002), essa concepção faz parte de uma corrente ambientalista que possui óbvias motivações utilitaristas, onde a natureza deve ser protegida por se constituir em uma fonte de recursos no que diz respeito à oferta de produtos e serviços. Ou seja, a natureza tem um valor utilitarista instrumental.

Desta forma, sua lógica preservacionista está intimamente relacionada a uma questão econômica. Vislumbra-se assim uma preocupação com a “administração ambiental” ou em outras palavras, gestão ambiental, pois tanto a expectativa de escassez dos recursos naturais e conseqüentemente o aumento dos preços como também a contaminação das águas, do ar, perda da biodiversidade, o desmatamento, a contaminação alimentar comprometeriam os principais objetivos da empresa, que continuam sendo os mesmos de sempre: lucro, resultados, liderança, ampliação de mercado, dentre outros (SOUZA, 2000).

Uma outra consideração a ser feita seria de caracterizar o atributo definidor do modelo de EA oferecido pelas empresas, que se baseando nesta lógica reducionista de concepção

ambiental, se mostra evidentemente instrumental e pragmático. Esta EA dita conservacionista tem suas propostas objetivadas na conservação dos recursos físicos, tanto no que diz respeito à qualidade quanto à quantidade. As propostas neste sentido são feitas para preservação da natureza como recurso a ser utilizado pelo ser humano (SATO, 2004).

Layrargues (2003) expõe que no atual contexto empresarial ainda existe uma dificuldade em se implementar uma EA fundamentalista, onde se preconize a substituição de valores antropocêntricos, e seus respectivos paradigmas, por valores ecocêntricos.

Interpretou-se assim, que esta representação das empresas compreende e restringe a EA a um mero instrumento metodológico da gestão ambiental, míope de sua essência ontoepistemológica, onde a dimensão ambiental não se inscreve em uma prática pedagógica transformadora.

Outras empresas das empresas forneceram respostas de difícil interpretação, onde muitas vezes apresentavam apenas o método no qual abordavam a EA ou simplesmente não explicavam nada:

“Com palestras, informativos, peças teatrais.” (empresa 21)

“Work Shops com fornecedores, comunidade e clientes.” (empresa 22)

“Programa específico voltado para comunidades da área de influência dos empreendimentos.” (empresa12)

As empresas que responderam não realizar a EA externa, correspondem a 8 empresas (28%), sob justificativa de não haver necessidade até o momento ou por não ser uma exigência para certificação.

Ao se analisar as justificativas de não oferecimento da EA para o público externo, deduziu-se que a EA nestes casos é estratégica, pois tem o fim de buscar certificações, aumentar a produtividade e melhorar sua imagem pública e, por terem clientes internacionais têm que adotar uma postura pró-ativa, prevenindo a poluição e essencialmente para o público interno (BRAGA, 1995) ou é implementada somente para atender requisitos relacionados à gestão da empresa.

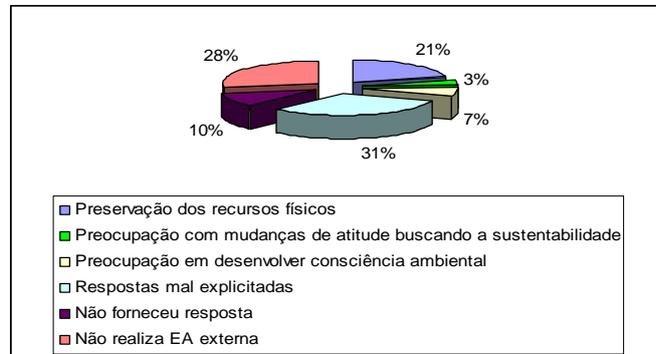


Figura 3. Interpretação dada aos objetivos almejados pela EA externa na empresa.

Esta questão também indagava às empresas se as atividades da EA externa eram realizadas concomitantemente com as da EA interna.

Responderam não realizar a EA externa em paralelo com a EA interna 17,2% das empresas (05 empresas) apresentando a justificativa de apresentar foco diferenciado pelo fato do público ser distinto, ou seja, entendem que as demandas para público interno e externo não são as mesmas, fazendo-se necessárias abordagens e objetivos diferenciados.

Interpretou-se a conduta apresentada por estas empresas como desconhecimento das perspectivas almejadas pela EA. Estas devem proporcionar, com graus de especificidades e precisão variáveis, de acordo com o seu público, meios que permitam à *todos* compreenderem as relações entre os diferentes fatores físicos, biológicos e socioeconômicos do meio ambiente, bem como sua evolução no tempo e sua transformação no espaço, favorecendo, em todos os níveis, a participação responsável e eficaz da população na concepção e aplicação das decisões que põem em jogo a qualidade do meio natural, social e cultural (BRASIL, 2005). Em outras palavras, a EA deve estar em todos os espaços que educam o cidadão, porém cada contexto terá as suas características e especificidades, variando, portanto, os temas básicos a serem enfocados, mas os objetivos deverão ser os mesmos para todos.

Ainda na questão nº 4 onde também se perguntava quais eram os atores abrangidos neste processo (tendo também a opção de marcar mais que uma resposta como explicitado na tabela 12), não foi identificado uma grande diferença entre as respostas. Apresentado pela figura 05, do total, 18 empresas (62,0%) afirmaram oferecer para população da cidade ou da

comunidade mais próxima. O oferecimento da EA para a comunidade do entorno do parque industrial foi feito por 16 empresas (55,1%), enquanto para a família de seus funcionários e fornecedores foi realizado por 14 empresas (48,2%). Não forneceram resposta alguma 04 empresas (13,7%) (Figura 04). A especificação dos atores foi feito por 06 empresas (20,6%), e tiveram como resposta escolas e grupos de jovens.

TABELA 12. Relação de atores externos escolhidos pelas empresas.

	População da cidade ou comunidade mais próxima	Comunidade entorno do parque industrial	Família funcionários e fornecedores	Outros	Sem resposta
Empresa					
1					X
2					X
3	X	X	X		
4					X
5	X	X	X		
6	X				
7	X				
8					X
9	X	X	X		
10		X	X		
11				X	
12	X	X	X	X	
13		X	X		
14					X
15	X	X	X	X	
16	X		X		
17	X	X	X		
18	X	X	X		
19	X	X			
20	X	X	X		
21	X	X	X	X	
22	X	X	X		
23	X	X	X		
24	X				
25	X		X		
26		X		X	
27	X				
28	X		X	X	
29	X		X		
total	20	17	14	7	4
%	68,9	58,6	48,2	24,1	13,7

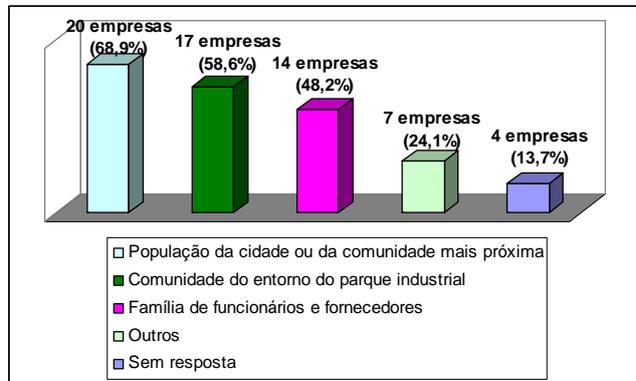


Figura 4. Atores abrangidos na EA externa.

Notou-se nos discursos apresentados pelas empresas que estas possuem preocupação em fornecer a EA em escolas (espaço formal de ensino), ou para jovens, entendendo que estes são o futuro da humanidade, sendo assim é para eles que a EA tem que estar voltada.

QUESTÃO nº 5: Desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental na empresa

Observou-se que as atividades de EA são desenvolvidas nas empresas por profissionais de diferentes segmentos, assim distribuídos: Em 20 empresas os profissionais que desenvolvem as atividades de EA são gestores ambientais (44,8%). Possuem como educadores internos para desenvolver a EA 13 empresas (68,9%). 10 empresas (34,4%) apresentam como profissional responsável consultores. Como monitores, 05 empresas (17,2%). Como bolsistas apenas 02 empresas (6,8%) como demonstrado pela figura 05. 11 empresas (37,9%) especificaram que os profissionais atuantes no desenvolvimento da EA fazem parte de comitê de qualidade e meio ambiente, ONG's e se constituem de técnicos contratados e professores.

Uma vez que as empresas tinham a opção de escolher mais que uma resposta, foi observado que na grande maioria (25 empresas), as atividades de EA são desenvolvidas por mais de um tipo de profissional e 05 empresas responderam desenvolver suas atividades com apenas um profissional como resumido na tabela abaixo:

TABELA 13. Relação dos segmentos profissionais escolhidos pelas empresas

	Gestores ambientais	Educadores internos	Monitores	Bolsistas	Consultores	Outros	Sem resposta
Empresa							
1	X						
2		X			X		
3	X		X			X	
4	X	X					
5	X		X			X	
6		X				X	
7	X					X	
8		X				X	
9	X	X					
10	X		X				
11					X		
12	X	X			X		
13							X
14						X	
15						X	
16	X						
17	X				X		
18	X		X		X	X	
19		X	X		X	X	
20					X	X	
21	X	X					
22	X	X					
23	X	X	X	X			
24	X	X					
25	X				X		
26	X						
27	X	X			X		
28	X	X					
29	X	X				X	
total	20	14	6	1	9	11	1
%	68,9	48,2	20,6	3,4	31,0	37,9	3,4

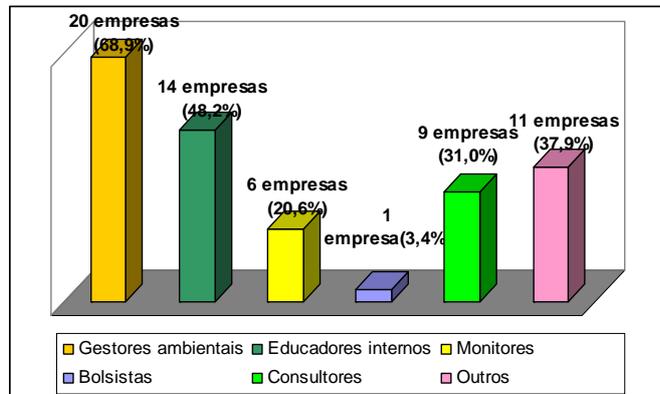


Figura 5. Segmento profissional que desenvolve as atividades de EA na empresa.

Os dados revelam que em quase todas as empresas a EA é disponibilizada por mais de um segmento profissional e que a maioria aposta em gestores ambientais para desenvolver seus programas de EA. Verifica-se que nem a metade das empresas possui segmento profissional específico na área de educação o que pode revelar a ausência de estratégias pedagógicas adequadas para a implementação da EA (ADAMS, 2005).

Esta consideração aqui feita não tem a pretensão de restringir a EA em suas bases pedagógicas com afastamento dos outros campos do conhecimento, como se somente profissionais da área educativa tivessem a capacidade de desenvolver programas de EA, não dando importância a outros saberes. Porém, por outro lado indaga-se o estabelecimento da EA como uma mera ferramenta na gestão de recursos sem qualquer enfoque educacional (SATO, 2001).

QUESTÃO nº 6: Investigação da qualidade conceitual da Educação Ambiental na empresa

As perguntas abordadas neste item do questionário (juntamente com os itens nº 03 e 04) buscaram verificar se os Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC's) têm sido apreciados nas atividades de EA empresariais.

6.1. Capacitar o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambiental (Educação Ambiental Emancipatória)

Um número significativo de empresas (82,7%, ou seja, 24 empresas) afirmou cumprir o objetivo de construir conhecimento que permita o indivíduo a solucionar problemas ambientais, explicando como é realizado. Somente 3,44% (01 resposta) foi negativa, e 04 empresas (13,7%) não responderam a questão.

Essa competência explicitada pelo IQC nº 1 (tabela 4) mostra que é imprescindível uma EA que não somente sensibilize, mas que também transforme as atitudes e proporcione novos conhecimentos e critérios (BRASIL, 2005). Ou seja, a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade (FÓRUM DAS ONG'S, 1992).

Dentre as correntes de EA que se adequam aos preceitos definidos pelo TEASS, destacam-se as correntes humanista e sistêmica. Segundo Sauv e (2005) estas correntes enfatizam a dimensão humana do meio ambiente, que se constitui a partir de um diálogo entre a natureza e a cultura. Ou seja, o ambiente não se restringe apenas a aspectos biofísicos. Ainda de acordo com a autora:

O ambiente não   somente apreendido como um conjunto de elementos biofísicos, que basta ser abordado com objetividade e rigor para ser mais bem compreendido, para interagir melhor. Corresponde a um meio de vida, com suas dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, est ticas, etc. Não pode ser abordado sem se levar em conta sua significac o, seu valor simbólico (SAUV E, 2005, p. 25)

Para Sato (2001) a EA roga pela liberdade de expressão, pela autonomia, pela diversidade e pela emancipa o para transforma o das sociedades.

Em concordância com o exposto acima, observou-se que dentre todas as empresas, somente uma se mostra adequada no cumprimento deste IQC. Seu discurso revela que a EA

por esta apresentada se insere na corrente humanista, se aproximando do que é preceituado pelo TEASS.

“Inicialmente é realizado um diagnóstico sócio-ambiental na área de influência do empreendimento com levantamento das potencialidades e fragilidades ambientais, com base nestes dados retoma-se o diálogo com a comunidade por meio de reuniões participativas. A partir desses contatos elabora-se as estratégias adequadas a certa realidade, capacitações, seminários, fóruns, oficinas e campanhas educativas.” (empresa 6)

A grande maioria se mostrou inadequada por apresentar em seus discursos uma EA essencialmente conservacionista.

“O público interno é feito com informação de aspectos e impactos ambientais das atividades de trabalho e gerenciamento de resíduos, além da conscientização para redução de consumo de recursos naturais.” (empresa 11)

A única empresa que afirmou não cumprir o IQC declara que seu objetivo com a EA é somente a atividade da empresa, ou seja, entende a EA como instrumento no processo de gestão. A figura 6 demonstra as considerações feitas acima:

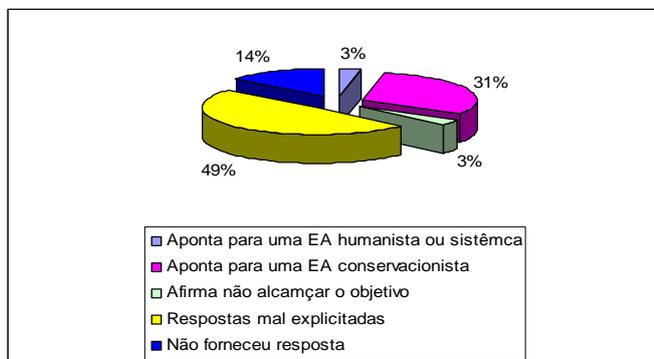


Figura 6. Interpretação realizada em relação ao objetivo de capacitar o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambientais.

6.2. Capacitar para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis (Educação Ambiental Transformadora)

Neste item a grande maioria das empresas declarou atingir o objetivo proposto com 82,7% das respostas (25 empresas). Não foi obtida nenhuma resposta negativa nesta questão e 05 empresas (17,2%) não forneceram nenhuma resposta.

O cumprimento adequado deste IQC tem como pré-requisito a concepção de Sociedade Sustentável como uma sociedade justa, equânime. Dessa forma, a construção das Sociedades Sustentáveis reivindica uma diminuição entre as linhas que separam o excesso de consumo e a privação (MEIRA e SATO, 2005). E para que uma nova sociedade se estabeleça uma nova visão de mundo deve ser pensada, não mais onde se cultue uma postura dominante sobre o entorno natural, cujos instrumentos científicos e tecnológicos fundamentam uma economia que subjuga a natureza e conseqüentemente o próprio ser humano, colocando-se acima de tudo.

As justificativas expostas pelas empresas revelando como é realizada a capacitação do indivíduo em relação à mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis mostram, em sua maioria, inadequadas à capacitação proposta. Dentre todas as respostas apresentadas somente uma conseguiu expressar algum conhecimento sobre os objetivos almejados pelo paradigma de Sociedades Sustentáveis com o seguinte discurso:

“Provocando os diferentes atores sociais para um processo de participação efetiva e preparando-os para assumirem, individual e coletivamente responsabilidade sobre a conservação do meio ambiente.” (empresa 6)

As respostas que se demonstravam inadequadas eram aquelas que demonstravam que as empresas a adoção do modelo de EA para o Desenvolvimento Sustentável. Este enfoque reflete os princípios de organizações que compactuam dos fatos da globalização do mercado, do reducionismo e do pensamento cartesiano e do domínio presente nos discursos, normas e padrões internacionais que encobrem as peculiaridades regionais e a dinâmica própria (MEIRA e SATO, 2005). Essas análises podem ser observadas na figura 7.

De acordo com esta autora, a palavra “*des-envolvimento*” tem significações semelhantes ao inglês (*development*), espanhol (*desarrollo*), que aponta para uma conotação completamente economicista, como sinônimo de progresso e avanços tecnológicos. Possui uma significação histórica de avançar no sentido de maximizar as potencialidades, desprezando os mais fracos. No português o termo é composto por dois radicais, “*des*” e “*envolvere*”, o quais revelam que a palavra (*des*)envolvimento pode também ser compreendida como *não envolvimento*. Neste contexto etimológico indaga-se *não se envolver com quem ou com o quê?*(SATO, 2001)

Infere-se que provavelmente a dificuldade na elaboração das respostas pelas empresas foi devido aos seguintes motivos:

- ✓ desconhecimento do conceito do modelo de Sociedades Sustentáveis;
- ✓ fidelidade ao próprio objetivo almejado que é exatamente contrário ao que prega a construção de Sociedades Sustentáveis: o individualismo, o mercado, a competição, o consumismo, a produtividade máxima.

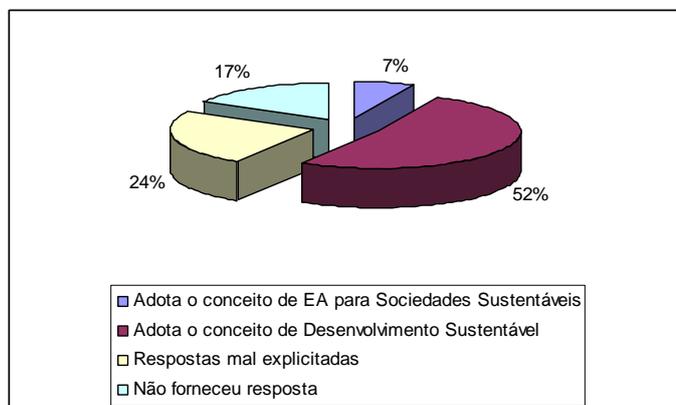


Figura 7. Interpretação realizada em relação ao objetivo de capacitar o indivíduo para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis.

6.3. Capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas (Educação Ambiental Participativa)

A pesquisa indica que somente metade das empresas afirma cumprir o objetivo de capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas com 55,1% de resposta (16 empresas). 08 empresas (27,5%) informam não possuir o objetivo indicado e 17,2% das empresas (05 empresas) não respondeu a questão.

Mudar a qualidade dos processos decisórios significa compreender discussões que envolvam interesses coletivos na fase da tomada de decisão em oposição a uma situação não participativa, pois nesta última as discussões são conduzidas sobre decisões já tomadas ou sobre decisões a serem tomadas, excluindo-se determinados grupos de atores.

Neste sentido este indicador se mostra fundamental uma vez que a participação cidadã pode possibilitar:

- ✓ O desenvolvimento do pensamento crítico e a elevação da consciência intelectual e moral do indivíduo;
- ✓ A valorização e promoção do saber e das iniciativas populares, ou seja, o protagonismo popular e a valorização dos sujeitos coletivos populares com base no princípio de soberania do povo;
- ✓ A estruturação autônoma de grupos, movimentos e organizações populares e sindicais e o exercício dessa autonomia na relação com os órgãos estatais, com as forças do mercado e com partidos políticos institucionalizados;
- ✓ A expressão legítima e autêntica das identidades dos diversos grupos e setores populares;
- ✓ A inserção em um processo que aponte para a possibilidade de emancipação social dos explorados e oprimidos por suas próprias forças de ação (NAVARRO, 2005).

Neste contexto, uma vez que a população se organize ela pode atuar para que os problemas ambientais que lhe atingem tomem caráter político, ou seja, ocupe lugar na agenda pública (municipal, estadual). Organizada, a população pode encaminhar suas demandas, seus problemas relacionados ao meio ambiente. Uma população participativa (em torno de conselhos municipais, ONG's, movimentos ambientalistas, associação de comunidades

tradicionais atingidas por empreendimentos, etc.) possui mais força, ou seja, tem mais chance de ser ouvida pelo poder público e ter suas reivindicações atendidas do que um indivíduo sozinho ou um grupo desorganizado.

Fazendo menção a um dito popular, uma andorinha sozinha não faz verão, um grupo organizado em torno de uma questão ou de uma demanda terá maior possibilidade de apontar questões que seja de interesse coletivo.

De acordo com o exposto acima foi considerado que as empresas não cumprem a proposta de capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas, pois tanto os seus discursos apresentados através do questionário como em suas páginas virtuais corporativas se mostram restritos a eventos pontuais e técnicos, não demonstrando nenhum caráter político.

Politizar a questão ambiental significa compreender e tratar os recursos naturais como bens coletivos indispensáveis à vida e à sua reprodutividade e o acesso a esses recursos como um direito público e universal. Significa reconhecer o meio ambiente como a base de sustentação para as sociedades humanas e não-humanas (LIMA, 2002).

A figura 8 mostra a interpretação dada às respostas fornecidas. Desta forma, levando em conta as considerações acima, duas empresas (6,81%) demonstraram pelo seu discurso que a EA oferecida realiza ainda que de forma tímida, uma ponte entre a questão ambiental e realização de mobilizações coletivas. Os discursos apresentados foram os seguintes:

“Patrocínio com associações e prefeituras.” (empresa 1)

“Provocando os diferentes atores sociais para um processo de participação efetiva e preparando-os para assumirem, individual e coletivamente responsabilidade sobre a conservação do meio ambiente.” (empresa 6)

Tanto as empresas que responderam positivamente como negativamente (dizendo não atingir o objetivo) não conseguem fazer a conexão entre meio ambiente e mobilização coletiva. A concepção que elas possuem é de perceber o meio ambiente como único, o que corresponde a uma consciência ambiental também única, relativa a um mundo material idealizado e reduzido a meras quantidades de matéria e energia da qual não se evidenciam as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de significação.

Houve respostas que se afastavam completamente do objetivo da pergunta. Assim tiveram muitas empresas que mais uma vez forneceram como resposta sua estratégia metodológica para responder a pergunta:

“Campanhas de reciclagem, procedimentos sobre reciclagem que fazem parte do SGA.” (empresa 3)

“Através de projetos educativos que visem ações em prol ao meio ambiente.” (empresa 19)

“Casos práticos.” (empresa 21)

Outras empresas forneciam respostas evasivas (tipo de resposta que responde qualquer pergunta):

“Mostrando os benefícios de uma postura que vise o desenvolvimento.” (empresa 22)

“Possibilitando que as pessoas entendam os problemas ambientais atuais.” (empresa 24)

Percebia-se através das respostas que as empresas não tinham noção sobre o que estavam falando:

“Na medida em que os participantes passam a ter conhecimentos mais amplos sobre a questão ambiental, eles passam a ser mais ativos na comunidade.” (empresa 15)

“Participação em eventos internos (auditorias internas) e em eventos externos (participando voluntariamente de firas comunitárias, como o Ação Global X.” (empresa 7)

“Formação de grupos de vivência ambiental com jovens das comunidades de trabalhadores.” (empresa 12)

Considerou-se que essas empresas possuem uma EA voltada para o individualismo (prerrogativa essa intrínseca do capitalismo), e foram chamadas de “a-políticas”. Respostas neste sentido já eram esperadas visto que as empresas não possuem interesse de fomentar abertura a um debate ou espaço crítico onde se proponham políticas que apoiem interesses coletivos, uma vez que este comportamento iria de encontro com o seu programa de política de qualidade e meio ambiente e seus objetivos já pré-determinados.

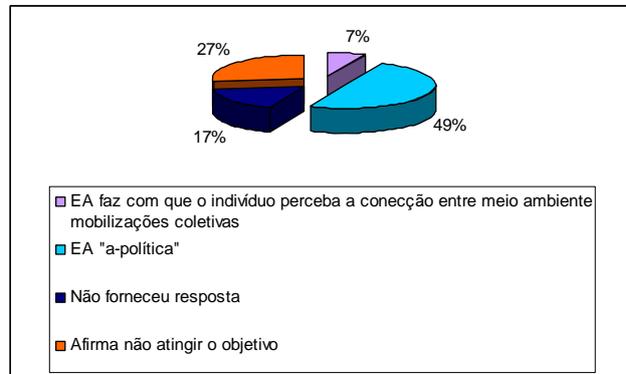


Figura 8. Interpretação dada ao objetivo de capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas.

6.4. Ser realizada continuamente (EA Permanente)

21 empresas (72,4%) afirmaram alcançar o objetivo de realizar a EA continuamente. Somente uma se pronunciou negativamente (3,4%), mas mesmo assim, não explicou porque não cumpria o objetivo e 07 empresas (24,1%) não forneceram resposta.

Segundo o TEASS (1992),

“Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida...”

Este buscou suas referências básicas em Tbilisi (BRASIL, 2002a) que afirma:

“A educação ambiental deve ser concebida como um processo contínuo e que propicie aos seus beneficiários - graças a uma renovação permanente de suas orientações, métodos e conteúdo - um saber sempre adaptado às condições variáveis do meio ambiente.”

Desta maneira, ao se planejar a EA, deve-se objetivar a execução de atividades educativas com uma constância que assegure os objetivos almejados pela EA.

As respostas fornecidas pelas empresas mostram que 13 empresas (45%) não realizam com periodicidade adequada seus programas de EA, exprimindo períodos de tempo muito

longos entre uma atividade e outra, ou não explicando se a atividade era oferecida regularmente para um mesmo grupo.

“Mensalmente.” (empresa 29).

“Palestras anuais em escolas visando parcerias com a escola e a sociedade.” (empresa 10)

“Treinamentos, palestras e auditorias.” (empresa 26)

A figura 9 demonstra as seguintes observações: não foi fornecida nenhuma resposta por 07 empresas (24 %). Tornou-se muito difícil realizar a análise de respostas fornecidas por 08 empresas (28%), pois ou estas priorizavam mostrar as estratégias metodológicas em detrimento dos resultados (mais uma vez) ou se utilizavam de subterfúgios para responder (respostas que não querem dizer nada). Como por exemplo:

“Campanhas de conscientização.” (empresa 1)

“Por meio de eventos (SIPAT, Palestras Teatro, outros).” (empresa 8)

“O programa de EA é parte da Política ambiental da empresa e considerado prioridade dentro do Sistema de Gestão Ambiental.” (empresa 15)

“Mostrando os benefícios de uma postura que vise o desenvolvimento.” (empresa 22);

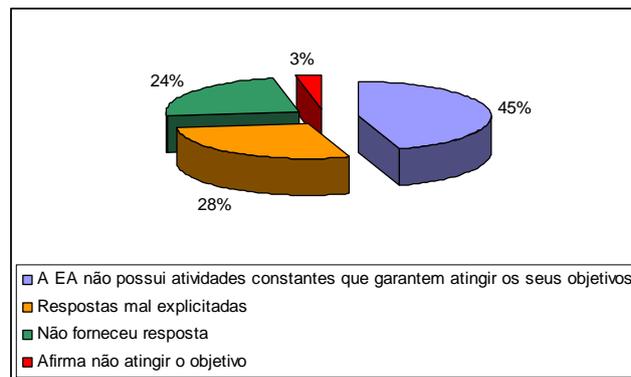


Figura 9. Interpretação dada ao oferecimento continuado da EA.

6.5. Agir diretamente na realidade da coletividade e dela generalizar para o planeta (Educação Ambiental Contextualizadora)

Nesta capacitação 21 empresas (72,4%) se pronunciaram positivamente, porém 02 empresas (6,8%) responderam não cumprir o objetivo. Não forneceram resposta alguma 06 empresas (20,6%).

Layrargues (2001) afirma que a estratégia metodológica da ação educativa deve se dar na resolução de problemas ambientais locais configurando-se como elemento aglutinador da construção de uma Sociedade Sustentável, pois com essa atitude de enfrentamento destes problemas a compreensão da complexidade interação dos aspectos ecológicos com os político-econômicos e sócio culturais da questão ambiental se dará para além das questões globais distantes da realidade.

Mesmo com a maioria das empresas tendo declarado atingir o objetivo especificado, poucos discursos (06 empresas ou 21%) aproximam-se ao que preconiza o IQC. Essas empresas mostram que o programa por elas aplicado se dá a partir das realidades locais, porém suas explicações não apontam com clareza a resolução de problemas completos pelos indivíduos, onde consigam perceber claramente os problemas que restringem o seu bem-estar individual e coletivo, elucidando as causas e determinem os modos de resolvê-los.

“Por meio do diagnóstico sócio-ambiental local, contextualizando as questões ambientais e a crise do mundo moderno.” (empresa 6)

“Discutindo temas regionais e atuais que podem ser extrapolados para uma dimensão maior.” (empresa 28)

Verificou-se que 12 empresas (41%) abordam somente questões globais, não tendo a preocupação de perceber o contexto no qual o indivíduo está inserido. Desta forma são abordados temas como o aquecimento global, a problemática da água como recurso finito, a questão do gerenciamento do lixo.

“Normalmente vai depender do assunto. Por ex. contaminação do ar e da água leva a uma preocupação externa a empresa.” (empresa 16)

Questiona-se esta abordagem, pois leva o indivíduo a se sentir imobilizado, com angústia e sentimento de impotência ao se deparar com essas questões mundiais. Desta forma, é incondicional que a EA ocupe-se da resolução de problemas ambientais dentro do contexto da vida do indivíduo, fugindo desta tendência imobilizadora da percepção dos problemas globais, distantes da realidade local, e parte do princípio de que é indispensável que o cidadão participe da organização e gestão do seu ambiente de vida cotidiano (LAYRARGUES, 2001). A figura 10 apresenta as considerações feitas acima.



Figura 10. Interpretação dada ao objetivo de capacitar o indivíduo a agir diretamente na realidade da coletividade e dela generalizar para o planeta.

Interpretação dos IQC's em conjunto

TABELA 14. Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) da EASS em Atividades de Educação Ambiental Empresarial encontrados no Questionário e sua adequabilidade conceitual.

Empresas	IQC n°1 EA emancipatória			IQC n°2 EA transformadora			IQC n°3 EA participativa			IQC n°4 EA abrangente			IQC n°5 EA permanente			IQC n°6 EA contextualizadora		
	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad
1		X			X				X		X			X				X
2	X			X			X				X		X				X	
3		X			X			X				X		X				X
4		X			X			X				X		X				X
5		X			X			X				X		X				X
6			X			X		X				X		X				X
7		X			X			X				X		X				X
8		X		X			X				X		X			X		
9	X				X		X					X	X				X	
10		X			X			X			X			X				X
11		X			X			X			X			X				X
12		X			X			X				X		X				X
13	X			X			X					X	X				X	
14		X			X			X		X			X					X
15		X			X			X				X		X				X
16		X			X			X			X			X				X
17		X			X			X				X	X					X
18		X			X			X				X		X				X
19	X			X				X			X			X				X
20		X			X			X				X		X				X
21		X			X			X				X		X				X
22		X			X			X				X		X				X
23		X			X			X				X		X				X
24		X			X			X				X	X					X
25		X			X			X				X		X				X
26		X			X			X				X		X				X
27		X		X			X					X	X				X	
28		X			X			X				X		X				X
29		X			X			X				X		X			X	
Total:	4	24	1	5	23	1	5	23	1	1	7	21	7	22	0	6	17	6
%	13,7	82,7	3,4	17,2	79,3	3,4	17,2	79,3	3,4	3,4	24,1	72,4	24,1	75,8	0	20,6	58,6	20,6

Legenda: Ni: Não Informado; In: Qualidade Inadequada; Ad: Qualidade Adequada

Os IQC's apresentados na tabela 12 apontaram para a maioria dos conceitos como não informados ou inadequados. Observou-se que o IQC n° 4 mostra que a maioria das empresas (21 empresas ou 72,4%) se adequam ao princípio de EA abrangente, oferecendo a EA para o público interno da empresa como também ao público externo a esta.

Os IQC's mostraram que uma empresa se destacou (empresa 6), possuindo 04 princípios dos 06 princípios consonantes (EA emancipatória, transformadora, abrangente e contextualizadora) a uma EA de qualidade. As demais empresas apresentaram em seus

programas no máximo 02 princípios demonstrando que ainda não estão de acordo à uma EA de qualidade.

Interpretou-se desta forma que as empresas têm a sua preocupação voltada para conservação dos recursos biofísicos apenas, sem apresentar qualquer empenho em capacitar novos hábitos, atitudes e posturas para o indivíduo, objeto desta EA, a atuar lúcida, política e responsabilmente na solução dos problemas socioambientais no seu contexto.

Os resultados apontados pelos IQC's mostram que ainda há muito que se aperfeiçoar para que a EAEB atinja qualidade conceitual e se torne verdadeiramente uma EASS. A EA apresentou as seguintes configurações diante dos discursos das empresas:

✓ As atividades de EA se limitam a ações voltadas para a gestão de recursos biofísicos onde a maioria das empresas implementam o que denominam de EA por conta de seu SGA.

Desta forma os programas se restringem à gestão da água, gestão do lixo e da energia. Estas ações se preocupam em administrar o meio ambiente, e procura evidenciar como os serviços da natureza são úteis para a qualidade de vida humana.

Não se tem a pretensão aqui de requerer que as empresas não realizem ações voltadas para o seu SGA. O que está se tentando propor com este questionamento é que as empresas ao planejarem seu programa de EA o façam sobre uma base conceitual de qualidade, garantindo o suporte necessário para a implantação do SGA, porém, sem adulterar o seu verdadeiro objetivo ao longo do caminho. Este irá se manter íntegro em sua proposta de fazer com que o indivíduo construa valores com o objetivo de fomentar aptidões e atitudes necessárias para compreender e as inter-relações entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico e principalmente se torne apto a agir, individual e coletivamente, na solução de problemas ambientais.

✓ As empresas tendem a realizar suas atividades em ações pontuais esvaziadas de um sentido mais profundo, que encontram fim na superficialidade de suas ações. Como muito bem colocado por Layrargues (2001), essas ações deveriam ser temas geradores e não atividades fim. Desta forma, pululam programas do tipo: caminhadas ecológicas, “plante uma

árvore no dia da árvore”, oficinas e projetos de reaproveitamento de materiais, campanhas em datas ecológicas, onde não existem questionamentos e discussões mais profundas. Nessas condições, o que deveria ser um tema-gerador se contrafaz, quase sempre, em uma forma de instrução de caráter essencialmente técnico, sem que se mostre a verdadeira configuração da EA como projeto de vida, de lutas sociais para os cuidados sócio-ambientais, tão necessários para a construção de uma sociedade mais justa e tão almejada.

✓ Verificou-se que a palavra *consciência* aparece em todas as atividades propostas ou realizadas na EA empresarial. Neste sentido, nota-se que existe uma banalização da idéia de consciência ambiental ao mesmo tempo em que não existe uma proposta clara e mais profunda sobre o que dita esta *conscientização ambiental*. Assim, questiona-se: criar consciência para o que? E para quem? Falta a noção nas empresas que o *ambiental* está relacionado às diferentes formas de apropriação, uso e significação (conferida por sujeitos diversos) de elementos do mundo material, referidos ao que se diz respeito à terra, ar, água, flora e fauna.

Constata-se desta maneira que existe uma enorme diversidade de significados e motivações que orientam pessoas e grupos em direção a ações e lutas ditas ambientais. Ou seja, o meio ambiente é percebido de diferentes formas por diferentes grupos sociais. Nas palavras de Sato (2001, p. 21):

“A natureza nunca pode ser separada de alguém que a percebe, ela nunca pode existir efetivamente em si porque suas articulações são as mesmas de nossa existência e porque ela se estabelece no fim de um olhar ou a um término de uma exploração sensorial que a investe de humanidade.”

Desta forma, situar a conscientização ambiental como universalizante, em um bloco monolítico far-se-á ineficiente, uma vez que as representações do meio físico-natural são legitimadas a partir de seu significado (econômico, estético, sagrado, lúdico etc.), sobre onde são instituídas as diferenciadas práticas de apropriação e uso desses recursos, garantindo a reprodução social de sua existência (QUINTAS, 2004).

Além disso, também não basta conscientizar as pessoas, como se reproduz o discurso da maioria: *“as pessoas ainda não estão conscientizadas dos problemas ambientais”*. Este

consenso se encontra despojado de fundamentos críticos da significação política da palavra, inserida no pensamento de Paulo Freire. Para Bourdieu²⁸ (*apud* SATO, 2001), a palavra *consciência* é utilizada em demasia. O mundo social não se move pela consciência, mas sim pelas práticas.

✓ Um aspecto importante a ser considerado nos programas de EA analisados, foi de as empresas considerarem as soluções dos problemas ambientais como responsabilidade do indivíduo. Quintas (2004) afirma que cada um fazer a sua parte, por si só não assegurará a prevenção e a superação dos problemas ambientais. Torna-se complicado assumir, neste estilo social de vida, condutas que estejam de acordo com práticas de proteção ambiental, pois estas podem estar distante das possibilidades da grande maioria das pessoas. Assim, o esforço da EA deve estar apontado para a compreensão e busca de se superar as causas estruturais dos problemas ambientais através da ação coletiva e organizada.

Loureiro (2002) concorda com esta afirmação ao colocar que os problemas são complexos e não derivam diretamente do indivíduo, não bastando, portanto que cada um faça a sua parte. Um exemplo interessante colocado por este autor mostra que nos últimos vinte anos o número de entidades assistenciais duplicou, assim como o número de pessoas que praticam a caridade, contudo a miséria acentuou-se, uma vez que a estrutura socioeconômica e a lógica da concentração de renda e de poder não foram alteradas.

4.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA ENTREVISTA

A seguir serão apresentados os resultados e discussão das respostas fornecidas por 13 empresas que haviam respondido previamente ao questionário e que se prontificaram a participar da entrevista.

4.3.1. Análise do conteúdo do tema 1 – O SENTIDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

²⁸ BOURDIEU, Pierre. 1996. "A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista". In ZIZEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 265-278.

Poucas empresas apontaram conceber a EA como instrumento na construção de valores com o objetivo de fomentar aptidões e atitudes necessárias para compreender e as inter-relações entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico e principalmente se torne apto a agir, individual e coletivamente, na solução de problemas ambientais. Foram assim identificados os seguintes discursos:

“A gente entende que esses programas eles tem que ter uma característica diferenciada dos projetos educacionais voltados para essa clientela de EA, porque eles devem ser propostos na medida em que eles respondam a uma necessidade efetiva da população atingida.” (empresa 6)

“A imagem da terra que esses alunos têm não é boa, pois tem uma vida econômica não muito boa e aí tentamos mostrar as muitas possibilidades que tem pra resgatar a cultura tradicional de sua comunidade.” (empresa 11)

Nota-se a partir destes discursos que existe uma preocupação em se priorizar os conhecimentos e os problemas mais relevantes e mais próximos da realidade que afetam determinada comunidade. Ao se trabalhar desta maneira abre-se uma porta para que o indivíduo tenha uma possibilidade de perceber-se como sujeito social e histórico, que tem capacidade de agir na solução de problemas ambientais. É um começo pra que se desponte um entendimento sobre a complexidade da relação entre sociedade e natureza.

A visão de uma EA voltada para a gestão dos recursos biofísicos tendendo a tratar a questão ambiental ora como um problema estritamente ecológico ora como um problema técnico surgiu no discurso da maioria das empresas de forma reducionista sem que considerassem a multidimensionalidade necessária e inerente às relações entre a sociedade e o ambiente.

“A EA na verdade são palestras, são cartazes, de divulgação de onde as pessoas têm que reciclar, o que pode ser reciclado ou não, como reduzir, são e-mails que nós enviamos esporadicamente pedindo para as pessoas desligarem a luz e os porquês para fazer isso. Não basta só dizer ‘faça’! Tem que explicar o porquê.” (empresa 1)

“Chamamos a EA como treinamento e por cobrança dos encarregados que tentam orientar o pessoal. Isso foi uma cobrança dos líderes de células, encarregados da produção e eles que acompanham o pessoal nesse sentido.” (empresa 2)

Identifica-se aqui uma confusão que na verdade justifica em parte o motivo das empresas relacionarem EA com gestão ambiental. O problema reside em a maioria das empresas confundirem *treinamento* com EA. Assunto considerado no sub-tema seguinte.

Sub-tema 1.2 - DISCERNIMENTO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TREINAMENTO

Os objetivos finais do treinamento realizado tradicionalmente nas empresas e indústrias e da EA são completamente diferentes. A EA para ser verdadeira, “deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e à melhoria da qualidade ambiental” (DIAS, 2001). Já as atividades de treinamento procuram adequar o indivíduo ao sistema produtivo minimizando as causas dos problemas.

Nas palavras de Paulo Freire:

“[...] reinsisto que formar é muito mais do que treinar o educando no desempenho de destrezas [...]” (FREIRE, 1996)

Existem entre o meio acadêmico (educacional) severas críticas aos sistemas de treinamento tradicionais, denominando-os de reducionistas e imediatistas, adestradores e tecnicistas (BRÜGGER, 1994).

Outra diferença entre EA e treinamento é que o conceito de educação ambiental expresso na PNEA é mais abrangente, pois inclui a construção de valores sociais e tem como objetivo a conservação do meio ambiente, buscando qualidade de vida e sustentabilidade:

*“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem **valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências** voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Lei Nº 9.795/99, Art.1º)*

Segundo Kitzmann e Asmus (2002), uma vez que a EA e o treinamento convergem suas ações a um mesmo sujeito, é possível que possam atuar em conjunto. Para esses autores

as práticas de treinamento propiciam a “porta de entrada” (ou os “contextos possíveis”) para a EA. Esta é uma área que, na maioria dos setores, está razoavelmente estruturada possuindo atividades de treinamento e conscientização. Assim, a EA pode utilizar o espaço de treinamento já estabelecido nas empresas e aprimorá-lo pela inserção das dimensões ambiental, social, cultural e de cidadania.

Um exemplo que este tipo de trabalho pode ser realizado foi demonstrado por Abreu (1997), que utilizou a EA como suporte básico para a implementação da ISO 14000 nas indústrias.

Deve-se tomar o cuidado, porém, para que no final das contas, as iniciativas de EA não fiquem restritas às questões operacionais, técnicas e de segurança, esvaziando o sentido da EA e a reduzindo a uma visão fragmentada e técnica dos problemas ambientais.

Encontramos nas falas da maioria das empresas o termo *treinamento* sendo utilizado como sinônimo de EA:

“Chamamos de EA os treinamentos que a gente dá para funcionários, o programa de EA, faz atividade de campo, faz palestras para a empresa. E a gente tem um programa com as escolas coberto em Americana onde a gente é parceiro, e nessa atividade, crianças vão visitar as oficinas... na verdade é muito longo pra eu te falar... são 3 diretrizes, o programa, tem amparo as coisas que são feitas na empresa de conscientização com crianças e para obtenção do certificado da ISO 14000 nós estamos fazendo treinamento com funcionários procurando relacionar a educação ambiental até em casa, enfim na semana do meio ambiente a gente trás as crianças a comunidade.” (Empresa 5)

“Denominamos EA o treinamento que damos aos nossos funcionários, onde eles se preparam para mudanças de atitudes no dia-a-dia.” (Empresa 8)

“EA são treinamentos que nós fazemos específicos para nossos colaboradores, ou palestras na parte de SGA. Nós temos uma vez ao ano, nós fazemos um programa que é abrangência no Brasil inteiro, que nós chamamos de “Semana da Qualidade e Meio Ambiente”. Nós trazemos algumas pessoas de algumas empresas com temas relevantes sobre qualidade e meio ambiente, e disponibilizamos essas palestras para todos colaboradores em várias localidades, desde Manaus, regionais e nossas localidades fabris.” (Empresa 13)

Faz-se aqui interessante o relato de uma entrevista em particular, onde em uma das falas, uma empresa parecia ter feito a distinção entre os dois termos, porém observou-se que esta possuía a mesma concepção que as demais, o que foi constatado diante da seguinte situação: em primeira mão o interlocutor afirmou não existir na empresa nenhum programa de

EA institucionalizado, mas somente programas de treinamento voltados para o SGA. Porém, advertiu este, os treinamentos que eram fornecidos aos funcionários apesar de carregarem essa denominação poderiam perfeitamente ser considerados como EA. Foi refletido então: “*Ótimo, em seus treinamentos eles não consideram somente questões técnicas inerentes ao SGA e abordam questões mais abrangentes*”. Mero engano... Pois em sua retórica ficou claro que a empresa possuía uma visão fragmentada, utilitarista e técnica de treinamento propriamente dito.

Em contraposição a esses discursos surgem umas poucas empresas que conseguem discernir EA de treinamento. Neste contexto, porém, foram observadas duas situações:

✓ 1ª) empresas que compreendem que a EA ao ser oferecida para públicos diferentes, deverá se adequar à realidade e às demandas daquele grupo recebendo assim enfoques, terminologias, recursos e contextos, porém sem perder o foco em seu objetivo final que será o mesmo para todos.

✓ 2ª) empresas que compreendem que EA só pode ser oferecida fora da empresa onde problemas mais amplos podem ser contemplados. Na empresa só deve se focar questões técnicas relacionadas ao SGA.

Esse comportamento foi identificado de acordo com as seguintes falas:

1ª situação: “*Internamente nós estamos iniciando com algumas ações tímidas... primeiro a gente começou com um projeto que é o papel social, e está se trabalhando com a coleta seletiva do papel. Mas é um programa que ele até nasceu dissociado da EA e a gente resgatou isso e procurou... internamente ainda não tem assim uma ação. De todas essas vertentes que eu te falei, só do uso racional de energia que também atende a o público interno Tanto o “Tom da Mata” quanto o processo de licenciamento ele é feito com o público externo. Com o público interno no licenciamento, nós trabalhamos com os trabalhadores, lá no campo. São contratados, são de empreiteiras, então a gente desenvolve um programa de EA com eles, onde é feita também uma construção sabe...*” (Empresa 6)

2ª situação: “*Porque é assim, eu entendo que se você for dar um treinamento ambiental numa empresa, vai priorizar os aspectos e impactos daquela empresa, agora e você for dar uma EA fora da empresa pode falar dos aspectos e impactos da empresa e pode falar também do foco geral uma visão holística, do planeta da água do ar, independente de estar na empresa ou não agora quando a gente dá um treinamento na empresa a gente foca os problemas da empresa.*” (Empresa 14)

Sub-tema 1.3 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Um termo que aparece em quase todos os discursos das empresas entrevistadas foi *conscientizar*. Como exemplificado abaixo:

*“Nós temos programa de GA onde parte das ações a serem realizadas são campanhas de **conscientização** sim.”* (Empresa 1)

*“A nossa empresa ela é certificada em ISO 14001 e nós temos alguns projetos internos para os funcionários de **conscientização** ambiental e inclusive apoios para trabalhos externos. Então, por exemplo, o pessoal tem local para recolher pilha. Então eles podem trazer de casa e colocar aqui...”* (Empresa 4)

*“Eu acredito que aqui nós conseguimos **conscientizar** os nossos funcionários para aplicar os conhecimentos na vida. Eu, por exemplo, tento aplicar isso na minha vida... já não joga mais gordura usada direto no ralo da pia.”* (Empresa 8)

*“Eu acredito que sejam projetos voltados para **conscientização** dos colaboradores, dos cursos de interesse relacionados da empresa sobre questões ambientais.”* (Empresa 9)

*“Ah sim, sem dúvida... olha... com relação à geração de resíduos, com relação a consumo de recursos ambientais, com relação a emissões atmosféricas, a gente percebe que as ferramentas que a gente tem passado a estas pessoas, elas tem condições de estar repassando isso adiante e são eficazes. Treinamento e **conscientização** é uma coisa meio difícil.”* (Empresa 10)

*“Bom, basicamente a importância aí é pra pessoa ter uma **consciência** mais realista com as questões ambientais em que a gente . A gente trabalha.. .a empresa trabalha com bem mineral que é um recurso não renovável e trabalha isso, vamos dizer, pelo prazer...”* (Empresa 12)

*“Primeiro a **conscientização**, a participação dos funcionários. A gente tem ISO então a prioridade é essa, o envolvimento dos funcionários, **conscientizar** não só na empresa, mas em casa também e nós temos um trabalho de monitoramento e conseqüentemente a ISO”* (Empresa 14)

Uma primeira consideração a ser feita é a de se ter observado uma tendência à apreciação dos aspectos objetivos, que inclina os discursos não levarem em consideração o processo social de edificação da noção de *crise ambiental*, prestando culto ao mundo material, concebido como que dissociado das dinâmicas da sociedade e da cultura. É pressuposto desta

perspectiva a remissão a um meio ambiente único, a que corresponderia uma consciência ambiental única da mesma forma, que se refere a um mundo material idealizado reduzido aos seus aspectos biofísicos, onde não se evidencia as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de significação.

Apreendeu-se ao se analisar estas falas, que ainda não foi percebido por estas empresas que o campo ambiental, se constitui em um espaço social de diferenciações, onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais os agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, tornando legítimas ou não práticas sociais ou culturais. Dessa maneira, dentro desta delimitação de posições, conectadas por um vínculo de forças específicas, os indivíduos estão organizados de acordo com estruturas desiguais de acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos (OLIVEIRA, 2004b).

Nesta linha de raciocínio, a boa intenção das empresas de formar uma consciência ambiental provavelmente será malograda, uma vez que esta não depende somente de uma observação perspicaz e/ou da noção da gravidade dos eventos que compõe a crise ambiental do indivíduo, mas fundamentalmente do significado que este atribui à natureza.

Neste contexto o despertar de uma sensibilidade ambiental, (este seria o termo mais adequado) só se tornará possível se o indivíduo participar diretamente na construção de seu conhecimento. Esta atitude possibilita a criação de hipóteses e a problematização dos sentidos e sentimentos que se possui na concepção de mundo.

Nas palavras de Sato (2004, p.6):

“[...] a “consciência” não é uma condição suficiente para e emancipação: ela não é garantia de ter poder para realizar mudanças decisivas nas condições existenciais de inúmeros grupos sociais.”

Um outro ponto a ser considerado é a questão da utilização de um conceito de forma inadequada, banalizando-o e esvaziando-o de um sentido mais profundo. *Conscientização* neste sentido deveria ser entendida através do sentido proposto por Freire (1993) em *Pedagogia do oprimido*, que implica o movimento dialético entre o desvelamento crítico da realidade e a ação social transformadora, segundo o princípio de que os seres humanos se

educam reciprocamente e mediados pelo mundo. Neste sentido, à medida que o indivíduo se aprofundasse no conhecimento da realidade, realidade vivida, real e concreta, ele teria possibilidade de emergir no conhecimento de sua própria condição, de sua própria vida.

Sub-tema 1.4 - CORRENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL IDENTIFICADAS NOS PROGRAMAS DAS EMPRESAS

A idéia de corrente aqui diz respeito ao modo de conceber e de exercitar a EA (SAUVÈ, 2005).

Dentre uma lista composta de quinze correntes que concebem a EA (SAUVÈ, 2005) quatro foram identificadas no discurso empresarial. Porém, observou-se que os programas desenvolvidos pelas empresas na maioria das vezes se encaixavam em mais de um tipo de corrente, pois estas não sendo mutuamente excludentes em todos os planos, podem compartilhar características em comum.

Corrente humanista

A corrente humanista entende a questão ambiental de maneira integrada, ou seja, o ambiente não é entendido apenas como um conjunto de elementos biofísicos, mas sim um meio onde se entremeiam a natureza, a cultura, suas dimensões históricas, políticas e econômicas, levando-se em conta seus significados e valores simbólicos. Assim tanto o natural como o cultural representam seu patrimônio. O meio ambiente aqui não se reduz somente à paisagem natural (florestas, lagos, montanhas, mares), mas também as construções e os ordenamentos urbanos que são a prova da intercessão que acontece entre a humanidade e as possibilidades oferecidas pela natureza. Desta forma a cidade, as construções, praças também são concebidos como meio ambiente.

O conceito de lugar torna-se então, um rico elemento para uma renovação das práticas de Educação Ambiental. A razão que justifica a corrente humanística enquanto eixo orientador desta investigação se dá pelo fato desta tratar de maneira indissociável a relação sociedade/natureza, neste caso, indivíduo e ambiente, pois é a simbiose destes elementos que materializará o sentido de lugar, cujo processo é mediado pela percepção do indivíduo.

Corrente sistêmica

Nesta corrente o pressuposto que leva à compreensão adequada da realidade e dos problemas ambientais é o enfoque sistêmico da questão ambiental. Essa forma de análise torna possível identificar os diferentes componentes de um sistema ambiental e salientar as relações entre seus componentes, como as relações entre os elementos biofísicos e os sociais de uma situação ambiental. O enfoque que acontece aqui é de natureza cognitiva e as habilidades ligadas à análise e à síntese se fazem necessárias.

Corrente conservacionista

As proposições aqui estão centradas na conservação dos recursos tanto no que é relativo à sua qualidade quanto à sua quantidade. Ao se falar de conservação da natureza está se fazendo uma abordagem da natureza enquanto recurso. O foco aqui encontrado é de gerir o ambiente. Nesta corrente se inserem programas de EA centrados nos três “R” (Redução, Reutilização e Reciclagem) ou aqueles que estão preocupados com a gestão ambiental. Esta corrente enfatiza o desenvolvimento de habilidades de gestão ambiental e ecocivismo.

Realizadas comumente em escolas, empresas, comunidades ou em áreas protegidas, as práticas de EA, na maioria das vezes, são desprovidas de uma reflexão maior sobre as complexas interações que levam à degradação ambiental. A proliferação de seu exercício está associada ao consenso de que a sociedade deve mudar posturas frente ao ambiente, no entanto, configura-se mais como um modismo do que a uma preocupação real, pois o cerne da problemática ambiental geralmente não é atingido.

Corrente da sustentabilidade

Esta corrente utiliza a ideologia do desenvolvimento sustentável, termo este que supõe que o desenvolvimento econômico é indissociável da conservação dos recursos naturais. Aprender a utilizar racionalmente os recursos de hoje para que haja suficientemente amanhã é o seu lema. A EA aqui está limitada a um enfoque naturalista e não integra as questões sociais e econômicas no tratamento dos problemas ambientais e se torna uma ferramenta, entre outras, a serviço do DS.

A fala empreendida pelas empresas revela que quase todas concebem e executam a EA de acordo com o que preconizam as correntes conservacionista e sustentabilista, reduzindo-a as suas dimensões naturais e técnicas, pois compreendem o meio ambiente da mesma forma.

Abraçando essa forma de concepção, essas empresas não tem interesse em vislumbrar uma nova visão de educação porque na verdade não existe para elas uma nova visão de sociedade. Não se pode negar que o conteúdo das propostas apresentadas pelas empresas mudou: a característica reativa que considerava a relação entre proteção ambiental e desenvolvimento como antagonica apresentada pelas empresas há 30 anos passou para uma postura pro ativa, porém o objetivo da participação do empresariado não foi alterado, ou seja, o ambientalismo é operado de forma a cumprir as necessidades da classe empresarial, que são nada mais que as necessidades do capital.

“Bom, o que a gente sempre aborda, com relação à nossa política... começamos com a nossa política; fazemos uma introdução sobre conscientização e DS e depois entramos em algum aspectos, impactos, o que é o nosso plano de emergência, procedimento de destinação de resíduos, o que o homem deve fazer... nós temos coleta seletiva na empresa... então abordamos estes tópicos todos.” (empresa 13)

“Veja... pro público interno a gente faz um treinamento com base nos nossos principais aspectos ambientais. Então os nossos principais aspectos são geração de resíduos sólidos, emissão de efluentes atmosféricos e emissão de efluentes líquidos. Com base nos aspectos ambientais é elaborado de acordo com o SGA tem uma cartilha dentro de informações sobre proteção à natureza sobre redução de consumo de energia elétrica, térmica, água, tratamento de esgoto. Tudo isso é abordado no treinamento introdutório. Então quando a pessoa entra na empresa e especificamente na área de trabalho dele, às vezes na área de trabalho dele tem um aspecto ambiental relevante lá junto com os procedimentos operacionais de trabalho ele terá essas informações.” (empresa 10)

Percebeu-se em uma empresa apenas um discurso que contemplasse pressupostos integrantes das correntes humanista e sistêmica, onde a EA encontra um viés que contempla não somente as dimensões naturais e técnicas da questão ambiental. Desta forma, a resolução dos problemas ambientais aqui vai um pouco além da tentativa de despoluir o meio ambiente apesar de ainda se encontrarem longe dos objetivos pretendidos com a EA.

“... eram trabalhadores que traziam uma carga, uma experiência muito grande porque em um trabalho muito específico eles vem acumulando experiência. Então aos poucos a gente foi fazendo um processo de começar a conversar com eles o que era esse trabalho deles, como é que eles faziam... e mostrar que o meio ambiente iria estar agregando valores ao conhecimento que eles já tinham. Então a gente foi pegando essas histórias que eles contavam e foi criando uma forma de estar conversando com eles em cima dessas histórias.” (empresa 6)

Sub-tema 1.5 - MOTIVOS À ADOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EMPRESA

Os discursos apresentados apontam como principal motivo que move a empresa a implementar a EA a certificação ISO 14001. Notou-se, porém um comportamento interessante por parte dessas empresas: elas tentavam justificar que implementação da EA não havia acontecido pela ISO, que esses programas (denominados por eles EA) já faziam parte da política interna da empresa e seriam implementados de uma maneira ou de outra, com ou sem ISO 14001. Analisou-se este comportamento como uma demonstração para ratificar que sua preocupação com o meio ambiente é legítima existindo a despeito da ISO.

“É pela política interna da empresa e pela certificação. Tem um item bastante relevante que eu considero que o nosso diretor, ele é extremamente agressivo neste item quanto à segurança dos funcionários e a gestão ambiental. E o proprietário deste nosso grupo é o grupo “X”, aquele grupo dos cristais famosos. Esse grupo ele é o dono da T..., e a questão ambiental é tão séria no grupo, que é uma pessoa da família que é responsável pela gestão ambiental no grupo. E ela cobra pesado isso.” (empresa 4)

“A preocupação ambiental hoje é uma tendência a nível mundial. A nossa empresa procura atender a todos os requisitos legais. Para ser competitivo no mercado buscamos obter certificação... Mas a empresa tem o comprometimento de dar destino aos resíduos de acordo com a lei. Também já fazia parte da política interna da empresa, pois já tínhamos todo um controle de tratamento galvânico. Nós possuímos também tratamento de efluentes. Isso porque o processo exige que tenhamos conduta certa, os próprios clientes nos exigem isso.” (empresa 8)

Somente duas anunciaram o licenciamento como motivo de implementação, o que soa estranho, uma vez que a EA é obrigatória neste processo. Surgem assim três hipóteses para explicar esse comportamento, conforme explicitado durante a análise do questionário: *ignorância da lei pelas empresas; As empresas não estão renovando suas licenças*

ambientais; as empresas utilizam “caminhos não oficiais” para obterem suas licenças ambientais.

Identificou-se, porém em uma fala uma das hipóteses acima: que nem todas as empresas possuem conhecimento da legislação:

“O caso de licenciamento não exige isso aí da empresa. É uma iniciativa própria, mas para aquilo aí que te falei: é pra criar a massa crítica nas pessoas e elas poderem discernir melhor.” (empresa 10)

Fazendo uma análise um pouco mais profunda buscou-se perceber que sentido existe por detrás de cada motivo que leva as empresas a buscarem a EA: para os casos de licenciamento e TAC pode-se inferir que o senso que move as empresas é o de obrigação no cumprimento da legislação. Já o que move a empresa que tem a certificação e a política interna como motivo para a implementação da EA é o senso de melhorar sua imagem frente à opinião pública e diminuir a regulação do Estado no mercado.

Percebe-se, portanto que a finalidade pela qual as empresas implementam a EA não é exatamente a de construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente, mas sim de comportamentos dirigidos ao estilo de consumo, o individualismo, o mercado, a competição, o consumismo, a produtividade máxima.

4.3.2. Análise do conteúdo do tema 2 – CONTEMPLAÇÃO DO PRINCÍPIO APONTADO PELO IQC nº 1 (Educação Ambiental emancipatória - Capacita o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambientais).

Podemos dizer que a característica mais importante da EA, diferentemente da abstrata e fragmentada educação tradicional, consiste em apontar a solução de problemas concretos. Esta EA é engajada e participativa, em vez de ser passiva; a ênfase está no aprender, em vez de ensinar. A situação de hoje, gerada por uma gama de problemas ambientais se deve, ainda que em parte, ao fato de haver poucos indivíduos preparados para detectar e resolver eficazmente problemas concretos e complexos.

Esse princípio da EA que clama pela emancipação do indivíduo tem o objetivo de fazer com que este, em qualquer que seja o grupo da população ao qual pertença e o nível em que se situe, perceba claramente os problemas que limitam o bem-estar individual ou coletivo, esclareça suas causas e determine os meios de resolvê-los. Desse modo, ele estará em condições de participar da definição coletiva de estratégias e atividades voltadas para acabar com os problemas que refletem na qualidade do meio ambiente.

Essa competência se encontra presente na Lei 9.795/99 (BRASIL, 1999), em seu artigo 3º, inciso VI ao colocar que incumbe-se a sociedade como um todo atenção à formação de valores e atitudes que “propiciem a atuação individual e coletiva para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais”.

Pela análise feita a partir das falas empresariais percebeu-se que apesar de todas as empresas afirmarem ter a preocupação em construir essa competência, poucas os fazem efetivamente:

“Acho que sim, porque quando a gente dá um treinamento, a gente enfoca os aspectos em partes da empresa: se acontecer um vazamento de óleo para quem comunicar, se acontecer alguma coisa ligue para a emergência, temos brigada de incêndio. E a gente tenta passar o máximo pra eles a importância disso.” (empresa 1)

“É o que eu estava te explicando, a gente faz através de treinamento para funcionário, colaboradores incluindo diretrizes ambientais em contrato com os fornecedores.” (empresa 5)

“Através do contínuo monitoramento das condições de ambiente de trabalho, através da performance do profissional em relação à execução de seus serviços dentro de uma postura que contemple as mínimas ações necessárias para se implementar as ações básicas de segurança e de meio ambiente, sejam elas quais sejam. Porque saber o que se faz com a gestão de resíduos. O profissional do M... a essa altura do campeonato tem que saber que resíduo perigoso deve ser descartado em uma caçamba específica como nós temos, resíduos comum tem uma caçamba pra isso, nós temos coleta seletiva. Isto eu espero que ao ir à área eu tenha aderência dessas informações e conhecimento aos profissionais. As patrulhas, as auditorias que nós fazemos internamente, que recebemos externamente, os feedbacks, os tratamentos das não conformidades, isto tudo compõe uma sistemática de avaliação e de controle dessa conscientização.” (empresa 7)

Nota-se através destes discursos que as empresas simplesmente não estão considerando este princípio da EA em seus programas. As atividades por elas realizadas são

voltadas a *ensinar* comportamentos "ecologicamente corretos", à luz de uma visão prescritiva de EA.

O fato é que ao deslumbrar a EA em seu contexto emancipatório, que deseja ajudar a libertar o indivíduo, a questão vai muito além de ações pontuais. A formação necessária para que o sujeito atinja um nível de conhecimento onde possa desenvolver habilidades e constituir valores essenciais de maneira a identificar, enfrentar e tentar solucionar problemas ambientais deveria ser realizada a partir de suas realidades mais próximas, seu cotidiano.

Sendo assim, as empresas poderiam contribuir sobremaneira quando da realização de seus programas de EA, se buscassem identificar a partir do grupo suas necessidades efetivas, não com uma visão parcial e reducionista, mas associando-as à sua realidade. Essa valorização do saber, da historicidade, da cultura e das representações sobre o meio ambiente que o indivíduo traz consigo é um caminho que possibilitará sua promoção a um sujeito capaz de identificar e agir na solução dos problemas ambientais. A EA será verdadeiramente emancipatória se leva à construção de valores e atitudes intimamente associadas às experiências cotidianas, que por sua vez, são dimensões da realidade com passado e futuro.

Somente uma empresa afirmou não estar preparada para desenvolver esta capacitação, porém seu discurso mostra o desconhecimento sobre o objetivo deste princípio:

“Não, não com essa visão, só parte de seleção mesmo. Principalmente por causa dessa dificuldade nossa. A gente tá no interior não consegue mostrar isso muito bem para o pessoal. Por isso que eles encaram como perda de tempo muitas vezes. Se a gente tivesse uma forma regular, de estar criando uma sistemática, acredito que a gente poderia passar uma visão melhor do que o trabalho que a gente faz aqui.” (empresa 2)

Estar no interior não é motivo para a empresa não desenvolver esta capacitação, muito pelo contrário. Neste espaço talvez seja até mais fácil o resgate de princípios e valores da identidade social da comunidade uma vez que estes se encontram mais distantes do frenesi e dos apelos do mundo moderno.

4.3.3. Análise do conteúdo do tema 3 – CONSIDERAÇÃO DO PRINCÍPIO APONTADO PELO IQC nº 2 (Educação Ambiental transformadora - Capacita para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis)

Cabe esclarecer aqui neste momento que ao se fazer referência à urgência da construção de uma nova ordem sócio-ambiental sustentável, não quer dizer que esta deva ocorrer de forma ilhada, desconectada do mundo de comunicação e globalização de nossa contemporaneidade, pelo contrário. Um dos princípios da EA está fundamentado justamente no despertar de uma curiosidade que conduza o sujeito à percepção de sua realidade social, proporcionando assim que ele se note autônomo, capaz de interagir no contexto em que vive e mudar sua condição de vida se assim for preciso.

A EA para desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis (EASS), desenvolvida na Rio-92, traz um novo paradigma que coloca em contraposição à Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Sato (2001, p.23) descreve com proficiência como se deu a implantação dessa nova orientação:

“Em risco eminente de lutas de identidades “norte-sul” e do poder econômico, o “Connect”, boletim internacional da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para a EA, modifica seu Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) para “Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)”, como se fosse a última moda fashion das grandes mazelas políticas internacionais.”

Desta maneira, questiona-se: poderia um novo estilo de educação nascer de quem possui uma prática política da crueldade sobre as possibilidades concretas de *envolvimento* da imensa maioria da população mundial? Pode esse novo estilo despontar de quem destina os outros à miséria total e ainda se denomina defensor dos interesses globais? Por que acreditar que os países que retém o mecanismo de espoliação desta e de várias outras gerações, ao condená-las a pagar dívidas impagáveis, e a financiar a exploração em escala global, possam realmente ser condutores na busca da sustentabilidade?

A EASS nasce clamando pela liberdade de expressão, pela autonomia, pela diversidade e pela emancipação para a transformação de sociedades contrapondo dessa forma

essa característica antropocêntrica do modelo cunhado *Desenvolvimento Sustentável*, que se utiliza do discurso da razão prática utilitária, entre mercados competitivos e otimismo tecnológico. Nele as palavras de ordem são *negócios, competitividade e lucro*.

Para que essa competência seja desenvolvida, para que o indivíduo atue na construção de Sociedades Sustentáveis a EA precisa fazer com que este perceba que sua condição de vida está relacionada diretamente ao modelo vigente de culto ao consumo, que enquanto as contradições intrínsecas à forma social de produção capitalista não forem enfrentadas, se fazendo ele também agente dessa revolução, tudo permanecerá igual.

Dessa forma, de nada adiantam práticas despojadas de um sentido maior onde o indivíduo não perceba que os problemas ambientais são derivados do sistema social, e que dessa forma as possíveis soluções precisam ser buscadas nele, e não no sistema técnico ou físico-energético.

A despeito de grande parte das empresas afirmarem cumprir esse princípio, não conseguiram almejar o real intuito desta capacitação. Notou-se que lhes faltava embasamento teórico para que depreendessem o sentido da questão. Das empresas que responderam atingir o objetivo sequer conheciam o modelo de Sociedades Sustentáveis. As respostas fornecidas fazem alusão a mudanças de comportamento pontuais, que focalizam exclusivamente o problema da poluição... E ponto. Assim as respostas para essa questão foram fornecidas da seguinte forma:

“O conceito de desenvolvimento sustentável foi o último artigo que eu li. Eu posso falar internamente. Internamente eu digo assim a gente tem algumas pessoas que... se você visitar a nossa empresa você não acha nenhum papelzinho no chão nem ponta de cigarro, mais aí você fala isso aí é consciência ambiental? eu não sei se é consciência ambiental ou o cara sabe que vai levar a maior dura se jogar papel no chão, o fato é ele sabe, alguns eu vejo que tem consciência, alguns, por exemplo alguns vêem um copinho plástico dentro do lixo de papel, ou eles dão uma dura no companheiro ou eles mesmos tiram e trocam de lixo, quantos fazem em torno de 20%, o resto não faz, agora eles sabem que se colocar errado a equipe dele perde ponto, ele leva dura, o encarregado dele vai dar uma dura nele então isso é consciência ou isso é pressão, um pouco é pressão um pouco é consciência o fato é todos fazem.” (empresa 4)

“A gente tem um foco aqui, não pra solução, pra resolução dos problemas ambientais, porque essa é uma questão super complexa... mas a gente tenta na medida do

possível que os funcionários cuidem das suas casas, cuidem do lixo, enfim, coisas do dia-a-dia e que dentro da empresa atuem de forma responsável nas suas atividades. Algumas atividades da empresa, a gente tem aqui a certificação da ISO 14001, por exemplo, que os impactos ambientais que você percebe que geram impactos para o meio ambiente e baseados nesses aspectos de impactos a gente testa algumas atividades e as pessoas tem que estar treinadas para poder exercer para gerar menos impacto para o meio ambiente. Então a gente pensa no meio ambiente, e através destes treinamentos, é a gente vai estar minimizando estes impactos no meio ambiente. Trata também questões do dia-a-dia reciclagem, consumo consciente, a questão do consumo de energia, a água...” (empresa 5)

“Eu queria dizer o seguinte: nós não temos uma meta clara para evidenciar que as pessoas tenham ou não tenham o percentual do conhecimento necessário. Mas nós temos indicações, certo? As nossas indicações estão pautadas como eu falei nos feedbacks relativos às nossas auditorias, as nossas patrulhas. Em função destes feedbacks nós percebemos claramente que nós ainda temos muito a fazer em relação à conscientização, mas nós estamos em um processo de evolução e que nunca foi comprometido em relação à pressão das ações de auditoria. Uma vez ou outra nós podemos receber não conformidades menores sobre aderência, sobre conhecimento de uma política, ou de coleta seletiva de um outro profissional. Mas de forma geral, o quadro que nos passam, esse é o melhor feedback que eu posso te passar é justamente com uma visão externa. Nós sabemos que nós numa importância evolutiva nós estamos indo bem. Como resultado disso, claro que são os mesmos profissionais que operam as atividades em reparo, em grandes obras nós temos alguns indicadores específicos da área de meio ambiente como, por exemplo: recebimento de notificação ambiental. Nós não recebemos notificação ambiental. Reclamação do cliente na parte ambiental. Nós não recebemos. Número de acidentes ambientais, material, resíduo oleoso que cai no mar. Nós já estamos a muito tempo sem ter esse tipo de acidente. Isso são números porém por traz destes números estão toda uma base de conscientização.” (empresa 7)

“Para mudanças de atitudes e condutas sem dúvida. A fábrica aqui Há uns 10 anos atrás se a gente tirasse uma fotografia e comparasse com a situação atual a mudança é gritante Porque em função de manutenção, limpeza, separação de resíduos, classificação, descarte de resíduo, nós já tínhamos, mas não era uma coisa bem estruturada, fundamentada. Hoje não. Até porque tem requisitos legais, manter relatórios pra CETESB, relatórios pro IBAMA, isso não é item de certificação mas item legislativo, de legislação. Você dá pra perceber que as pessoas ficam agora realmente mais preocupadas com essa questão. Não é porque é uma informação...ahhh é porque um gerente ou um diretor pediu...vamos...não! Vamos entender o porque.” (empresa 13)

Percebeu-se que poucas empresas possuem embasamento teórico que lhes permitiu apreender o objetivo da questão. Notou-se também que apesar de sua EA ainda não se encontrar totalmente sintonizada com seus objetivos, está trilhando o caminho certo.

“... que a gente tem esse foco na sustentabilidade... eu nem usaria o termo Desenvolvimento Sustentável, eu acho que ele foi apropriado de uma forma muito inadequada desenvolvimento sustentável pra quem né cara pálida? Agora a busca da sustentabilidade, e assim, os cursos estarem visando formas de você pensando no futuro mas eu não estou falando em desenvolvimento eu estou falando de forma de estar se vivendo de uma forma mais sustentável de sociedade sustentável” (empresa 6)

O discurso da empresa abaixo mostra o conflito de seu gestor: ele entende que a questão ambiental não está desvinculada da questão social, mas encontra muita dificuldade em implementar uma EA voltada para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis para os funcionários da empresa. Nota-se em seu discurso que ele acredita que “a questão das Sociedades Sustentáveis” esteja sendo abordada através do processo de Responsabilidade Social da empresa, ou seja, implementar uma EA com parte deste viés extramuros ainda é viável, porém para dentro da empresa é muito difícil e se rende a EDS.

“Parte de requisitos legais, porque a falta de requisitos legais gera custo, gera multa, afeta a imagem ecológica. Então hoje nossa grande vertente é a do desenvolvimento sustentável. Nós fazemos a outra parte a partir do processo de responsabilidade social e acabamos por adentrar na questão da sociedade sustentável, pois não podemos entender um mundo onde uma pessoa tenha 10 carros e outra nenhuma bicicleta tenha. E o cara que tem poder pra comprar 10 carros vai poder comprar um, pois o outro tem que poder também, agora como vai se dar essa transição eu não sei. (empresa 11)

4.3.4. Análise do conteúdo do tema 4 – CONSIDERAÇÃO DO PRINCÍPIO APONTADO IQC nº 3 (EA participativa- Capacita o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas)

Ao se trabalhar com a questão da sustentabilidade como a essência de processos educativos, pressupõe-se lidar com múltiplos matizes que se permeiam, e cuja noção comporta variadas possibilidades de significados dirigidas a um mesmo objeto. São múltiplas noções, com sentidos diversificados, tantas quantas forem necessárias, para que atores sociais, em nome dos seus valores e interesses, legitimem suas práticas e necessidades na sociedade e, assim, se fortaleçam nas disputas travadas com outros atores, que defendem outros valores e interesses. (Quintas, 2004).

No nível destas disputas exercidas por atores sociais na defesa de seus interesses é que se darão as decisões sobre o destino dos bens ambientais. É neste contexto que se torna extremamente importante essa capacitação pela EA, pois ela viabiliza a participação e o controle social no processo de tomada de decisão sobre a apropriação ou o destino de um recurso natural. Por exemplo, em um processo de licenciamento de algum empreendimento: a participação neste caso torna-se fundamental, pois trás para o processo decisório não somente atores sociais que possuem influência na sociedade, mas traz principalmente os grupos sociais que sempre estiveram à margem das tomadas de decisão e se constituem na maioria das vezes nos mais afetados pelos seus atos (QUINTAS, 2005).

De acordo com Camargo *et al.* (2002) ocorreu após a Rio-92 no Brasil um crescimento nos espaços democráticos. A importância deste fato segundo os autores reside em alicerçar as políticas públicas pela governança, fortalecida pelo envolvimento pleno das partes interessadas da sociedade gerando um controle público através da transparência das políticas de gestão de recursos.

Foi interessante a experiência de perguntar às empresas se elas atingiam o objetivo de capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas. No momento da resposta percebia-se o conflito gerado: o que dizer? Muitas empresas simplesmente respondiam a resposta mudando completamente de assunto (ou seja, não respondiam):

“Eu diria que as pessoas mais diretamente envolvidas aos problemas ligados a um problema ambiental, elas têm esse comprometimento. Aí eu já falo mais de gerente e gestão mesmo. A minha engenharia ambiental, por exemplo, é muito comprometida em trazer naquele momento as pessoas necessárias para resolução de um problema. Não há uma resistência de pessoas quando em um problema, de acidente, de resolução de uma questão ligada ao meio ambiente no auxílio. Em relação às situações de pró-atividade em divulgação, em sinalização, quando feitas campanhas, existe aderência por diversas pessoas dos departamentos. Agora nós sabemos que existem pessoas que normalmente... normalmente existem pessoas que se comprometem não só com a questão do meio ambiente, se comprometem com a questão de segurança, se comprometem a qualquer coisa que a empresa faça. São pessoas comprometidas. Existem pessoas mais comprometidas e pessoas menos comprometidas na empresa. Nós já conhecemos grande parte das pessoas que são assim. Mas eu diria que é algo heterogêneo. Depende muito mais às vezes da índole da pessoa. Nós estamos trabalhando para aumentar essa quantidade de pessoas que façam adesão a qualquer situação que proclame a participação de todos.” (empresa 7)

“Eu agora não me recordo de nenhum problema ambiental que a empresa tenha passado e que fosse posto em pauta. Eu acredito que a área específica de meio ambiente que

está atendida a esse tratados, a tudo isso, a esses debates que estão acontecendo, de certa forma essa área vai saber coordenar qual... vai saber como adotar os procedimentos a serem adotados. Eu não sei se estes funcionários que passam por esse treinamento, teriam alguma influência justamente por não ser a área deles, mas de certa forma a gente tem uma área preocupada exclusivamente com isso.” (empresa 9)

Notou-se também que as empresas reduziam essa questão de ordem político-social a soluções estritamente técnicas, não estabelecendo uma conexão entre mobilizações coletivas e a questão ambiental:

“Porque, vamos supor, assim, ter uma participação coletiva de todos, fica mais fácil pra gente orientar o pessoal internamente e isso pra fora da fábrica, na sociedade ser bem divulgado. Por exemplo, uma coisa que a gente tem um problema na cidade a gente não tem coletiva seletiva na cidade aqui. Mas a gente tem os catadores que retiram esse lixo do lixão. Uma coisa que a gente costuma conversar com o pessoal e ta orientando, que o pessoal separe o lixo na casa dele. Por exemplo, o que é reciclado e o que é sujo realmente. O pessoal normalmente não faz isso. Se eles comessem a fazer esse trabalho com certeza o nosso lixão iria diminuir muito. Porque isso ta indo para fora da empresa e os catadores vão ter mais facilidade pra catar esse produto reciclado poder revender isso e não acumular tanto no nosso lixão.” (empresa 2)

“Ah sim, sem dúvida... olha... com relação a geração de resíduos, com relação a consumo de recursos ambientais, com relação a emissões atmosféricas, a gente percebe que as ferramentas que a gente tem passado a estas pessoas, elas tem condições de estar repassando isso adiante e são eficazes. Treinamento e conscientização é uma coisa meio difícil. Não passa mais pelo projeto de introdução do conceito. Treinamento é algo mais repetitivo, uma coisa que é feita pra ele repetir aquilo várias vezes. A gente percebe que existe um comprometimento muito grande. A mídia tem tido um papel fundamental nisso aí, porque cada vez mais ela tem criado uma consciência crítica em relação ao meio ambiente e eles acabam cobrando primeiramente de quem? Das indústrias. Então existe uma demanda muito grande e a gente percebe que as pessoas tem introjetado esse conceito da importância da preservação ambiental, ou seja cada vez mais a gente percebe isso.” (empresa 10)

A resposta abaixo mostra a falta de conhecimento por parte do gestor ambiental que identificou nas ONG's um espaço para a atuação político participativa do indivíduo:

“Na verdade neste ponto específico o que a gente tenta é até divulgar campanhas externas para as pessoas se filiarem. Então, por exemplo, Greenpeace, WWF, SOS Mata Atlântica, a gente mostra para as pessoas que essas campanhas estão em andamento, para elas se inscreverem, dá pra elas se mobilizarem... então a gente tenta. O que a gente não tem são os resultados dessas ações.” (empresa 1)

Algumas empresas afirmaram não realizar a capacitação por não ser esse o intuito da empresa. Desta forma demonstram ou total desconhecimento, ou total falta de interesse sobre

os objetivos almejados pela EA, pois não conseguem perceber a importância existente na realização de mobilizações na defesa dos interesses coletivos que se traduz em uma ferramenta que propicia a construção de Sociedades Sustentáveis:

“Não, nós não fazemos esse tipo e trabalho. Não temos assim um trabalho com a sociedade. A única coisa que a gente já fez foi abrir a fábrica para escolas, para que elas viessem conhecer como é a estrutura da T... ou então, pra alguma empresa que não é concorrente, então nós temos a visita de algumas empresas, para eles olharem a T...e usarem como referencia pra trabalhos ambientais e também pra outros projetos que a gente também tem alguns projetos de produtividade que não vem ao caso agora.” (empresa 4)

“Ah... se você tiver falando isso na sociedade nós não incentivamos isso não, mas se é para resolver problemas internos da empresa aí... para grupo de trabalho, SGA, mas não extramuros. Extramuros nós não estimulamos. A empresa nossa participa, pessoas que são representantes de nossos departamentos, participam, por exemplo, de produção mais limpa, de S. Paulo da FIESP, participa de outros projetos do estado para q justamente esteja alinhado com as diretrizes também do nosso estado. Para saber o que está acontecendo na FIESP justamente em relação às empresas. Isso nós temos membros que participam sim, mas não... é fora da empresa, coletivamente com várias pessoas não, mas tem pessoas que participam em cada um desses setores. O programa de DS temos pessoas que participam também, então temos algumas pessoas chave que estão ativas nesses processos, mas não grupo de pessoas para fazer mobilização ...Ahhh ...vamos plantar árvores no canteiro da Paulista; vamos fazer um piquete na frente da prefeitura porque estão matando as árvores da avenida sei-lá-da-onde. Não é esse o intuito.” (empresa 13)

4.3.5. Análise do conteúdo do tema 5 - CONSIDERAÇÃO DO PRINCÍPIO APONTADO PELO IQC nº 4 (Educação Ambiental abrangente - Capaz de envolver a totalidade dos grupos sociais: públicos internos e externos)

Sub-tema 5.1 - PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTERNA

Todas as empresas responderam possuir uma EA oferecida intramuros. A maioria delas dirige seus programas aos próprios funcionários. Para os fornecedores e terceiros as empresas geralmente exigem condutas que não coloquem em risco o meio ambiente. Essas exigências são feitas na forma de contratos, diretrizes e auditorias externas.

“Olha, todos os funcionários da empresa. Para os fornecedores nós temos uma auditoria externa. Na verdade o foco é a ISO 9001 e não a 14001, mas há um... sei lá, uma parte desta auditoria onde tem os macros que são observados de meio ambiente, por exemplo se a

empresa para fornecer para a T... ela tem que estar liberada pela CETESB que é o órgão ambiental aqui do estado de SP. Então nós verificamos se ela está regularizada. Esse é o primeiro item. O segundo item é se ela tem itens agressivos ao meio ambiente, e se esses itens agressivos eles são... se for descartar eles tem que ser descartados adequadamente, e também se eles tem algum risco de contaminação ambiental. Se eles estão trabalhando...se há omissões de segurança para que isso não comprometa o meio ambiente. Por exemplo, tanque de óleo e dique de contenção, se isso acontecer ele pode perder o fornecimento com a T... É bastante séria a questão ambiental.” (empresa 4)

Algumas acreditam fornecer EA para fornecedores e terceiros uma vez que eles carregam o nome da empresa.

“Sim, inclusive prestadores de serviço interno, prestadores de serviços externos que vem aqui periodicamente. A gente faz isso com todos eles, porque estando eles prestando serviço dentro da unidade, numa auditoria eles também serão auditados. Então estas pessoas elas estão trabalhando para empresa, de certa forma elas são responsáveis também. Nós somos responsáveis por ele aqui trabalhando no nosso site ou fora do nosso site. Então agente tem um compromisso muito grande, avaliando dentro do ponto de vista de respeito ao meio ambiente.” (empresa10)

Sub-tema 5.2 - PERCEPÇÃO SOBRE O COMPORTAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Uma das perguntas realizadas durante as entrevistas indagava sobre a percepção que a empresa possuía em relação à contribuição da EA na formação do indivíduo. Na verdade essa pergunta foi feita intencionalmente com o objetivo de apreender qual a concepção das empresas em relação às finalidades da EA, na tentativa de confirmar ou contestar a hipótese que as empresas desconhecem os seus verdadeiros objetivos.

Foi constatado pelas respostas que a EA oferecida pela empresa não tem o objetivo de fazer com que o indivíduo compreenda a complexidade do meio ambiente que provém da interação dos fatores biofísicos, sociais e culturais, promovendo uma utilização mais reflexiva e justa dos recursos existentes em nosso meio. Observou-se que a estes programas por eles denominados de EA não possuem um nexo com as representações dos grupos sociais a quem ela é oferecida. A abordagem oferecida por estes programas é predominantemente técnica com o objetivo de evitar acidentes e passar uma imagem “verde” perante a sociedade, como representado nos exemplos abaixo:

Entrevistador: “Vocês conseguiram identificar alguma mudança de comportamento por parte dos funcionários, que foi assim associado à educação ambiental?”

✓ Empresa 4

Entrevistado: *“Aqui nós vamos falar de duas formas de tudo que eu já via aqui dentro. Eu trabalho há dois anos na empresa. Nós temos o pessoal da fábrica, o pessoal operacional, e nós temos o pessoal administrativo, que são os escritórios, o pessoal de engenharia, de venda, a parte comercial. O pessoal da fábrica eles são extremamente positivos, com relação ao meio ambiente, então eles guardam, eles separam o material certinho, evitam o derramamento em todas as condições, tem um treinamento ótimo quando tem vazamento. Teve uma vez um treinamento na fábrica praticamente todo mundo que estava em volta foi lá, usaram aqueles kits de emergência, não sei se você já viu. Aqueles carrinhos colocaram, eles mesmos isolaram a área. Então assim, o pessoal da fábrica eles não sentem que atrapalha, eles têm recipientes pra cada produto. A manutenção chega a ter oito recipientes de descarte: fio, ferro, estopa, papel... eles tem oito recipientes, então eles já jogam separado direitinho nas embalagens. Então o pessoal da fábrica é bastante tranquilo e não sentem nenhum desprazer em fazer isso. São bastante conscientes. Já o pessoal administrativo é muito mais complicado, eles têm pouco resíduo, praticamente o que: papel e copinho plástico. Uma coisa que a gente prega aqui, por exemplo, quando você joga papel fora, se você tiver com o papel grampeado você joga o clipe, o grampo, você joga fora. Aquilo é um pedaço de metal. Aquilo atrapalha o pessoal que trabalha com reciclagem de papel. Então a gente cobra muito isso, mas eles não fazem.”*

✓ Empresa 11

Entrevistado: “A gente tem lá separação de pilhas e baterias, e a gente fala do problema da contaminação. Ai mostra olha uma pilha eles não acham importante, mas 8 milhões de habitantes no RJ, mandando essa quantidade de pilhas pro vazadouro municipal vai contaminar então a gente procura mostrar em termos de impacto pela quantidade de população, agente fala isso porque ele tem uma ambientação, todo trabalhador que chega na fábrica ele tem 3 horas de treinamento, sendo 2 horas é focada em segurança do trabalho, 15 min. Uma prova em segurança do trabalho, e 45 min sob a parte de gestão ambiental, onde falamos no nosso sistema de gestão, aspectos legais, a importância da reciclagem, minimização dos resíduos e de um padrão que nós temos sobre um padrão de aspecto de impacto ambiental da fábrica que é um padrão por posto de trabalho, que diz qual aspecto de impacto ambiental a atividade de manutenção da bomba e qual os desconroles isso eles vão ter um treinamento com os facilitadores da área posteriormente, então ele tem uma primeira visão sobre o que é o aspecto ambiental, o que é o impacto, a gestão de resíduos e depois ele tem os detalhes do posto em que vai atuar é por ai que é a nossa constituição.”

✓ Empresa 13

Entrevistado: *“Olha se você perguntar assim especificamente de cada gestor... não, mas você pegar num contexto geral, a gente percebe sim, que tem uma mudança de cultura em relação a descarte de resíduos, preocupação com o meio ambiente, se tem alguma coisa na empresa acontecendo... . Às vezes a gente recebe até como se fosse tipo denúncia (estou brincando assim, mas vai...): nosso parque fabril estão fazendo a poda de uma árvore, aí pegam, ligam aqui pra gente... “Olha tem a poda da árvore, tão cortando a árvore vocês estão permitindo isso?” E nós: “Não, pode ficar tranqüilo... nós entramos em contato com a CETESB já pegamos autorização... temos a documentação pertinente”...”Ahhhh está porque eu não sabia... eu vi lá sendo podado... então deixa eu avisar aqui...”*

Durante a entrevista, um discurso foi considerado emblemático na exemplificação dos objetivos que a empresa busca através da EA:

“Olha... De fato você sabe que o segmento têxtil ele é um grande empregador. Ele emprega mão de obra intensiva. A IE no Brasil , é uma das empresas que mais oferece emprego. A indústria têxtil dá pra assegurar de 2º ou 3º lugar... Então é... a gente com base nisso, eles percebem que isso é importante... Eles percebem a importância disto. A gente sabe muito bem o seguinte, no caso de uma crise, quando uma crise acontece, a primeira coisa que você deixa de comprar é roupa de banho e roupa de cama. E depois você só vai comprar quando você conseguir realizar tudo aquilo que você tem que realizar. É o primeiro nível que vai entrar em crise e o ultimo nível que vai se restabelecer da crise. A gente tem problema assim... A gente tem problema principalmente nós que estamos na área da SUDENE na área do nordeste , área que existe assim uma dificuldade muito grande de emprego e um nível sócio cultural baixo. Então as pessoas ainda estão muito preocupadas com sobreviver! Então é lógico que a gente entra dentro da matriz sobreviver. É sobreviver... A empresa sobreviver. Para produzir o ganha pão das pessoas. Empresa nenhuma mais que não se paute dentro de EA, dentro de preceitos de conservação, de preservação do meio ambiente, vão ter lugar para isto! Mas a gente percebe que ainda assim, a gente tem problemas da ordem... De olha... Muitas vezes as prioridades destas pessoas ainda estão lá em outro patamar, lá na escala de Mazo, lá no início... . Em termo de sobrevivência é de alimentar melhor, é de se vestir um melhor. Então percebe isso e agente procura estar dentro das auditorias internas e externas, estarem corrigindo onde a gente percebe estar fugindo dos procedimentos usuais do SG.” (empresa 10)

Este exemplo demonstra claramente que não existe na concepção do gestor um vínculo entre qualidade de vida e a questão ambiental. Ao ser indagado sobre a contribuição da EA na formação do funcionário e o retorno dado por este, percebeu-se a existência de uma preocupação com a dignidade das pessoas, e que por isso a prioridade da empresa não seria a EA, mas sim proporcionar às condições necessárias para a sobrevivência do indivíduo.

O que não é *percebido* por ele é exatamente a busca pela EA em construir uma sociedade mais digna e justa, conforme preconizado pela EASS.

Sub-tema 5.3 - OFERECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O PÚBLICO EXTERNO

A maioria das empresas respondeu que a EA também é oferecida ao público externo, acreditando na importância de conscientizar o público à questão ambiental.

Entrevistador: “A empresa considera importante a EA para o público externo?”

✓ Empresa 5

Entrevistado: “*Sim, a gente acha que principalmente no nosso caso que somos uma empresa de serviços o público externo está nas ruas, fornecimento de energia é um serviço que todo mundo deveria ter acesso enfim a maioria da população tem acesso. A gente entende a questão do meio ambiente como uma preocupação. Temos um programa de arborização urbana, temos um guia que fala da importância da árvore para o meio ambiente, temos panfletos para o atendimento ao público, nas usinas são distribuídos folders para alunos e professores que vão visitar onde abordamos a importância da água a preservação dos recursos hídricos que também é nossa área de atuação então esses folders são direcionados para a questão ambiental.*”

Algumas empresas afirmaram não oferecer a EA para o público externo, demonstrando que o objetivo da EA é o SGA da empresa.

Entrevistador: “A EA é oferecida para o público externo?”

✓ Empresa 1

Entrevistado: “*Não, porque o nosso sistema de gestão ele é controlado pelo nosso escritório matriz que fica em Hamburgo. Então todas as atividades que fossem externas seriam feitas por eles lá. O que nós fazemos é disseminar o que nós fazemos para os nossos clientes. Então nós temos um relatório ambiental que é emitido por Hamburgo, em nossa matriz, e é disseminado para nossos clientes as ações que são feitas.*”

✓Empresa 2

Entrevistado: “Apenas quando solicitado, por exemplo algumas escolas vem fazer visita, passa cartilha e os visitantes externos a gente também passa uma orientação na portaria.”

✓Empresa 4

Entrevistado: “*Olha não é política hoje da... A própria ISO 14000, ela fala pra gente definir a abertura da empresa pra questão ambiental, a empresa pode fazer isso ou não, a empresa tem que definir isso na ISO 14001, ou seja, ah... eu vou abrir a questão ambiental pra comunidade ou eu não vou abrir a questão ambiental, então a empresa definiu que não iria abrir, então isso é uma definição. Por outro lado o grande problema é a questão tempo. Hoje não temos pessoas disponíveis pra atuar neste mercado e fazer alguma coisa. Houve um comentário há algum tempo atrás, 01 ano, 01 ano e meio atrás de nós cedermos algumas pessoas pra visitar as escolas pra trabalhar a questão da gestão ambiental, teria dois princípios: o 1º é conscientizar as crianças e adolescentes para essa visão ambiental e o 2º, mostrar que a empresa dentro do município está preocupada com isso ok, você passa pras crianças, as crianças pros pais e todo mundo começa a falar muito bem da T... Esse é o lado positivo do marketing ambiental, mas nós não tomamos... nós tivemos a idéia mas não tivemos nenhuma ação sobre isso.*”

✓Empresa 8

Entrevistado: “*Não, não é. O que fazemos são campanhas internas com panfletos que são estendidas às famílias através dos funcionários. Também fazemos à distribuição de mudas de plantas.*”

Sub-tema 5.4 - ABORDAGEM DO CONTEXTO SOCIAL OFERECIDA PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir dos discursos apresentados nas entrevistas constatou-se que os programas de EA oferecidos pelas empresas ignoram as representações de ambiente que o indivíduo traz consigo restringindo suas atividades às ações voltadas à gestão dos recursos biofísicos de maneira pontual e técnica, desprovidas de questionamentos ou de um senso mais profundo.

Acredita-se que por falta de um [referencial teórico metodológico](#) as empresas realizem suas atividades de maneira a reproduzir práticas triviais com tratamento conteudista, mecânico e vazio de significados concretos e não concebendo que o ponto de partida para o trabalho de EA deveria ser a própria representação das pessoas envolvidas nesse processo. O que as

empresas precisam compreender é que os temas ambientais locais devem ser tratados como temas geradores de reflexões mais amplas e conseqüentes para a formação crítica e transformadora dos sujeitos (TOZONI-REIS, 2006).

Layrargues (2001), a partir da proposta de Tbilisi para a EA no que diz respeito à resolução de problemas ambientais locais conclui que, se articulada às propostas de participação social, engajamento, mobilização e emancipação, a resolução de problemas locais deve ser um tema gerador e não uma atividade-fim nos projetos de EA.

A despeito destas idéias, as empresas possuem suas propostas objetivadas na conservação dos recursos biofísicos, partindo da suas próprias visões da realidade, onde as frases de ordem são: “consciência ambiental”; “não poluir”; “reciclar”.

Uma outra característica importante observada através do discurso das empresas que representa muito bem as atividades por elas denominadas EA foi que essas se dirigem apenas a questões comportamentais dos indivíduos restringindo as atividades a "ensinar" comportamentos "ecologicamente corretos", sob uma visão prescritiva de EA.

“Em uma perspectiva da EA crítica, emancipatória e transformadora, os temas ambientais não podem ser tratados como conhecimentos pré-estabelecidos que devem ser transmitidos de quem sabe (o educador) para quem não sabe (o educando). A educação crítica e transformadora exige um tratamento mais vivo e dinâmico dos conhecimentos que não podem ser transmitidos de um pólo a outro do processo, porém apropriados, construídos, de forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, pois somente assim pode contribuir para o processo de conscientização dos sujeitos para uma prática social emancipatória, condição para a construção de sociedades sustentáveis.” (TOZONI-REIS, 2006, p.96)

A questão é que ao se abordar a EA numa visão emancipatória e transformadora que deseje e almeje construir uma sociedade mais justa, a questão vai muito além de comportamentos individuais. Não se pretende aqui eximir o indivíduo de sua responsabilidade individual na promoção de atitudes que conduzam à sustentabilidade, porém, a utilização do jargão "cada um deve fazer a sua parte" é extremamente negativa quando as ações se resumem a apenas isso. É preciso ter a noção que os problemas ambientais são por demais

complexos para que sejam solucionados apenas por ações individuais. Dessa forma se fazem prioritários projetos que busquem articular as atividades de EA a trabalho comunitário e instâncias organizadas, buscando-se dessa forma o conhecimento, a reflexão e ação concreta sobre o ambiente em que se vive. Desta forma, as atividades e ações da EA ajudarão a fortalecer os caminhantes ao invés de apenas apontarem caminhos, possibilitando ao educando a definição de seus rumos, de acordo com sua realidade.

Destaca-se aqui um aspecto revelado pela maioria das empresas: o de reduzir as atividades de EA à *reciclagem*. Como observado nos discursos abaixo:

“Na verdade são palestras, são cartazes, de divulgação de onde as pessoas têm que reciclar, o que pode ser reciclado ou não, como reduzir...” (empresa 1)

“A gente faz um trabalho como orientação dos colaboradores quanto à separação de lixo, envio de resíduos não diretamente para o aterro, mas para unidades recicladoras. Muita coisa a gente consegue reciclar aqui na nossa região.” (empresa 2)

“O pessoal da fábrica eles são extremamente positivos, com relação ao meio ambiente, então eles guardam, eles separam o material certinho, evitam o derramamento em todas as condições, tem um treinamento ótimo quando tem vazamento...” (empresa 4)

“A gente tem um foco aqui, não pra solução, pra resolução dos problemas ambientais, porque essa é uma questão super complexa... mas a gente tenta na medida do possível que os funcionários cuidem das suas casas, cuidem do lixo, enfim, coisas do dia-a-dia e que dentro da empresa atuem de forma responsável nas suas atividades.” (empresa 5)

“O profissional do M... a essa altura do campeonato tem que saber que resíduo perigoso deve ser descartado em uma caçamba específica como nós temos, resíduos comuns têm uma caçamba pra isso, nós temos coleta seletiva. Isto eu espero que ao ir à área eu tenha aderência dessas informações e conhecimento aos profissionais.” (empresa 7)

“A gente tem projetos voltados para internamente e também para o público externo. Internamente acho que o mais forte é o programa de coleta seletiva de reciclagem.” (empresa 9)

“...a gente faz um treinamento com base nos nossos principais aspectos ambientais. Então os nossos principais aspectos são geração de resíduos sólidos, emissão de efluentes atmosféricos e emissão de efluentes líquidos.” (empresa 10)

“Sim, escolas de Itaguaí e região de Sta. Cruz, ou outra escola que se interesse e aí leva onde a gente lá ensina como fazer um composto orgânico, ensina como fazer uma muda... de erva medicinal e também faz uma oficina com garrafa PET pra ensinar reciclagem de PET pra fazer puff e também papel reciclado. Então é um trabalho de educação com escola?” (empresa 11)

“...entramos em algum aspectos, impactos, o que é o nosso plano de emergência, procedimento de **destinação de resíduos**, o que o homem deve fazer... nós **temos coleta seletiva na empresa**... então abordamos estes tópicos todos.” (empresa 13)

Layrargues (2002) argumenta que em relação à gestão do lixo, predomina-se uma discussão acerca de seus aspectos técnicos e comportamentais em detrimento de seus aspectos políticos. O que deveria ser considerado neste contexto seria discutir junto aos educandos a questão do lixo como um problema de ordem cultural, instigando uma reflexão que conduzisse a uma crítica acerca da cultura do consumismo hegemônica na sociedade moderna.

De acordo com Eigenheer *et al.* (2005) muitas considerações devem ser relevadas na abordagem deste tema, além obviamente do indiscutível: *reciclagem* não é sinônimo de EA.

Um dos pontos destacados pelo autor é a confusão que se faz entre os termos reciclagem e coleta seletiva, usadas na maioria das vezes como sinônimas. Reciclagem é um procedimento utilizado pela indústria para o reaproveitamento de matéria prima para a produção de novos produtos. A maioria das empresas usou o termo erroneamente ao se referirem às atividades de separação prévia dos materiais.

Deve-se levar em consideração que a coleta seletiva entra como um mecanismo facilitador de um sistema mais complexo em que a reciclagem industrial é uma das partes, que é a gestão integrada de resíduos. No Brasil, a coleta seletiva não tem como objetivo a gestão integrada de resíduos e sim a reciclagem industrial. Na verdade o que é chamado de reciclagem e atividades de reutilização faz parte de uma atividade econômica imposta devido ao enorme contingente de necessitados que realizam ao trabalho de catação e não pelo princípio da limpeza urbana ou da questão ambiental.

Um outro ponto a ser relevado é a capacidade de absorção das indústrias que reciclam e o mercado para os produtos gerados. A idéia do senso comum é de que basta separar que a indústria absorverá. Não se pensa que a condição econômica da reciclagem é baseada no trabalho autônomo de catadores que não possuem direitos legais e nenhum tipo de vínculo com a empresa. Dessa forma, de acordo com a lei da oferta e da procura: se a oferta de

materiais aumentarem, o preço pago pelas empresas compradoras irá cair, o que irá aumentar a miséria dos catadores.

Uma outra confusão feita é a concepção de que ao se fazer brinquedos, móveis e artesanato em geral com material descartado estaria se contribuindo significativamente na gestão de resíduos de uma localidade. Essas atividades possuem um grande benefício de valor lúdico-educativo, mas se colocadas nesse contexto se tornam extremamente negativa, pois pode-se fazer 100 sofás de PET para cada habitante de uma localidade que ainda assim o problema do lixo não se resolverá.

Muitas outras considerações poderiam ser apresentadas na tentativa de mostrar que a reciclagem não irá “salvar” o planeta, como acreditam as empresas. Porém outros aspectos relativos às suas atividades precisam ser considerados, como de considerar atividades essencialmente de sensibilização proposta geralmente através de vivências em trilhas bosques, cachoeiras como sinônimo de EA. Evidentemente, a informação e a sensibilização constituem parte importante da EA, mas esta não pode se restringir a isso, como mostra a fala abaixo:

“É isso que a gente faz, a gente disponibiliza essas trilhas ecológicas pra filhos de funcionários, é... visitas quando vêm aqui visitas, por exemplo, da nossa casa matriz ou então de outras empresas que querem fazer algum passeio ou alguma coisa nesse sentido nós fazemos e incentivamos para que eles conheçam a trilha e faça esse passeio, ou escolas também da região.” (empresa 13)

Nas palavras de Sato (2001, p. 16)

“Proliferam-se, assim, ações pontuais de abraçar árvores ou oficinas de reciclagem de papel, sem nenhuma postura crítica dos modelos de consumo vivenciados pelas sociedades, ou pela análise do modo de relação dominadora do ser humano sobre a natureza, com alto valor antropocêntrico. A ênfase dada ancora-se no terceiro “R” (Reciclagem) das campanhas dos resíduos sólidos, em detrimento da Redução e da Reutilização, chaves nos programas de EA. As indústrias fazem campanhas nas escolas, através de jogos competitivos e não solidários, para a coleta de “latinhas” de alumínio, enquanto incentivam mais consumo para a premiação de computadores e de outros materiais escolares. Estudantes plantam árvores no dia mundial do meio ambiente (5 de junho), como se o ambientalismo se resumisse em datas comemorativas e não configurasse como um projeto de vida, de lutas sociais para os cuidados ecológicos, necessários para a construção da sociedade que queremos.”

Ainda em relação às atividades de EA realizadas pelas empresas, porém restringindo-se agora aos programas direcionados ao público externo, nota-se uma tendência em implementá-los basicamente em escolas. Esse comportamento expressa um outro jargão muito utilizado em nossa sociedade que precisa ser questionado: *A EA tem que ser voltada para crianças, afinal os adultos não modificam mais seu modo de pensar e agir no mundo.* O TEASS é bastante preciso em um dos seus princípios ao colocar que:

A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

Também no ProNEA está contemplado o público ao qual a EA é direcionada que vai muito além do ensino formal: *grupos sociais em condições de vulnerabilidade ambiental; manejadores de recursos ambientais; educadores/animadores/editores ambientais; professores de todos os níveis e modalidades de ensino; técnicos extensionistas, agentes comunitários, etc; tomadores de decisão de entidades públicas e privadas (políticos, executivos e dirigentes); servidores e funcionários de entidades públicas e privadas; estudantes; voluntários; população em geral.*

Este questionamento não possui a pretensão de mostrar que as atividades oferecidas ao público externo não devam ser feitas com escolas, não é isso! Objetiva-se neste momento evidenciar a existência de outros atores aos quais a EA deveria almejar como, por exemplo, sujeitos expostos aos riscos ambientais e as vítimas da injustiça ambiental.

Os discursos abaixo demonstram essa tendência de se desenvolver o trabalho de EA somente em escolas:

“... e se criou um kit e é implantado uma capacitação para professores de utilização deste kit nas escolas.” (empresa 6)

“Nós começamos o nosso trabalho uma cartilha ambiental, uma cartilha simples que o nosso público forte foram crianças de 1º e 2º grau. Nós percebemos o seguinte... Se não conseguirmos mudar o comportamento de crianças não vamos conseguir mudar o comportamento de ninguém. A gente percebeu disso daí uma oportunidade.” (empresa 10)

“...nós temos as visitas ao horto de estudantes e professores, que é guiada e orientada pela engenheira florestal, eventualmente eu participo, mas participo efetivamente do treinamento da força de trabalho.” (empresa 11)

“É claro, professores da rede escolar dos municípios. Não são todos os municípios que a gente opera que tem, mas tem dois municípios que a gente opera que tem este treino com a rede formal de ensino, treinamento com os professores, com os funcionários das escolas, são cursos distintos.” (empresa 12)

“...ou escolas também da região. Nós fazemos entorno aqui com escolas da região para que possa a nossa responsabilidade também social e da parte ambiental também.” (empresa 13)

“É o que eu falei pra você. Quando a gente faz uma EA fora da empresa... o nosso projeto hoje é de fazer em escolas aqui do bairro, é de você levar, dependendo do nível dos alunos, é você levar uma didática que eles compreendam, mas que você enfoque tudo: pro planeta qual a importância... Porque é modismo falar de efeito estufa, estas coisas todas... e mudanças climáticas... e falar de coisas mais importantes, da água, do ar, do solo, um pouquinho de cada coisa, e coleta seletiva. Isso.” (empresa 14)

Sub-tema 5.5 - SEGMENTO PROFISSIONAL QUE DESENVOLVE AS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EMPRESA

Concordando com Adams (2005) observou-se que na maioria das empresas profissionais que exercem funções de liderança, e atuam em departamento específico ligado a área da Gestão Ambiental da empresa é que são responsáveis pela EA. Um dado que chamou a atenção foi o que indicou haver, nas empresas, multiplicadores ambientais que atuam em todos os seus departamentos.

Percebe-se, pelos discursos apresentados em relação à formação dos responsáveis pela EA nas empresas, que a maioria relaciona-se com as áreas das Ciências Exatas como administração de empresas e engenharia, o que pode revelar a ausência de uma concepção histórico-social para a implementação da EA nas empresas, sendo que nenhum deles tem formação na área das Ciências Humanas.

Para Brügger (1994) uma EA oferecida por um profissional da área humana de acordo com seus pressupostos filosóficos, teria a tendência em abordar os fatores histórico-sociais,

que na verdade constituem o eixo delineador da EA. Já profissionais das Ciências Naturais, Exatas e Tecnológicas possuem a propensão de abordar os aspectos técnicos naturais da questão ambiental. Esse fato segundo a autora se deve à fragmentação histórica do saber em nossa sociedade que institucionalizou um diálogo extremamente pobre entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais e Exatas, um problema que deverá ser superado no âmbito da questão ambiental, a qual invalida a ideologia do conhecimento cartesiano. E também porque a sociedade industrial privilegia, sobretudo a dimensão instrumental do conhecimento o que torna “natural” a predominância da segunda tendência no âmbito da EA.

Entrevistador: “*Por quem são desenvolvidas as atividades de EA na sua empresa?*”

“Nós temos dentro da empresa uma pessoa formada em Gestão Ambiental que também é o nosso técnico de segurança, então ele é praticamente o nosso maior instrutor em gestão ambiental.” (empresa 4)

“Hoje em dia eu que sou bacharel em Educação ambiental e eu exerço essa função de treinamento e outras pessoas aqui que atuam na área de treinamento, ajudam e procuramos para o público externo direcionar para material, folders de divulgação, artigos e aqui dentro na medida do possível quando o RH solicita o treinamento para o meio ambiente, nós mesmos realizamos os trabalhos desenvolvemos os treinamentos até porque nós também participamos dos treinamentos fora daqui. A gente tá treinado e acaba fazendo essa função também. Na verdade a gente fala de EA e outros temas de meio ambiente.” (empresa 5)

“E os atores são multiplicadores, são engenheiros, e técnicos ligados ao meio ambiente que realizam o treinamento. Vamos dizer assim os monitores, os apresentadores... É a engenharia ambiental, e multiplicadores diversos, dentro da empresa, na verdade nós formamos internamente multiplicadores, de auditores internos. E esse pessoal, eles estão distribuídos, são pessoas ligadas diretamente não à área do sistema integrado de gestão, mas às áreas produtivas, administrativas, específicas, e lá são pessoas que além de suas atividades normais monitoram, sinalizam para nós e também nos auxiliam em treinamentos.” (empresa 7)

Um outro aspecto observado entre as empresas foi o de delegar a EA aqueles que se interessam pela questão ambiental a falta de formação profissional que pressupõe ausência de referencial teórico metodológico e experiência em EA, pode apontar para uma prática de EAEB deficiente, sugerindo um processo equivocado e de qualidade suspeita.

Quintas (2000) declara que para se colocar em prática uma proposta pedagógica emancipatória, assume-se que o educador, além de seu compromisso com a causa ambiental e

com uma educação transformadora e dialógica, deve ser detentor de conhecimentos e habilidades, no campo ambiental e educacional que lhe permita:

- ✘ *construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico com os sujeitos envolvidos no processo educativo, no sentido de superar a visão fragmentada sobre a mesma;*
- ✘ *atuar como catalisador (sem neutralidade) de processos educativos que respeitem a pluralidade e diversidade cultural, fortaleçam a ação coletiva e organizada articulem aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionem a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade;*
- ✘ *agir em conjunto com a sociedade civil organizada e sobretudo com os movimentos sociais, numa visão da EA como processo instituinte de novas relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza*
- ✘ *dialogar com as áreas disciplinares e com os diferentes atores sociais envolvidos em gestão ambiental. (Quintas, 2000 p.32)*

Esse tipo de situação é evidenciada nos diálogos abaixo.

Entrevistador: “*Por quem são desenvolvidas as atividades de EA na sua empresa?*”

✓Empresa 1

Entrevistado: “*Pela área de gestão ambiental que é onde eu trabalho. E também pela parte de relações públicas.*”

Entrevistador: “*Mas são pessoas especializadas?*”

Entrevistado: “*Não.*”

Entrevistador: “*São treinados por alguém, formados por você ou algo do gênero?*”

Entrevistado: “*Não. São pessoas que estudam, mas não necessariamente tem a formação. E são pessoas que se interessam pelo meio ambiente. Então a gente faz essa parte em cima de pessoas que se dispõem.*”

Entrevistador: “*Que se identificam.*”

Entrevistado: “*Isso.*”

✓Empresa 2

Entrevistado: *“Por nós mesmos, é, através de pesquisa e orientação externa.”*

Entrevistador: *“O senhor é gestor ambiental?”*

Entrevistado: *“Não... praticamente.... É porque eu faço algumas pesquisas. Converso com o meu gestor, com o gerente da empresa e a gente faz um trabalho aí e algumas pesquisas com algumas pessoas externas que prestam uma consultoria pra gente.”*

De todas as empresas entrevistadas somente uma expressou sua preocupação com a formação do profissional responsável pela EA:

✓Empresa 6

Entrevistador: *“Você acha importante a qualificação da parte de quem vai ministrar a EA?”*

Entrevistado: *“Imprescindível, nós estamos com um trabalho em SP, onde a ONG discutiu comigo de estar colocando uns estagiários com muita prática em EA, pra estar ministrando uma capacitação pra professores e eu disse não, não mesmo porque além eu tenho a exigência, tem que ter o Título também, o estagiário está em período de aprendizado embora já traga uma carga muitas vezes de experiência muito grande, então a gente tem duas exigências, a formação e a experiência em EA, porque senão a pessoa vem só pra aprender e então tem que ter as duas coisas.”*

4.3.6. Análise do conteúdo do tema 6 – CONTEMPLAÇÃO DO PRINCÍPIO APONTADO IQC nº 5 (Educação Ambiental permanente - Capaz de ser uma atividade continuada)

Na Jornada de Educação Ambiental chamou-se atenção ao caráter permanente da EA:

“[...] a EA para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário.” (Fórum Internacional das ONG's, 1992)

Um dos princípios do ProNEA, de acordo com o TEASS do qual deriva, atenta à garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

A idéia da educação continuada está baseada em uma interpretação da educação como um processo que se prolonga por toda a vida, tendo o conhecimento como eixo na formação humana permanente. A educação deve, portanto, ser vista como um processo infinito. Nesse contexto, uma educação com a finalidade de solucionar os problemas do meio ambiente deve ser contínua. Essa permanência e continuidade da EA apontam também a não redução do saber adquirido pelas populações e também para que haja apreensão dos valores e conceitos oferecidos pela EA. Nesse contexto uma incessante reformulação das diretrizes, conteúdos e métodos devem ser realizados assim como garantir a atualização dos conhecimentos dos indivíduos e grupos e sua contínua adaptação às novas situações.

Observou-se que as atividades educativas de EA implementadas nas empresas são realizadas com periodicidades variadas: mensal, semestral e anual ou sem uma periodicidade estipulada. Interessante notar somente uma empresa afirmou realizar atividade de EA no mínimo semanalmente. Adams (2005) declara que a implantação de um programa de EA sistemático pode colaborar para a realização das atividades educativas de EA com uma maior frequência, buscando chegar à periodicidade considerada ideal, com que se poderão alcançar resultados mais efetivos à empresa.

“Temos palestras duas vezes por semana e eventos mensais em meio ambiente e segurança. Uma vez por ano temos auditorias ambientais onde ocorrem palestras com tópicos ambientais. (empresa 8)”

Identifica-se nestas falas além da periodicidade, que estas são direcionadas às atividades de treinamento dos funcionários, que eles denominam EA:

“O que a gente faz é o seguinte: quando a pessoa entra, ela tem esse treinamento. Depois na área que ela passa ela tem o treinamento. E a gente antes das auditorias internas, a gente passa esses conceitos... Então a gente passa 4 auditorias ano, 2 internas e 2 realizadas por uma empresa de auditoria externa. Então periodicamente antes das auditorias externas a gente repassa esses conceitos com os colaboradores para que eles tenham isso atualizado. Nós não passamos com todos não, mas normalmente nas áreas que tenham mais dificuldade que a gente percebe. Através dos resultados das auditorias internas, a gente foca essa reciclagem das áreas mais complicadas, das áreas que tiveram pior resultado.” (empresa 10)

“As escolas que vão uma vez por mês, tirando as férias escolares, toda semana o trabalhador novo que chega à empresa faz essa parte de ambientação que tem a vertente de 45 min na questão ambiental e a cada 2 anos faz um treinamento um pouco mais amplo em função de alguma atividade nova que surge.” (empresa 11)

“De forma sempre continuada. Todo esse período desde que nós tivemos a certificação, temos 6 anos mais ou menos, sempre mantivemos essa programação de treinamento.” (empresa 13)

“A gente tem um cronograma pronto para cada mês até o final do ano. Esse mês é o mês da coleta seletiva.” (empresa 14)

4.3.7. Análise do conteúdo do tema 7 – CONSIDERAÇÃO DO PRINCÍPIO APONTADO IQC nº 6 (EA contextualizadora - Capaz de agir diretamente na realidade da coletividade e dela alcançar a dimensão planetária.)

Essa capacitação busca a *valorização do foco local* das questões ambientais, considerando a gravidade dos problemas e a viabilidade de sua prevenção e solução, com aproveitamento dos conhecimentos e experiência de vida dos sujeitos participantes do processo educativo.

A maioria das empresas declarou nas entrevistas atingir o objetivo especificado, porém percebe-se mais uma vez a falta de um referencial teórico que alicerce esses programas, pois não foram identificados em suas falas os princípios que norteiam uma EA de qualidade. Para a empresa, a solução de problemas concretos na realidade local do indivíduo se resume em uma palavra *reciclagem*, e não a percepção clara dos problemas que limitam o bem-estar individual ou coletivo, que esclareçam suas causas e determinem os meios de resolvê-los.

“É como eu te falei, eu não sei o que eles fazem na casa deles, quer dizer, eles aqui separam papelão e papel das garrafas plásticas e do lixo comestível. Aqui dentro eles fazem isso. Eles fazem isso na casa deles? Eu não sei. A única coisa que eu sei que alguns...digamos assim dos 200 funcionários da empresa...10 falam isso pra mim, eles praticam a reciclagem de material no bairro que eles moram. O quanto isso é verdade e quantos mais fazem isso eu não sei.” (empresa 4)

“Sem dúvida, sem dúvida nenhuma, isso eu acho que é o maior legado difícil de expressar em números é possível, mas é difícil, no momento nós não temos isso em números, mas eu tenho certeza absoluta pelas conversas após uma apresentação e pela atitude das pessoas, por ex. quando eles sabem que aqui tem que nós separamos resíduos por ex.: pilhas, tem gente que quer tirar o resíduo da sua casa não quer jogar em um lugar comum, como sabe que aqui nós fazemos a separação coisa que não é feita externamente só em lugares específicos mas externamente não se faz eles tem essa noção eles pegam o saco trazem pra cá querendo fazer a coisa certa. Eu tenho a certeza que tudo que é passado aqui é passado pra família eles passam pros filhos não é à toa que eles usam a coleta seletiva aqui, isso daí tem a ver com a educação das pessoas, isso é o maior legado talvez pra essas pessoas. Às vezes os profissionais se desligam da empresa. O que levam, além da remuneração que foi dada é justamente esse legado da EA, pela quantidade de pessoas, da onde elas saem da condição delas, a forma como nós abraçamos elas eu tenho certeza que isso agrega valor na vida delas no cotidiano. Estamos contribuindo com a formação de cidadãos do país.” (empresa 7)

“Internamente sim. Eu acredito que internamente esses colaboradores, essas pessoas que passam pelo treinamento, que sabem como identificar quais materiais são recicláveis ou não, são agentes. No dia-a-dia, vai olhar o papel e vai dizer: ‘posso reciclar’, vai ficar atento a tirar o grampo da revista na hora de reciclar, enfim... Porém eu acho que externamente, eu vejo no meu caso assim, às vezes o Estado não dá condições para que esse conhecimento seja aplicado fora da empresa. Perto de casa não existe nenhum lugar onde eu possa levar o meu lixo ‘reciclado’, a outra opção seria de trazer para cá de ônibus, enfim, não é uma situação muito fácil. Eu acho então que não depende muito só do colaborador.” (Empresa 9)

Identificou-se na fala abaixo que a gestora da empresa possui a percepção que a EA deva partir da representação que o indivíduo possua acerca do meio ambiente, porém não acredita que a EA tenha a capacidade de libertá-lo, de transformá-lo (seu pensamento, sua visão de mundo, sua inserção no mundo...), e acaba por apologizar chavões, como o de que a EA serve para *conscientizar* o indivíduo.

“Olha é o que eu te falei, a gente não tem um retorno da percepção dos funcionários. A gente procura tratar das questões que estes funcionários consigam ter uma conscientização ambiental, trabalhar dentro destas questões... porque a gente não trabalha aqui a EA, por exemplo, a teoria, a discussão, os pensadores, como na universidade tratava desta forma. Aqui a gente tem que tratar a EA de uma forma mais pragmática. E assim, eu acredito que a gente esteja conscientizando o funcionário pra tratar destas questões... mas não é uma transformação, uma solução dos problemas ambientais. Eu acho que... eu não diria que seria isso, mas é um exagero dizer... que a EA hoje em dia... a diferença entre a parte acadêmica.” (empresa 5)

Somente em uma empresa foi identificado um conhecimento conceitual mais aprofundado. Sua fala demonstra que o trabalho realizado parte das experiências e significados que o sujeito traz consigo e procura agregar valores a partir destas experiências:

“Mas a gente foi construindo por que... Como era feito antes? A empresa adotava um código de conduta. Trabalhava essa questão do comportamento. Aí chegava o trabalhador e dizia: “...você pode fazer isso... Não pode fazer isso...” E a gente foi vendo assim, primeiro que isso era maçante para eles. Primeiro porque eram trabalhadores que traziam uma carga, uma experiência muito grande porque em um trabalho muito específico eles vem acumulando experiência. Então aos poucos a gente foi fazendo um processo de começar a conversar com eles o que era esse trabalho deles, como é que eles faziam... e mostrar que o meio ambiente iria estar agregando valores ao conhecimento que eles já tinham. Então a gente foi pegando essas histórias que eles contavam e foi criando uma forma de estar conversando com eles em cima dessas histórias. Ia fazendo um joguinho interativo, onde eu colocava os questionamentos deles, feito jogo do milhão... aí eles começaram a participar e a partir daí eles viram a importância do trabalho, de ver como tinha mudado a legislação. Coisas que eles podiam fazer antes, e agora eles não podiam fazer mais, foi assim muito bom.” (Empresa 6)

4.3.8. Interpretação dos IQC's em conjunto

TABELA 15. Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) da EASS em Atividades de Educação Ambiental Empresarial encontrados na entrevista e sua adequabilidade conceitual.

Empresas	IQC n°1 EA emancipatória			IQC n°2 EA transformadora			IQC n°3 EA participativa			IQC n°4 EA abrangente			IQC n°5 EA permanente			IQC n°6 EA contextualizadora		
	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad	Ni	In	Ad
1		X			X			X			X			X			X	
2		X			X			X			X			X			X	
4		X			X			X			X			X			X	
5		X			X			X			X			X			X	
6			X			X			X			X			X			X
7		X			X			X			X			X			X	
8		X			X			X			X				X		X	
9		X			X			X			X			X			X	
10		X			X			X			X			X			X	
11		X			X			X			X			X			X	
12		X			X			X			X			X			X	
13		X			X			X			X			X			X	
14		X			X			X			X			X			X	
Total	0	12	1	0	12	1	0	13	0	0	6	7	0	12	1	0	12	1
%	0	92,3	7,6	0	92,3	7,6	0	100	0	0	46,1	53,8	0	92,3	7,6	0	92,3	7,6

A tabela acima demonstra que os IQC's apontaram através das entrevistas que a maioria quase que absoluta dos princípios constituem-se como inadequados na EA das empresas estudadas. Durante a análise do conteúdo do discurso apresentado nas entrevistas percebia-se com bastante clareza que faltava conteúdo, um fundamento mais consistente, um referencial

sobre o tema dissertado pelas empresas. Das 13 empresas analisadas, somente a empresa nº 6 (como já havia sido apontado pelo questionário) demonstrou possuir uma EA, ainda que com muito a se aperfeiçoar, que utiliza um conceito de qualidade como referência.

Dos 06 princípios demonstrados pelos IQC's, o único que as demais empresas manifestaram conseguir atender foi o demonstrado pelo IQC nº 4 (EA abrangente), assim como apontado também pelo questionário previamente. Este princípio trata da abrangência da EA (ou seja, o seu oferecimento não somente voltado para o público interno à empresa, mas também para seu público externo). Neste sentido considerou-se que 07 empresas (53,8%) conseguiram se adequar. Porém ao se realizar uma observação um pouco mais profunda e minuciosa, provavelmente também *não* se consideraria este princípio como adequado, pois apesar de ser oferecido para o público interno e externo, suas atividades possuem caráter reducionista, tecnicista, descontextualizado, despolitizado e adestrador (BRÜGGER, 1994).

Desta forma, de acordo com estas considerações feitas acreditou-se ser pertinente realizar uma comparação entre a análise feita pelo questionário e das feitas pelas entrevistas (apesar de se constituírem em dois instrumentos de coleta de dados diferentes, julgou-se necessário realizar uma comparação geral entre eles com o objetivo de revelar acordos e contradições presentes).

A primeira impressão obtida ao se analisar as respostas fornecidas pelos questionários, foi de desigualdade em função das respostas: teve quem entendeu a pergunta e quem não entendeu; quem respondeu rapidinho e quem se alongou; quem foi mais honesto e quem quis mostrar o que não é; quem quase usa uma cartilha "teórica" para responder, falando o que queremos ouvir, mas que provavelmente na prática se comporta diferente. Mas apesar desta desigualdade, em sua quase totalidade as respostas se encontravam evasivas e constituídas de jargões, com prioridade em mostrar as estratégias didático-metodológicas em detrimento da apresentação de objetivos almejados e resultados alcançados. Muitas se valeram da utilização de frases coringas que servia para responder qualquer pergunta, mas, porém nada explicavam o que dificultou em muito à análise das respostas. Questionava-se se as empresas haviam compreendido os questionamentos feitos pelo questionário, pois as respostas fornecidas eram por demais descabidas e sem fundamento.

Através das entrevistas buscou-se justamente, pela análise do discurso esclarecer e dar maior consistência às respostas fornecidas, pois no momento da entrevista procurava-se questionar todas as respostas fornecidas com indagações do tipo: “Como a empresa se propõe a alcançar esse objetivo?” ou “de que forma isso seria relevante para empresa?” ou ainda: “A empresa considera importante esse tipo de comportamento?”

Ao se comparar os dois resultados apreendeu-se que além das entrevistas ratificarem o que havia sido demonstrado pelo questionário, elas acabaram por demonstrar um cenário ainda mais preocupante, pois ao expor com maior minúcia suas concepções acabaram por demonstrar um profundo desconhecimento sobre o assunto, ou seja, apesar de todo o esclarecimento fornecido pelas empresas durante as entrevistas, esse só serviu para realmente elucidar o que havia sido apreendido no questionário: um total desconhecimento pelas empresas dos princípios e objetivos da EA.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A tabela 16 apresenta os aspectos da EA oferecidas pelas empresas incluídas nesse estudo apontados pelos Indicadores de Qualidade Conceitual de EA.

TABELA 16. Aspectos apontados pelos Indicadores de Qualidade Conceitual (IQC) de EAEB nas empresas potencialmente poluidoras incluídas nesse estudo.

IQC	Comentários
1.EA emancipatória	Maioria inadequada e sem qualquer pretensão de fazer com que o indivíduo perceba claramente os problemas que limitam. Desconhecem completamente o princípio desta capacitação se limitando a ensinar comportamentos ecologicamente corretos.
2.EA transformadora	Maioria inadequada revelando adotarem a EDS à exceção de uma empresa que conhece e considera o conceito da EASS. Demonstram que na sua concepção mudar hábitos e condutas se restringe a realizar coleta seletiva.
3. EA participativa	Maioria absoluta inadequada. A EA oferecida pelas empresas se faz restrita a eventos pontuais e técnicos, não demonstrando nenhum caráter político sem estabelecer nenhuma conexão entre mobilizações coletivas e a questão ambiental.
4. EA abrangente	Levando-se em consideração apenas o fator da abrangência do público para o qual a empresa oferece EA, este princípio foi considerado como o mais contemplado. Porém, ao se considerar outros fatores como: por quem era oferecida a EA, como se estabeleciam as atividades, abordagens feitas acerca de representações sociais do meio ambiente... desta forma apesar da maioria abranger tanto o público interno quanto o externo, a maioria absoluta foi considerada inadequada.
5. EA permanente	Maioria inadequada restringindo suas ações a <i>treinamentos</i> realizados em espaços de tempo muito longos sugerindo que as empresas não entendem que a EA tem que ser continuada.
6. EA contextualizadora	Maioria inadequada. Percebe-se que mais uma vez as empresas desconhecem o princípio da capacitação, pois a maioria das práticas apresentadas relaciona atividades cotidianas a <i>reciclar</i> , que dirá então fazer uma conexão com problemas globais.

Ao realizar em exame crítico das atividades designadas como Educação Ambiental promovidas por empresas de grande porte do sudeste brasileiro, este estudo apreciou que as empresas de grande porte do sudeste brasileiro, não possuem um referencial teórico-conceitual de qualidade que norteie seus programas de EA, deixando de atender aos preceitos da Lei que utilizam o TEASS como base para sua constituição. Dessa forma a EAEB ainda está longe de ser uma EASS, se adequando muito mais a uma EA conservacionista ou uma EDS.

De acordo com o que foi analisado não se pode negar que a questão ambiental é uma realidade que chegou para ficar nas empresas modernas. Essa realidade, porém não diz respeito a uma sensibilidade que concebe que uma mudança de rumo em direção a uma nova era e a construção de Sociedades Sustentáveis precisa ser empreitada, não! Neste momento concordando completamente com o pensamento de Layrargues (2000b) não ocorreram e nem estão a caminho mudanças no sentido de uma revolução paradigmática. A reforma que ora se presencia torna claro que o que está acontecendo são apenas mudanças de comportamentos dirigidos ao estilo de consumo, e não mudanças de valores conforme prega a EA.

Constatou-se desta forma:

a) que os programas de EA realizados internamente pelas empresas se restringem a treinamento de pessoal visando à gestão ambiental. Foi observado que as empresas mostraram uma tendência a enfatizar a divisão do trabalho, ou seja, a separação entre o trabalho intelectual (saber) e o manual (fazer). As atividades por eles denominada EA, estão baseadas no simples repasse de informações em busca do "saber fazer", sem enfatizar o "saber pensar" e o "aprender a aprender". Ou seja, a EA tem caráter estritamente técnico, de adestramento de mão-de-obra, com conteúdos limitados que preparam para execução de tarefas pré definidas. Neste sentido percebeu-se que as características atribuídas ao treinamento da mão-de-obra refletem aquelas do sistema produtivo do qual o mesmo faz parte. As atividades de EA tornam-se fragmentadas e descontextualizadas ao enfatizar somente a divisão do trabalho e o "saber fazer". Deveria desta forma priorizar outras dimensões do trabalhador enquanto homem e cidadão, considerando-o em sua integridade. A existência desta imprecisão conceitual pelas empresas que não fazem distinção entre EA e treinamento impõe a

necessidade da discussão das diferentes concepções de termos como treinamento, capacitação, aperfeiçoamento e educação.

Neste sentido foi observado que para as empresas só é possível realizar EA quando esta for oferecida ao público externo. Geralmente a implementação dos programas pelas empresas é realizado em escolas, pois acreditam que somente neste espaço irão conseguir “*conscientizar*” o indivíduo, como muito bem demonstrado nestas frases, ao perguntar através do questionário se a empresa tinha como objetivo capacitar para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de Sociedades Sustentáveis:

“Através da educação básica de crianças e adolescentes para criarem a cultura desde pequenos.” (empresa 23)

“Através da conscientização do público, especialmente as crianças.” (empresa 24)

“Por realizar estes trabalhos com professores e alunos do ensino fundamental entendemos que estas são o futuro da humanidade, e portanto, tentamos passar a responsabilidade que cada um tem para a sobrevivência de todos.” (empresa 25);

b) que os programas desenvolvidos pelas empresas seguem as concepções encontradas nas correntes *humanista, sistêmica, conservacionista e da sustentabilidade*;

c) que os motivos principais que conduzem as empresas a adotarem EA se restringem tanto à obtenção de certificação ISO 14001 como por parte da política interna da empresa;

d) que os programas implementados pelas empresas e por eles designados EA, possuem uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental. Neste sentido, se apresentam como:

*** despolitizados:** a educação é entendida em sua dimensão individual, de forma *a-histórica* e *a-política* onde não se aborda em nenhum momento a importância das mobilizações coletivas, da participação cidadã nos processos de tomada de decisão.

✖ **reducionistas:** apóiam-se em “*pedagogias*” comportamentalistas ou alternativas de cunho místico; observou-se baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos; responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, fora da história, descontextualizado social e politicamente.

✖ **descontextualizados:** as atividades possuem um perfil economicista com foco na preocupação com a problemática da finitude dos recursos do planeta, não se preocupando em discutir o âmago da questão que seria questionar a natureza dos fins que norteiam a vida social contemporânea; os programas demonstraram um caráter meramente informativo e não percebem que os temas ambientais locais possuem significado para o sujeito necessitando serem tomados como ponto de partida para análises críticas da realidade socioambiental.

✖ **pontuais:** as atividades apresenta diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza (sociedade enquanto realização coletiva e objetivada da natureza humana, ou melhor, enquanto realização e exigência para a sobrevivência da espécie humana); os temas ambientais são tomados como atividades fins e não como temas geradores sobre as relações humanas *no* e *com* o ambiente.

✖ **tecnicistas:** consideram que os objetos que constituem o ambiente são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, ou seja, não consideram o contexto social e político da questão ambiental levando em conta apenas que a gestão dos recursos naturais é uma questão que pode ser solucionada apenas pela técnica ratificando o senso comum onde pululam *soluções técnicas* para graves problemas políticos e sociais.

✖ **adestradores:** as atividades não levam a *conscientização*, que leve transformação das relações entre os sujeitos e desses com o meio ambiente, estabelecidas pela história das relações sociais, porém adequam os indivíduos ao sistema social vigente, conduzindo-os a uma perpetuação da estrutura social injusta que se vivencia hoje.

Infere-se que os motivos que têm conduzido a EAE a esse caminho sejam:

- ✓ ausência de referencial teórico-metodológico de qualidade;
- ✓ falta de conhecimento e preparação profissional;

✓ empenho em alcançar apenas os interesses empresariais;

Neste contexto para que os programas de EA implementados nas empresas se realizem de acordo com uma EA de qualidade e não mais se restrinjam a reproduzir práticas triviais, possuindo fim em si mesmas se torna urgente a criação de termos de referência com uma base conceitual minimamente padronizada e identificada com o ProNEA.

Este estudo forneceu a clara percepção de que ainda existe um longo caminho pela frente até que faça sentido para as empresas que a transição para a sustentabilidade envolve o lado técnico da questão ambiental, e também o social. Porém isso talvez só aconteça no momento que estas perceberem que não existem bons negócios em sociedades falidas. O que tem se observado, porém é que a organização capitalista através dos métodos aplicados pelo seu processo produtivo impossibilita ações sociais transformadoras e duradouras, no máximo elas apaziguam problemas sociais de forma superficial e limitada no tempo e no espaço, pois uma empresa de qualquer forma – mesmo que socialmente responsável – têm impacto social. Isto é algo intrínseco ao sistema capitalista de produção.

Neste momento, nos encontramos em um ponto que se acredita ser a alma deste estudo: *Mesmo que as empresas conhecessem a EASS, elas trabalhariam em prol de sua edificação? Será que esta mudança de paradigma é pertinente ao modo de vida preconizado pelas empresas?*

Fazendo uso de um pouco de pragmatismo, ressalva-se aqui um ponto considerado como essencial para o sucesso da EA na empresa que é o da importância do envolvimento desta com sua política ambiental e responsabilidade social, com a implementação dos programas de EA justamente nestes espaços que consideram a questão social do indivíduo.

Como sugestionado anteriormente, levando-se em consideração que cada contexto possui as suas características e especificidades que devem ser relevadas, a conquista de espaços para a EA no setor produtivo em geral, poderia se dar através de programas a mais tempo estruturados e em funcionamento na empresa como da área de segurança e saúde. Como já colocado e discutido anteriormente percebeu-se que na grande maioria das vezes as empresas ao apresentarem seus programas de EA o faziam abordando somente o âmbito biofísico do meio ambiente. Esta abordagem por elas realizada conduziu-me ao seguinte

questionamento: por que em nenhum momento as empresas não mencionaram em suas considerações os seus programas de Responsabilidade Social? Sabe-se que através destes programas é que são realizadas muitas ações e atividades que envolvem a questão da realidade social do indivíduo.

Acontece, porém que as empresas não possuem preocupação (nem interesse) em conceber a questão ambiental como ela verdadeiramente deve ser entendida: modelo atual de consumo → degradação ambiental → desigualdade social. Desta forma percebeu-se que ainda existe uma confusão entre os conceitos de Responsabilidade Ambiental (RA) e Responsabilidade Social (RS) por parte das empresas.

Neste sentido, ao permear os princípios da EA na implementação da política ambiental da empresa, estaria se considerando um dos princípios fundamentais da EA que é a interdisciplinaridade, e se promoveria uma integração dos programas e atividades abarcados pela empresa.

Alerta-se também que essa estratégia de política ambiental alcança êxito se houver envolvimento de todo o corpo de funcionários da empresa, pois foi observado nos programas de EA analisados que a política ambiental da empresa se impõe aos funcionários dos escalões mais baixos, que simplesmente são *adestrados* conforme uma programação a ser seguida e que na maioria das vezes esses desconhecem inteiramente a política ambiental da empresa, permanecendo este como projeto dos executivos que estabelecem de cima para baixo as estratégias a serem seguidas.

Um maior preparo e aperfeiçoamento dos profissionais que programam e ministram as atividades de EA se faz urgente, tanto em metodologia científica como na teoria/prática conceitual do ProNEA e da EASS.

A partir das reflexões acima efetuadas, foram apresentados alguns tópicos indispensáveis para o planejamento de programas de EA no bojo do setor produtivo, na tentativa de ajudar a empresa em seu desafio na busca da sustentabilidade:

Primeiramente a empresa deverá perceber que os objetivos da EA devem ir para além das questões técnicas de minimizar os impactos ambientais e tornar suas operações tão ecologicamente corretas quanto possível. Desta forma não deve-se resumir a EA ao papel estratégico de disseminação do critério da ecoeficiência²⁹, onde basicamente, sua missão reduz-se em acelerar a velocidade de conversão do metabolismo industrial.

Não pretende-se neste momento desconsiderar a percepção de que se constitui como um desafio às empresas no atual contexto neoliberal, a realização de uma EA fundamentalista, onde prima-se a substituição de valores antropocêntricos e seus respectivos paradigmas, por valores ecocêntricos, porém essa questão não impossibilita que se possa abrir e desenvolver novas sensibilidades para a questão ambiental nos educandos, para além dessa lógica pragmática. Por outro lado, também não se tem a intenção de que as empresas implementem um programa isolado de causa nobre, mas distanciado da realidade operacional e ambiental da empresa e sempre passível de ser o primeiro item a ser cortado em revisões de orçamento. Um Programa de Educação Ambiental deve consistir sim em um conjunto de atividades sistematizadas e com a participação ativa dos diversos setores da empresa que auxiliem na elaboração de indicadores ambientais e operacionais que demonstrem não só os benefícios de um Programa de Educação Ambiental como também do próprio Sistema de Gestão Ambiental.

Desta forma a EA no âmbito da empresa deverá priorizar:

- ✓A melhora das condições de vida e de trabalho do público interno e externo à empresa;
- ✓O oferecimento de condições para que as pessoas atuem na transformação da realidade;
- ✓A contribuição para o desenvolvimento do senso de responsabilidade por meio da participação ativa na prevenção de problemas socioambientais.

No planejamento dos programas de EA na empresa, além da identificação do foco de atenção da atividade educativa deverão se levar em conta as tênues diferenças entre os vários

²⁹ Lógica da *ecoefficiência*: produzir melhor, com menos insumos, menos desperdício e menos impacto ambiental (DeSimone & Popoff, 1997).

‘públicos-alvo’ da EA, para que se possa explorar em maior detalhe suas respectivas peculiaridades. A estrutura organizacional da empresa, que contempla vários segmentos diferenciados (diretoria executiva, gerências, fornecedores, setor de pesquisa e desenvolvimento, departamento de *marketing*, trabalhadores, entre outros), permite que cada um apresente uma contribuição específica a oferecer na busca tanto da *ecoficiência* como principalmente da sustentabilidade.

Ao definir o projeto de EA deve-se ter como objetivo a busca da construção da imagem que a empresa tem de si mesma, criando a consciência do que é prioritário, do que deve ser conservado e do que deve ser mudado, clarificando o plano de ação que pretende desenvolver tendo em vista a sustentabilidade. Assim, o educador ambiental deve procurar ser coerente com o contexto da vida do indivíduo e seus saberes, as opções educativas realizadas e os objetivos propostos. Enumeram-se em seguida algumas práticas pedagógicas orientadoras que possibilitem uma concretização da ação educativa:

- ✓ criar e ser receptivo a oportunidades de exploração do pensamento divergente (invenção, criação, inovação e originalidade), promovendo a sua participação ativa durante a atividade e a expressão livre das suas opiniões confrontando-as com outras;
- ✓ encorajar o positivo mais do que apenas corrigir o negativo;
- ✓ promover a concepção, execução e divulgação de projetos originais que conduzam ao desenvolvimento de competências na solução de problemas ambientais;
- ✓ promover atividades em que os diversos setores da empresa tenham a oportunidade de conviver entre si;

Ao definir as estratégias educativas de seu programa de EA deve-se buscar:

- ✓ Desenvolver a confiança e a afetividade do grupo;
- ✓ Ajudar na eliminação de tensões e cansaço laboral;
- ✓ Privilegiar a construção de situações de trabalho contextualizadas;
- ✓ Promover diálogos que conduzam a trocas.

A seguir apresenta-se um roteiro descrito que contempla descritivamente os principais tópicos e critérios a considerar no planejamento de programa de EA.

1) Realização de uma análise crítica inicial

· Identificação do perfil da empresa:

- a) Processo produtivo
- b) Programas institucionais setoriais
- c) Estrutura organizacional e respectivas funções / responsabilidades
- d) Política, normas e procedimentos da gestão ambiental corporativa
- e) Programas ambientais
- f) Performance do desempenho ambiental
- g) Leis e outros requisitos legais
- h) Multas e outras ocorrências ambientais registradas
- i) Passivo ambiental e riscos tecnológicos atuais e potenciais

· Identificação do(s) público(s) alvo do programa de EA na empresa:

- a) Funcionários e trabalhadores da base da empresa (a que setores pertencem, o que fazem, como fazem, nível de escolaridade...)
- b) Departamento de *Marketing*, Vendas, Almoxarifado, etc. (como a imagem da empresa está sendo mostrada, como são realizadas as vendas, para quem, o que a empresa armazena em seu parque industrial)
- c) Departamento de pesquisa e desenvolvimento (que pesquisas são desenvolvidas, por quem, com que objetivo...)
- d) Empresas fornecedoras de materiais, energia, suprimentos, etc. (existem prestadores de serviço, pessoal contratado, ou empresas prestadoras de serviço, quais as exigências feitas...)
- e) Comunidades do entorno (características da população alvo)

· Mapeamento da percepção dos diversos segmentos da empresa sobre:

- a) Natureza, meio ambiente e educação ambiental
- b) Política e gestão ambiental da empresa
- c) Problemas ambientais da empresa e respectivas propostas

2) Implementação e operacionalização

· Elaboração do programa de EA:

- a) Definição dos objetivos e metas
- b) Estabelecimento de parcerias com as áreas envolvidas
- c) Definição do público-alvo, área piloto, periodicidade, carga horária, etc.
- d) Definição da metodologia do(s) curso(s) (ex. Mapa-Falante, Painel Integrado)
- e) Elaboração de material didático (recursos audiovisuais, materiais impressos...)
- f) Identificação dos parâmetros de avaliação (motivação dos grupos, participação dos grupos, construção de novos conhecimentos e valores, mobilização dos grupos para ação)

· Levantamento de indicadores de acompanhamento e avaliação do desempenho:

- a) Indicadores ambientais quantitativos (água, energia, insumos, resíduos, ruído, etc.)
- b) Indicadores psicossociais qualitativos (valores, atitudes, comportamentos)

Outra dificuldade encontrada tanto neste estudo como de outros pesquisadores que investigam a EAEB, foi a quase ausência de relatos públicos detalhados sobre as práticas de EAEB. Sem dúvida a divulgação das práticas e de seus resultados estaria possibilitando a outros educadores ambientais uma avaliação de seus trabalhos permitindo o aprimoramento dos programas. Dessa forma, a criação de um instrumento que apresentasse os programas com fundamentação teórica (mas sem engessamento metodológico) deveria ser feita para difundir e debater as experiências acumuladas nessa área. Igualmente eventos com anais de trabalhos completos deveriam ser estimulados pelos governos, abrindo à gama de interessados na EAEB espaços de convivência para diálogos, trocas e para apresentação de pesquisas, vivências e experiências em EAE, além de convidar novos sujeitos sociais à participação na EA para que possam participar e avaliar coletivamente os impactos da EAEB na melhoria da qualidade ambiental brasileira.

Uma ação que deveria ser implementada com o fim de aperfeiçoar a EAEB seria a criação de uma certificação obrigatória pelos governos que licenciam atividades potencialmente poluidoras.

Recomenda-se também que na próxima revisão da ISO 14001, o comitê representante do Brasil estabeleça um comentário onde seja solicitada a modificação do subsistema em que a EA é considerada, pois atualmente consiste apenas em: a) competências; b) treinamento; c)

conscientização; e também se defina uma carga horária mínima (40 h/aula) para os cursos, tal como, está sendo apresentado pelo IBAMA para licenciamento de empresas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, D. *Sem Ela nada feito!* Uma abordagem da educação ambiental na implantação da ISO-14001. Salvador: ASSET, Avaliações e Negócios Corporativos, 1997. 133 p.
- ADAMS, B.G. *Um olhar pedagógico sobre a Educação Ambiental nas empresas*. Novo Hamburgo, 2005. 72 f. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) - Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo. 2005.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p.7-11
- AVANZI, M.R. Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.
- AZEVEDO, A.A. *Avaliando um Programa de Educação Ambiental em uma empresa do setor siderúrgico: características e possibilidades desse instrumento de gestão*. Brasília, 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília. 2003.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988. 226 p.
- BERNA, V.A. consciência ecológica na administração: passo a passo na direção do progresso com respeito ao meio ambiente. São Paulo: Paulinas, 2005. 77 p.
- BRAGA, T. Educação Ambiental, economia internacional e gestão empresarial. In: SORRENTINO M; TRAJBER R; BRAGA,T. (Orgs.) *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.
- BRASIL. Senado Federal. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999.
- _____. *Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi*. Brasília: Edições IBAMA, 2002a.
- _____. Senado Federal. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Brasília, 2002b.
- BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental- ProNEA*. Brasília: MMA/DEA, 2005. 102 p.
- BRÜGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994. 159 p.
- CAJAZEIRA, J.E.R.; BARBIERI J.C. A nova versão da norma ISO 14001: as influências presentes no primeiro ciclo revisional e as mudanças efetuadas. *Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre: Escola de Administração da UFRGS, ed. 48, v. 11, n. 6, nov.-dez., 2005.
- CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.; OLIVEIRA, J.A.P. Parte I e Evolução das Resoluções da Rio-92. In: OLIVEIRA, J.P. (Coord.) *Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-1992*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002. p. 21- 48
- CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2004. 256 p.

- CARELLI, R.L. *Formas Atípicas de Trabalho*. São Paulo: Editora LTr, 2004. 144 p.
- CARVALHO, I.C.M. Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v. 25, n. 4, out.-dez., p.04-11, 1992.
- _____. Educação ambiental aonde fica? In: SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; BRAGA, T. (Orgs.). *Cadernos do III Fórum de educação ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995. p.58-62
- _____. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004. 256 p.
- DEMAJOROVIC, J. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. São Paulo: Senac, 2003. 277 p.
- DEMO, P. *Avaliação qualitativa: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados, 1994. 110 p.
- DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Global, 2001. 35 p.
- EIGENHEER, E. M.; FERREIRA J. A.; ADLER, R.R. *Reciclagem: mito e realidade*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005. 72 p.
- FERREIRA, L.C. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. In: FERRARO, Jr. L.A. (Coord.) *Encontros e caminhos: formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA/DEA, 2005. 361 p.
- FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1997. 331 p.
- FREIRE, P. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 184 p.
- _____. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.
- _____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000. 134 p.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.14, n.2, p. 03-11, 2000.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 49-55
- GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental: no consenso um embate*. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P.P. (Org.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p. 94 p.
- HART, P.; KOOL, R. Starting points: questions of quality in Environmental Education. *Canadian Journal of Environmental Education*, Canadian Network for Environmental Education and Communication (EECOM) and Lakehead University, n. 4, p.104-124, 1999.
- INECCO, L.O. *(Res ou Des) construindo a responsabilidade social corporativa*. Niterói, 2005, 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- JATOBÁ, J.A. coordenação entre as políticas fiscal e ambiental no Brasil: a perspectiva dos governos estaduais. *Série Médio Ambiente y Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos*, Santiago do Chile: CEPAL, n. 92, 61 p. 2005.

- KITZMANN, D.I.S.; ASMUS, M.L. Do treinamento à capacitação: a inserção da educação ambiental no setor produtivo. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.) *Educação ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.28-44
- La ROVÈRE, A.L.; VIEIRA, L. (Orgs.) *Tratados das ONG's aprovados no Fórum Internacional de ONG's e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global: Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. p.198-201
- LAYRARGUES, P.P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C.F.; _____; CASTRO, R.S. (Orgs.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000a. p. 87-155.
- _____. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, abr.-jun. p. 80-88, 2000b.
- _____. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.) *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.131-147
- _____. Educação no processo da gestão ambiental: criando vontades políticas, promovendo a mudança. In: ZAKRZEWSKI, S. B.B.; VALDUGA; A. T.; DEVILLA, I. A. *Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente*. Erechim: EdiFAPES, 2002. p.127-144.
- _____. A crise ambiental como um duplo desafio à reprodução do capitalismo. In: LOUREIRO, C.F.B. (Org.) *Cidadania e meio ambiente*. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. p. 96-109
- _____. (Re)conhecendo a educação ambiental brasileira. In: _____. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.
- _____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: _____.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 179-219
- LEFF, E. *Saber Ambiental Sustentabilidade Racionalidade Complexidade Poder*. Petrópolis: Vozes, 2001. 494 p.
- LEONARDI, M.L.A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LÉSTE, M.R.; VITTORIO, W. Aplicação de Modelo para Avaliação da Qualidade em Educação: o caso de Programas de Pós-Graduação e pesquisa em Economia. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 4, 1999. p.149-157
- LIBÂNEO, J.C. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. São Paulo: Cortez, 1994. 220 p.
- LIMA, G.F.C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. *Ambiente & Sociedade*, Campinas: NEPAM/UNICAMP, ano II, n. 5, p.135-153,1999.

- _____. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002. p.109-141
- _____. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, P.P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.
- LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: _____; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002. p.69-98
- _____. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.
- MAIMON, D. Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso. In: CAVALCANTI C (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 4 ed. São Paulo: Cortez/Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2004. p.119-130
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991. 250 p.
- MEIRA, P.; SATO, M. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá: Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT, v. 14, n. 25, p.17-31, 2005.
- MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes, 2004. 80 p.
- MININNI-MEDINA, N. Antecedentes históricos: conferências internacionais sobre educação ambiental. In: LEITE, A.L.T.A.; _____. (Org.). *Educação Ambiental: curso básico a distância: questões ambientais, conceitos, história, problemas e alternativas*. Brasília: MMA, 2001. 294 p.
- MUNHOZ, D. Educação Ambiental e Empresas: alguns resultados dos encontros do Grupo de Trabalho brasileiro. In: *Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental*, 5, Joinville, Santa Catarina, abr., 2006.
- NAVARRO, R.G. Democracia ampliada e participação cidadã: considerações e desafios. In: JUNIOR, O.A.S.; PEREIRA, T.D.; BRANGSCH, L.; PEUCKERT, G. (Orgs.) *Cidade, cultura e democracia participativa: metodologias e experiências de educação política*. Rio de Janeiro: FASE, 2005. p.35-40
- NEVES, L.M.W. SANT'ANNA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: _____. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. 311 p.
- OLIVEIRA, J.A.P. Análise da situação da gestão ambiental nas indústrias do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública, v. 38, p. 261-286, mar.-abr., 2004a.
- OLIVEIRA, S. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b. p. 95-130

- OHAYON P. *Critério e bloqueios para avaliação de projetos de P&D*: estudo exploratório. 1983. 368 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- PEDRINI, A.G. Trajetórias da educação ambiental. In: _____. (Org.) *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. Um caminho das pedras. In: _____. *Metodologias em Educação Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2007. (no prelo)
- PEDRINI, A.G.; DE-PAULA J.C. Educação Ambiental: Críticas e Propostas. In: PEDRINI A.G. (Org.). *Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 88-104
- PEDRINI, A.G.; BRITO M.I.M. Educação ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. *Revista (Virtual) Educação Ambiental em Ação*, v. 17, 20 p., 2006.
- PEDRINI, A.G.; PELLICCIONE, N.B.B. Educação Ambiental Empresarial no Brasil: uma análise sobre sua qualidade conceitual em relatos bibliográficos. *Mundo e Vida*, Niterói: PGCA/UFF, v. 11, 2007. (no prelo).
- QUINTAS, J.S. Considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: JUNIOR, A.P.; PELICIONI, M.C.F. (Orgs.) *Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos*. São Paulo: Signus, 2000. p.11-19
- _____. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord.) *Identidades da educação ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.
- QUINTAS, J.S.; GOMES, P.M.; UEMA, E.E. *Pensando e praticando a educação no processo de gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento*. Brasília: Ministério da Meio Ambiente, 2005. 43 p.
- REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 62 p.
- _____. *A Floresta e a Escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1999. 94 p.
- REIS, M.J.L. *ISO 14000, gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade*. Rio de Janeiro : Qualitymark, 1995. 200 p.
- REVISTA MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL: Certificações ISO 14000: Quantidade de empresas Certificadas por estado. *Revista Meio Ambiente Industrial*, São Paulo: RMAI e Brazilian Carbon Bureau, ano VI, ed. 32, n. 31, jul.-ago., 2005.
- RIBEIRO, I.C. *Educação ambiental de corpo e alma: trabalhando sentimentos e valores numa experiência com Agenda 21 escolar*. São Paulo: Corona, 2005.185 p.
- SANCHES, C.S. Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo: FGV, v. 40, n. 1, p.76-87, jan.-mar., 2000.
- SATO, M. Debatendo os desafios da educação ambiental. *Ambiente e Educação*, Porto Alegre: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, v. 5/6, p.14-33, 2001.
- _____. *Educação Ambiental*. São Carlos: RiMa, 2004. 66 p.
- SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá: UFMT, vol. 6, n.10, jul.-dez., p. 72-103, 1997.

- _____. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Orgs.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.11-44
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1994.
- SEIFFERT, M E.B. *ISO 14001, Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica*. São Paulo: Atlas, 2006. 258 p.
- SORRENTINO, M. *Educação ambiental e universidade: um estudo de caso*. São Paulo, 1995. São Paulo Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São, São Paulo, 1995.
- SOUZA, R.S. A questão ambiental e as empresas. In: _____. *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 421-461
- TOZONI- REIS, M.F.C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. *Educar*, Curitiba: Editora UFPR, n. 27, p. 93-110, 2006.
- TRATADO das ONG’s. A carta da terra. In: Fórum Internacional de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.
- _____. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. In: Fórum Internacional de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995. 175 p.
- VALLE, C. E. *Qualidade Ambiental*. São Paulo : Pioneira, 1995. 137 p.
- VALENTE, I. *Plano Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.190 p.
- ZAKRZEWSKI, S.B.; SATO, M. Pesquisa-ação: limites e possibilidades na formação de professor@s em educação ambiental. *II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental; I Encontro da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental; I Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul*. Itajaí: UNIVALI, 2003. 7 p.

Home pages

- CORRÊA, F.T.B.S.; MEDEIROS, J.R.C. Responsabilidade social corporativa para quem? Em *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos, vol.2, p.151-199, 2003. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor>. Acesso em 27 jun. 2003.

- FARIA, H. M.; ALARCÓN, O. Q.; REYDON, B. P. *Sistema ambiental público e privado na gestão ambiental empresarial*. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projetos/gestao_ambiental/gestaoambiental.html> Acesso em 10 mar. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). SECAD. Arquivos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>> Acesso em 13 mai. 2007.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, vol.14, n.2, abr.-jun., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2.pdf>> Acesso em 05 mai. 2007.
- QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. *Ciclo de Cursos de Educação Ambiental*, ano 2, 2004. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br> Acesso em 19 jul. 2007.
- UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M.L.M. Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.18 n. 6 nov.-dez., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000600009> Acesso em 16 mar. 2007.
- VELASCO, Sírio L. Ética argumentativa da libertação e epistemologia da educação ambiental problematizadora. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, vol. 13, jul.-dez., 2004. Disponível em: <<http://www.fisica.furg.br/remea/edicoes/vol13/art4.pdf>> Acesso em 20 mar. 2007.
- VIEIRA, L.R.S. O papel da educação ambiental em empresas. Brasília: UNB, 1987. 22 p. Disponível em http://old.ecolatina.com.br/br/artigos/educacao_ambiental/edu_amb_04.asp Acesso em 04 fev. 2007.
- VIEZZER, M. L. *Somos todos aprendizes*. Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental. 2004. Disponível em: <<http://www.ecomarapendi.org.br/Rebea/Arquivos/aprendi>> Acesso em 14 abr. 2007.

APÊNDICES

Dissertação de Mestrado / Pesquisa:

**Da Qualidade Conceitual da Educação Ambiental Empresarial no Sudeste do Brasil.
Estudo Exploratório.**

Apêndice 1: Ofício de apresentação da pesquisa às empresas.

OFÍCIO Nº 001/ UFF/ 2006

Ilustríssimo Senhor
DD. Diretor / Gestor

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o servimo-nos do presente ofício para solicitar a V.S^a. a fineza de nos informar a existência de atividades de Educação Ambiental conduzidas pela sua empresa e algumas características gerais sobre a mesma, preenchendo o questionário em anexo.

Visamos com isso, coletar dados e informações para a pesquisa intitulada Análise Conceitual da Educação Ambiental Empresarial Brasileira (AEAEB), a qual, servirá para a formulação de uma dissertação de mestrado pelo curso PCGA – Pós Graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense por parte da aluna Nina Beatriz Pelliccione. Salientamos que o nome de sua empresa será omitido nas respostas a serem incluídas na dissertação, pois desejamos apenas estudar o fenômeno conceitual da EA no bojo da certificação da série ISO 14 000. Caso seja do seu interesse, encaminharemos posteriormente a dissertação para sua apreciação, visando contribuir para o aperfeiçoamento da EAEB.

Face ao curto espaço de tempo para concluir a pesquisa rogamos que as informações nos sejam encaminhadas para o e-mail: pgca_pesquisa_ea@vm.uff.br no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de envio. Agradecemos desde já sua colaboração!!!!

Atenciosamente,

Prof. Dr. Alphonse Kelecom
Professor Titular
Instituto de Biologia
Universidade Federal Fluminense

PGCA Pós Graduação em Ciência Ambiental
<http://www.uff.br/cienciaambiental/principal.htm>
Avenida Litorânea, s/n - 24030-340 Niterói RJ
Instituto de Geociências 4º andar / Sala 412
Tel. (0xx21)2629.5936 ; FAX (0xx21)2629.5937

Apêndice 2: Questionário sobre Educação Ambiental Empresarial do Brasil.

Nome da empresa: _____

Cargo do Informante: _____

- 1) Existe algum programa/ projeto/ atividade de Educação Ambiental em sua empresa?

- () sim
 () não
 () não sei responder. Por que? _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

2) Qual/quais o(s) ~~motivo(s)~~ motivo(s) para a prática de Educação Ambiental na sua empresa?

- () licenciamento
 () certificação (ISO 14001)
 () termo de ajuste de conduta (TAC)
 () política interna da empresa
 () outros Especificar _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm, Tabulações: Não em 1,27 cm

3) A Educação Ambiental é interna. EA abrangente? ~~(achei essa palavra ambigua)~~

- () sim
 () não. Por que? _____

Formatado: Fonte: 12 pt, Não Realce

Formatado: Fonte: 12 pt, Não Realce

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Caso positivo, quais os atores abrangidos:

- () funcionários
 () fornecedores
 () outros Especificar _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

4) A Educação Ambiental é externa. EA abrangente?

- () sim
 e, neste caso realizada em paralelo com a EA interna?

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

- () Sim. Como? _____
 () não. Por que? _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Caso afirmativo, responda a seguir quais os atores abrangidos:

- () comunidade do entorno do parque industrial
 () família de funcionários e fornecedores
 () população da cidade ou da comunidade mais próxima
 () outros Especificar _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm, Tabulações: Não em 1,27 cm

5) Por quem são desenvolvidas as atividades de Educação Ambiental na sua empresa?

- () educadores internos ~~(seriam da empresa ou trabalhando na empresa? Não está claro)~~
 () gestores ambientais
 () monitores
 () bolsistas
 () consultores
 () outros Especificar _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Fonte: 12 pt, Não Realce

Formatado: Fonte: 12 pt, Não Negrito, Sem sublinhado

6) A EA adotada em sua empresa tem como objetivo:

6.1. Capacitar o indivíduo a adquirir conhecimento, habilidades e valores para o enfrentamento e solução de problemas ambientais? . **EA emancipatória**

- () sim. Como é feito? _____
 () não. Por que? _____

6.2. Capacitar para a mudança de atitudes e condutas para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis. **EA transformadora**

- () sim. Como? _____
 () não. Por que? _____

6.3. Capacitar o cidadão para que ele participe em mobilizações coletivas **EA participativa:**

- () sim. Como? _____
 () não. Por que? _____

6.4. Ser realizada continuamente. **EA permanente:**

- () sim. Como? _____
 () não. Por que? _____

6.5. Agir diretamente na realidade da coletividade e dela generalizar para o planeta **EA contextualizadora?**

- () sim, Como? _____
 () não. Por que? _____

7) Os resultados das atividades de Educação Ambiental de sua empresa se encontram disponíveis ao público para consulta?

- () sim
 () não. Por que? _____

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Caso afirmativo, poderia disponibilizá-los como contribuição a essa pesquisa? Poderíamos obtê-los? ~~obte-los?~~

- () sim. Como? _____
 Como? _____
 () não. Por que? _____

Formatado: Fonte: 12 pt, Português (Brasil)

Formatado: Fonte: 12 pt, Português (Brasil)

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm

Formatado: Recuo: À esquerda: 0,63 cm, Espaço Antes: 0 pt

8) Aceitaria ser entrevistado em linha (tempo real) para obtenção de maiores esclarecimentos, sabendo de antemão que seu depoimento será de conhecimento restrito ao grupo de pesquisa ?

- () sim
 () não. Por que? _____

Apêndice 3: Pedido de marcação de entrevista às empresas.

Prezado Senhor (a):

Há cerca de alguns meses atrás tivemos o prazer de receber a resposta ao questionário da pesquisa que faz parte de uma dissertação de mestrado pelo curso PGCA – Pós Graduação em Ciência ambiental, da universidade Federal Fluminense intitulada Análise Conceitual da Educação Ambiental Empresarial Brasileira (AEAEB). Graças a sua presteza e senso de

responsabilidade social poderemos conhecer inicialmente de um modo geral como a Educação Ambiental é praticada nas empresas. No entanto, para termos uma concepção adequada e mais profunda precisaremos de um maior detalhamento do trabalho realizados por vocês. A estratégia adequada nesse caso é o da entrevista em tempo real “on line”. Desta maneira pedimos que preencha os dados abaixo, visando marcar previamente um horário para que possamos realizar a entrevista. Caso haja conflito de escolhas de horário voltaremos a entrar em contato, pois estamos realizando a pesquisa com cerca de 30 empresas. O ideal é que essas entrevistas sejam feitas no período de 24/01/07 a 16/02/07 no horário de 10 às 13 h ou de 14 às 17 h. O programa desejável para entrevistas é o Messenger (MSN) (versão mínima 6.0). Pedimos por gentileza que sua resposta seja enviada em até 48 horas para uma adequada compatibilização dos horários com nossas atividades de pesquisa. Agradecemos mais uma vez sua atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Alphonse Kelecom
Professor Titular
Instituto de Biologia
Universidade Federal Fluminense

PGCA Pós Graduação em Ciência Ambiental
<http://www.uff.br/cienciaambiental/principal.htm>
Avenida Litorânea, s/n – 24030-340, Niterói-RJ
Instituto de Geociências 4º andar / sala 412
Tel. (0xx21)2629-5936; FAX (0xx21)2629-5937

MARCAÇÃO DE ENTREVISTA

Empresa:

Nome do entrevistado:

Cargo:

e-mail:

Programa de entrevista:

Dia:

Horário:

ANEXOS

Anexo 1: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I – Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro.

É fundamental que as comunidade planejem e implementem[suas próprias alternativas às políticas vigentes. dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanas e destes com outras formas de vida.

II - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana. 13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.
13. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
14. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
15. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III - Plano de Ação

As organizações que assinam este tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.
2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio 92.
3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.
4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.
5. Incentivar a produção de conhecimento, políticos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.
7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.
8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.
9. Promover a coresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.
10. Estimular a apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.
11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.
12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.
13. Promover relações de parceria e cooperação entre as Ongs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.
14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).
15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.
16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.
17. Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.
18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultura dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.
19. Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.
20. Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.
21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.
22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

IV - Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas,

- promovidas por Ongs, movimentos sociais e outros.
2. Estimular e criar organizações, grupos de Ongs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.
 3. Produzir materiais de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, ferias de criatividade popular, correio eletrônico e outros.
 4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.
 5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.
 6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.
 7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.
 8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V - Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.
2. Ongs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.
3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino, como em outros espaços educacionais.
4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.
5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.
6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.
7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.
8. Empresários (as) comprometidos (as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.
9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

VI - Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem:

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.
2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de Ongs e movimentos sociais.
3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental parte de treinamentos de pessoal e para comunidade em geral.
4. Incentivar as agencias financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.
5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das Ongs e movimentos

sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

Anexo 2: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10 A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12 A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13 Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

- I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;
- IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14 A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15 São atribuições do órgão gestor:

- I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;
- II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;
- III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17 A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

- I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;
- II - prioridade dos órgãos integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Educação;
- III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18 (VETADO)

Art. 19 Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178^º da Independência e 111^º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza
José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.4.1999

Anexo 3: Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002

DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

DECRETA:

Art. 1º A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 2º Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

§ 1º Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de Educação Ambiental em cada Ministério.

§ 2º As Secretarias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação proverão o suporte técnico e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor.

§ 3º Cabe aos dirigentes a decisão, direção e coordenação das atividades do Órgão Gestor, consultando, quando necessário, o Comitê Assessor, na forma do art. 4º deste Decreto.

Art. 3º Compete ao Órgão Gestor:

I - avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de educação ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área;

II - observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Nacional de Educação - CNE;

III - apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário;

IV - sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais definidas, garantindo o processo participativo;

V - estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;

VI - promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações;

VII - indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental;

VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental;

IX - levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de educação ambiental;

X - definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal;

XI - assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em Educação Ambiental:

a) a orientação e consolidação de projetos;

b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem sucedidos; e,

c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 4º Fica criado Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor, integrado por um representante dos seguintes órgãos, entidades ou setores:

I - setor educacional-ambiental, indicado pelas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental;

II - setor produtivo patronal, indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, garantida a alternância;

III - setor produtivo laboral, indicado pelas Centrais Sindicais, garantida a alternância;

IV - Organizações Não-Governamentais que desenvolvam ações em Educação Ambiental, indicado pela Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG;

V - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

VI - municípios, indicado pela Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;

VII - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

VIII - Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, indicado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, excluindo-se os já representados neste Comitê;

IX - Conselho Nacional de Educação - CNE;

X - União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

XI - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XII - da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; e

XIII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente - ABEMA.

§ 1º A participação dos representantes no Comitê Assessor não enseja qualquer tipo de remuneração, sendo considerada serviço de relevante interesse público.

§ 2º O Órgão Gestor poderá solicitar assessoria de órgãos, instituições e pessoas de notório saber, na área de sua competência, em assuntos que necessitem de conhecimento específico.

Art. 5º Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e

II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

I - a todos os níveis e modalidades de ensino;

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde;

IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas;

V - a projetos financiados com recursos públicos; e

VI - ao cumprimento da Agenda 21.

§ 1º Cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de Educação Ambiental.

§ 2º O Órgão Gestor estimulará os Fundos de Meio Ambiente e de Educação, nos níveis Federal, Estadual e Municipal a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental.

Art. 7º O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos orçamentos, deverão consignar recursos para a realização

das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 8º A definição de diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em âmbito nacional, conforme a atribuição do Órgão Gestor definida na Lei, deverá ocorrer no prazo de oito meses após a publicação deste Decreto, ouvidos o Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e o Conselho Nacional de Educação - CNE.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato de Souza

José Carlos Carvalho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.6.2002

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)